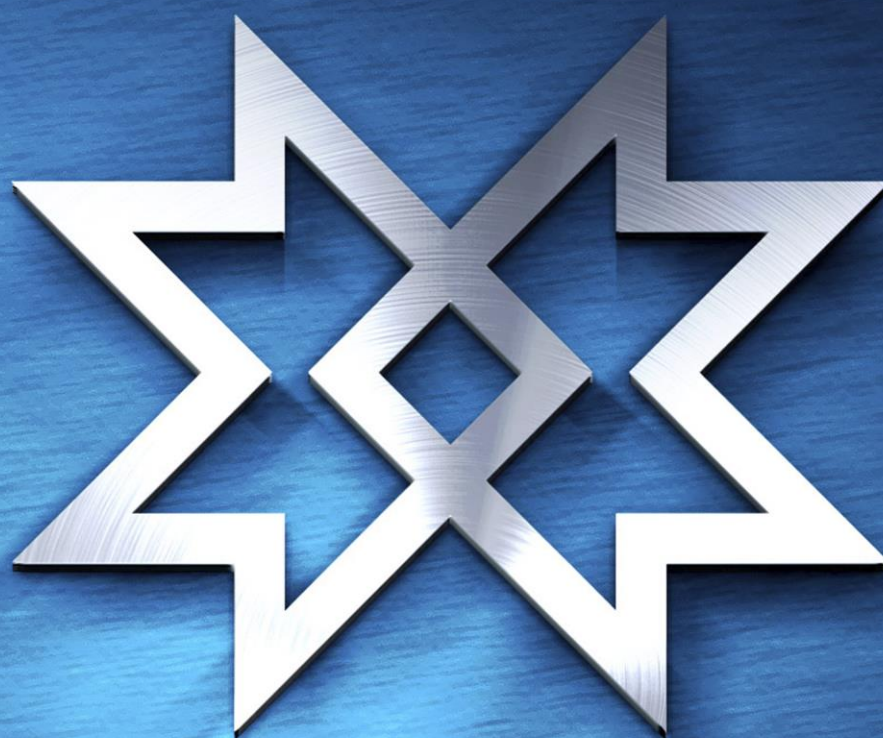


# BOLETIM DE SERVIÇOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA



# UNIR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE RONDÔNIA

➤➤➤➤➤➤➤ 2017 ➤➤➤➤➤➤➤

**Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott**  
Reitor

**Prof. Dr. Marcelo Vergotti**  
Vice-Reitor

**Prof. Me. Adilson Siqueira de Andrade**  
Chefe de Gabinete

**Prof. Dr. Jorge Luiz Coimbra de Oliveira**  
Pró-Reitor de Graduação

**Prof. Me. Otacílio Moreira de Carvalho Costa**  
Pró-Reitor de Planejamento

**Charles Dam Souza Silva**  
Pró-Reitor de Administração

**Prof.<sup>a</sup> Me. Marcele Regina Nogueira Pereira**  
Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis

**Prof. Dr. Leonardo de Azevedo Calderon**  
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

**Prof. Dr. Marcus Vinicius Rivoiro**  
Assessor de Comunicação

SUMÁRIO

Secons

04

**SECONS****Ato Decisório n.º 140/CONSUN, de 19 de abril de 2017.**

Revoga Ato Decisório 067/CONSUN, Parecer 065/CONSUN e designa membros para nova Comissão Especial Estatuinte.

O Conselho Universitário (CONSUN) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições, e considerando:

- Artigo 4º da Resolução 013/CONSUN/2011, que cria Comissão Especial para atualização do Estatuto e do Regimento Geral;
- Indicativo da Presidência para revogação e recomposição de comissão;
- Deliberação na 90ª sessão, de 08.12.2016.

**DECIDE:**

**Art. 1º.** Revogar o Ato Decisório 067/CONSUN, de 30.08.2011;

**Art. 2º.** Revogar Parecer 065/CONSUN, de 03.12.2014;

**Art. 3º.** Designar nova Comissão Especial Estatuinte com os servidores relacionados a seguir, para dar continuidade aos trabalhos já elaborados pela comissão anterior, em especial, a metodologia, os prazos e o regimento:

- Ariana Boaventura Pereira;
- Arivelto Cosme da Silva;
- João Eloi de Melo;
- Marcelo Vergotti;
- Patrícia Helena dos Santos Carneiro.

**Art. 4º.** Este Ato Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

**Ato Decisório n.º 141/CONSUN, de 20 de abril de 2017.**

Concede vista – Alteração do estatuto da Unir.

O Conselho Universitário (CONSUN), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e, considerando:

Processos 23118.003161/2016-17;

Parecer 435/CLN, da relatora conselheira Victoria Ângelo Bacon;

Deliberação na 64ª sessão da Câmara de Legislação e Normas, em 24.02.2017;

Deliberação na 93ª sessão extraordinária do CONSUN, em 29.03.2017.

**DECIDE :**

**Art. 1º.** Conceder, nos termos do artigo 39 do Regimento do CONSUN, vista do mencionado processo ao conselheiro Leonardo Severo da Luz Neto.

**Art. 2º.** Este Ato Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

**Ato Decisório: 411/CGR/CONSEA, de 04 de abril de 2017.**

**Processo:** 23118.0000698/2016-17

**Da Presidência dos Conselhos Superiores**

**HOMOLOGADO EM 20.04.2017**

**Assunto:** Institucionalização da Brinquedoteca (Laboratório Didático-Pedagógico)

A Câmara de Graduação (CGR) do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Parecer 2061/CGR, da relatora conselheira Alessandra Carvalho de Souza Melo Dias;
- Deliberação na 155ª sessão ordinária de 23.02.2017;

**DECIDE:**

**Art. 1º** Instituir o Laboratório Didático-Pedagógico Brinquedoteca no Campus de Rolim de Moura, constante às folhas 57 a 71 do mencionado processo e anexo a este ato (anexo I).

**Art. 2º** - Fazer emenda modificativa ao mencionado Parecer. A saber: “Fica aprovado o uso da brinquedoteca para todos os cursos de licenciatura do campus de Rolim de Moura, visando o princípio da economicidade”.

**Art. 3º** Aprovar o Regimento do mencionado Laboratório, constante às folhas ulamento do Laboratório constante do mencionado processo às folhas 49 a 56 e anexo a este ato (anexo II).

**Art. 4º** Este Ato Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

**Ato Decisório: 412/CGR/CONSEA, de 19 de abril de 2017.**

**Assunto:** Moção de apoio sobre horário de funcionamento da DIRCA, SERCAS e BIBLIOTECAS e celeridade no processo 23118.000037/2016-91

Da Presidência dos Conselhos Superiores

**HOMOLOGADO EM 20.04.2017**

A Câmara de Graduação (CGR) do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Deliberação na 157ª sessão ordinária de 18.04.2017.

**DECIDE:**

**Art. 1º** – Emitir moção de apoio para que haja o retorno imediato do atendimento ininterrupto da DIRCA, SERCAS e BIBLIOTECAS, suspenso recentemente, conforme Ato Decisório nº 201/CONSAD, de 31 de março de 2017 até que o recurso seja deliberado no Conselho Superior Universitário (CONSUN) e a celeridade do Processo 23118.000037/2016-91 (“Proposta de alteração e flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnicos administrativos em educação da UNIR”).

**Art. 2º** – Este Ato Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

**Ato Decisório: 413/CGR/CONSEA, de 19 de abril de 2017.**

**Assunto:** Moção de apoio sobre vagas de docentes para o departamento de Libras.

Da Presidência dos Conselhos Superiores

**HOMOLOGADO EM 20.04.2017**

A Câmara de Graduação (CGR) do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Deliberação na 157ª sessão ordinária de 18.04.2017.

**DECIDE:**

**Art. 1º** – Apoiar a abertura das duas vagas docentes da área de libras para o departamento de Libras, para que a PROGRAD proceda imediatamente com o concurso.

**Art. 2º** – Este Ato Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

**Ato Decisório: 414/CGR/CONSEA, de 19 de abril de 2017.**

**Assunto:** Comissão para estudo sobre a carga horária relativa ao crédito na Unir

Da Presidência dos Conselhos Superiores

**HOMOLOGADO EM 20.04.2017**

A Câmara de Graduação (CGR) do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.002279/2016-10;
- Deliberação na 157ª sessão ordinária de 18.04.2017.

**DECIDE:**

**Art. 1º** – Nomear comissão para proceder ao estudo sobre a carga horária relativa ao crédito na Unir, com os seguintes membros:

- Aldrin de Souza Pinheiro;
- Alessandra Carvalho de Souza Melo Dias;

- Alisson Diôni Gomes;
- Eleonice de Fátima Dal Magro;
- João Gilberto de Souza Ribeiro;
- Jorge Arturo Villena Medrano;
- Leonardo Severo da Luz Neto.

**Art. 2º** – A comissão terá noventa dias para entrega dos trabalhos.

**Art. 3º** – Este Ato Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

### **CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUN**

**Processo:** 23118.001620/2016-10

**Parecer:** 090/CONSUN

**Assunto:** Supressão Art. 83 (e incisos) e Art.85, Inciso II, do Regimento Geral UNIR

**Interessado:** Prof. Dr. Jorge Luiz Coimbra de Oliveira

**Relatora de Vistas:** Conselheira Walterlina Barboza Brasil

#### **Decisão do Plenário:**

Na 92ª sessão do CONSUN, em 29.03.2017, o Pleno rejeita os pareceres 1995/CGR e 091/CONSUN e aprova o parecer 090/CONSUN, cuja relatora é favorável a:

- 1- Rejeitar o indicativo, contrariando o Parecer do Relator Arivelto Cosme.
- 2- Determinar que a Pro-Reitoria de Graduação elabore e apresente ao CONSEA uma proposta de Resolução que Regule o jubramento na UNIR, observando o teor desse Parecer e a sugestão da Diretoria de Controle Acadêmico, constante do Memorando 202/2016/DIRCA/UNIR.
- 3- Determinar que a Pro-Reitoria de Graduação elabore e apresente ao CONSEA uma proposta de Regulamentação sobre demais indicadores de vínculo estudantil, envolvidos no teor dos artigos propostos no Indicativo, envolvendo o Núcleo Docente Estruturante no debate acadêmico dessas medidas e órgãos interessados.
- 4- Que as determinações propostas sejam encaminhadas ao CONSEA em 90 dias a contar do Despacho da SECONS para a PROGRAD.

### **CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUN**

**Processo:** 23118.001620/2016-10

**Parecer:** 091/CONSUN

**Assunto:** Indicativo: Supressão dos Arts. 83 (e seus incisos) e Art. 85, Inciso II, do Regimento Geral da UNIR

**Interessado:** Jorge Luiz Coimbra de Oliveira – Pró-Reitor de Graduação

**Relator:** Conselheiro Leonardo Severo da Luz Neto – Por Pedido de Vistas

#### **Decisão do Plenário:**

Na 92ª sessão do CONSUN, em 29.03.2017, o Pleno rejeita o parecer 091/CONSUN.

### **Conselho Superior Administrativo – CONSAD**

**Câmara de Política de Pessoal e Modernização Administrativa – CPPMA**

**Da Presidência dos Conselhos Superiores**

**HOMOLOGADO EM 25.04.2017**

**Processo:**23118.000620/2016-01

**Parecer:** 446/ CPPMA

**Assunto:** Remanejamento de Função Gratificada

**Interessado:** Ari Miguel Teixeira Ott

**Relator:** Conselheiro Jorge Arturo Villena Medrano

#### **Decisão:**

Na 43ª sessão ordinária, em 18.04.2017, a Câmara acompanha o parecer 446/ CPPMA, cujo relator é de parecer a que “matéria em pauta perdeu seu objeto” e que “no processo não cabe mais nem recurso no CONSUN por ter ultrapassado o prazo recursal”.

**Conselho Superior Administrativo – CONSAD**  
**Câmara de Política de Pessoal e Modernização Administrativa - CPPMA**  
**Da Presidência dos Conselhos Superiores**  
**HOMOLOGADO EM 25.04.2017**

**Processo:** 23118.001301/2011-08

**Parecer:** 450/ CPPMA

**Assunto:** CRIAÇÃO DA COORDENADORIA DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA - CITT

**Interessado:** CARLOS ALBERTO TENÓRIO DE C. JUNIOR

**Relator:** Conselheiro Prof. Geraldo da Silva Correia

**Decisão:**

Na 43ª sessão ordinária, em 18.04.2017, a Câmara acompanha o parecer 450/ CPPMA, cujo relator é favorável:

1- da Resolução 14/2012/CONSUN, para nela fazer constar nos ANEXOS 1 e 2, PRÓ-REITORIAS, PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROPESQ, DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DPPG, acrescentar a COORDENADORIA DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA, com FG-1.

2- da Resolução 111/2013/CONSAD, para remanejar a FG-1 da COORDENADORIA DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS para a COORDENADORIA DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA.

**Conselho Superior Acadêmico – CONSEA**  
**Câmara de Graduação – CGR**  
**Da Presidência dos Conselhos Superiores**  
**HOMOLOGADO EM 20.04.2017**

**Processo:** 23118.000698/2016-17

**Parecer:** 2061/ CGR

**Assunto:** “Institucionalização da Brinquedoteca (Laboratório Didático-Pedagógico)”.

**Interessado:** Campus de Rolim de Moura - BIANCA SANTOS CHISTÉ

**Relatora:** Conselheira Alessandra Carvalho de Souza Melo Dias

**Decisão:**

Na 155ª sessão ordinária, em 23.02.2017, a Câmara acompanha o parecer em tela, cuja relatora é “FAVORÁVEL à aprovação da proposta apresentada” e faz emenda aditiva: “Fica aprovado o uso da brinquedoteca para todos os cursos de licenciatura do campus de Rolim de Moura, visando o princípio da economicidade”.

**Conselho Superior Acadêmico – CONSEA**  
**Câmara de Graduação - CGR**  
**Da Presidência dos Conselhos Superiores**  
**HOMOLOGADO EM 20.04.2017**

**Processo:** 23118.002792/2016-19

**Parecer:** 2069/ CGR

**Assunto:** Proposta de resolução para regulamentação de Hora-Aula e horário dos cursos regulares de graduação presenciais da Unir.

**Interessado:** Pró-Reitoria de Graduação – Veronica Ribeiro da Silva Cordovil

**Relator:** Conselheiro José Lucas Pedreira Bueno

**Decisão:**

Na 157ª sessão ordinária, em 18.04.2017, a Câmara a câmara rejeita os pareceres 2039/ CGR e 2069/ CGR e apresenta nova proposta de resolução durante a sessão.

**CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO CONSEA**

**Câmara de Graduação – CGR**

Da Presidência dos Conselhos Superiores

**HOMOLOGADO EM 20.04.2017****Processo n.º** 23118.004263/2016-41**Parecer:** 2100/CGR

**Assunto:** “Instrução Normativa 003/DECIV/2016, procedimentos para solicitação de quebra de pré-requisitos de disciplinas do curso de Engenharia Civil”.

**Interessado:** CLAUDIO LUIZ DO AMARAL SANTINI**Relatora:** Conselheira Alessandra Carvalho de Souza Melo Dias**Decisão:**

Na 157ª sessão, em 18.04.2017, a Câmara **REJEITA** o parecer em tela, cuja relatora é **favorável** à aprovação da proposta apresentada, e restitui à origem para atendimento do constante no artigo 129 do Regimento Geral.

**Conselho Superior Acadêmico – CONSEA****Câmara de Graduação – CGR**

Da Presidência dos Conselhos Superiores

**HOMOLOGADO EM 20.04.2017****Processo:** 23118.002436/2016-97**Parecer:** 2102/CGR

**Assunto:** Regimento Interno / Núcleo docente Estruturante do curso de Pedagogia do Campus de Guajará-Mirim

**Interessado:** Campus de Guajará-Mirim - Jacinto Pedro Pinto Leão**Relator:** Conselheiro Jorge Arturo Villena Medrano**Decisão:**

Na 157ª sessão ordinária, em 18.04.2017, a Câmara acompanha o parecer em tela, cujo relator é **FAVORÁVEL** à aprovação do Regimento Interno / Núcleo docente Estruturante do curso de Pedagogia do Campus de Guajará-Mirim”.

**Conselho Superior Acadêmico – CONSEA****CÂMARA DE PESQUISA E EXTENSÃO – CPE**

Da Presidência dos Conselhos Superiores

**HOMOLOGADO EM 13.04.2017****Processo n.º** 23118.000540/2017-28**Parecer:** 2113/CPE**Assunto:** Projeto de Extensão “Mapa digital da ditadura militar em Vilhena”**Interessado:** Allysson Viana Martins.**Relatora:** Conselheira Andressa Miranda Chaves**Decisão:**

Na 94ª sessão ordinária, em 12.04.2017, a câmara acompanha o parecer em tela, cujo relator é **FAVORÁVEL a institucionalização** do Projeto de Extensão ‘Mapa digital da ditadura militar em Vilhena’, desenvolvido sob Coordenação do Professor Allysson Viana Martins do Departamento de Jornalismo do Campus de Vilhena.”

**Conselho Superior Acadêmico - CONSEA****Câmara de Pesquisa e Extensão – CPE**

Da Presidência dos Conselhos Superiores

**HOMOLOGADO EM 13.04.2017****Processo:** 23118.000703/2017-72**Parecer:** 2115 /CPE**Assunto:** PROJETO DE EXTENSÃO



**Assunto Complemento:** Hortas escolares promovendo a educação em Agroecologia em escolas de Rondônia

**Interessado:** Elaine Almeida Delarmelinda

**Relator:** Conselheiro Prof. Dr. Cláudio Silva de Melo

**Decisão:**

Na 94ª sessão ordinária, em 12.04.2017, a câmara acompanha o parecer em tela, cujo relator é “FAVORÁVEL à APROVAÇÃO e a INSTITUCIONALIZAÇÃO do projeto “Hortas escolares promovendo a educação em Agroecologia nas escolas de Rondônia” da proponente Elaine Almeida Delarmelinda lotada no Departamento de Educação – DEPED/RM/UNIR do Campus Rolim de Moura”.

### **CÂMARA DE PESQUISA E EXTENSÃO – CPE**

**Processo n.º** 23118.004582/2016-57

**Da Presidência dos Conselhos Superiores**

**HOMOLOGADO EM 13.04.2017**

**Parecer:** 2116/CPE/CONSEA

**Assunto:** Projeto de Pesquisa “Práticas de Imagens Documentais na cultura audiovisual da Amazônia Ocidental”

**Interessada:** Campus de Vilhena - Prof. Dr. Juliano José Araújo

**Relatora:** Conselheira Andressa Miranda Chaves

**Decisão:**

Na 94ª sessão ordinária, em 12.04.2017, a câmara acompanha o parecer em tela, cuja relatora é “FAVORÁVEL à institucionalização do Projeto de Pesquisa “Práticas de Imagens Documentais na cultura audiovisual da Amazônia Ocidental”, desenvolvido sob Coordenação do Professor Dr. Juliano José Araújo, como atividade do Grupo de Pesquisa e Extensão em Audiovisual, Departamento de Comunicação Social/Jornalismo do Campus de Vilhena”.

### **Conselho Superior Acadêmico – CONSEA**

**Câmara de Pesquisa e Extensão – CPE**

**Da Presidência dos Conselhos Superiores**

**HOMOLOGADO EM 13.04.2017**

**Processo:** 23118.000756/2017-93

**Parecer:** 2122/CPE

**Assunto:** PROJETO DE EXTENSÃO

**Assunto Complemento:** Projeto de Extensão “Galeria de Arte UNIR - GAU”.

**Interessado:** Edison do Carmo Arcaño

**Relator:** Conselheiro Prof. Dr. Cláudio Silva de Melo

**Decisão:**

Na 94ª sessão ordinária, em 12.04.2017, a câmara REJEITA o parecer em tela, cujo relator é “DESFAVORÁVEL à APROVAÇÃO e a INSTITUCIONALIZAÇÃO do projeto de extensão “Galeria de Arte UNIR – GAU” do proponente Edison do Carmo Arcaño lotado no Departamento de Artes – DArtes/NCH/Porto Velho” e APROVA o projeto de extensão em tela.

### **Conselho Superior Acadêmico – CONSEA**

**Câmara de Pesquisa e Extensão – CPE**

**Da Presidência dos Conselhos Superiores**

**HOMOLOGADO EM 13.04.2017**

**Processo:** 23118.000446/2017-79

**Parecer:** 2128/CPE

**Assunto:** PROJETO DE EXTENSÃO

**Assunto Complemento:** Projeto de Extensão “APOIO AO DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE PORTO VELHO”.

**Interessado:** NCET - Mariluce Rezende Messias Fernandes

**Relator:** Conselheiro Prof. Dr. Cláudio Silva de Melo

**Decisão:**

Na 94ª sessão ordinária, em 12.04.2017, a câmara acompanha o parecer em tela, cujo relator é “FAVORÁVEL à APROVAÇÃO e a INSTITUCIONALIZAÇÃO do programa de extensão “APOIO AO DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE PORTO VELHO” da proponente Mariluce Rezende Messias Fernandes lotada no Departamento de Biologia – DBIO/NCET/Porto Velho”.

#### **Resolução nº 176/CONSAD, de 11 de abril de 2017.**

Reformulação do Regimento Interno do Departamento de Biologia – Campus José Ribeiro Filho

O Conselho Superior de Administração (CONSAD), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições, considerando:

Processo 23118.001304/2015-67;

Parecer 439/CLN, do relator conselheiro Maurício Silva de Souza;

Deliberação na 64ª sessão da Câmara de Legislação e Normas, em 24.02.2017;

Deliberação na 75ª sessão Plenária, em 28.03.2017;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar o Regimento Interno do Departamento de Biologia, Campus José Ribeiro Filho em Porto Velho, constante no mencionado processo às folhas 43 a 61 e anexo a esta resolução.

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

#### **Resolução nº 467/CONSEA, de 06 de março de 2017**

Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia do PARFOR do Campus da UNIR em Ariquemes.

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições legais e considerando:

- Processo 23118.000403/2012-89;
- Parecer 1452/CGR, da Relatora Conselheira Marilsa Miranda de Souza;
- Deliberação na 122ª sessão da Câmara de Graduação, em 13.09.2013;
- Deliberação na 67ª sessão do Plenário, em 19.09.2013;
- Memorando 022/2015/PARFOR (fls. 207 a 210);
- Deliberação na 84ª sessão do Plenário, em 24.08.2016.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ariquemes do PARFOR, anexo a esta resolução, nos seguintes termos:

- Nome do curso:** Licenciatura em Pedagogia - Turma Especial – PARFOR;
- Grau:** Licenciado em Pedagogia;
- Número de vagas autorizadas:** 50;

- **Turno de fornecimento do curso:** Integral
  - **Modalidade:** Presencial;
  - **Periodicidade:** Semestral
  - **Duração:** 08 semestres;
  - **Carga horária total do curso:** 3.220 horas;
  - **Local de oferta e concentração de atividades:** Av. Tancredo Neves, 3450 – Setor Institucional – 76.872-848 – Ariquemes - Rondônia
- Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de publicação e revoga as disposições contrárias.

**ANEXO I DA RESOLUÇÃO 467/CONSEA, DE 06 MARÇO DE 2017**

**PROJETO PEDAGÓGICO DA TURMA ESPECIAL DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO EDUCACIONAL – ARIQUEMES-RO**

**SUMÁRIO**

	<b>APRESENTAÇÃO 2012</b>	4
	<b>APRESENTAÇÃO 2008</b>	5
	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	7
1.	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b>	8
1.1.	CONTEXTO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	8
	1.1.1. Missão, Princípios e Valores	8
	1.1.2. Breve Histórico da Fundação Universidade Federal de Rondônia	9
1.2.	CONTEXTO DO CAMPUS DA UNIR EM ARIQUEMES	10
	1.2.1. A região de influência do Município de Ariquemes	12
	1.2.2. Cursos e Recursos Humanos do Campus de Ariquemes	14
	1.2.3. Infraestrutura Física do Campus de Ariquemes	14
2.	<b>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA</b>	17
2.1.	OBJETIVOS DO CURSO DE PEDAGOGIA	17
2.2.	CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DO CURSO DE PEDAGOGIA	17
2.3.	JUSTIFICATIVA	20
2.4.	LEGISLAÇÃO	23
2.5.	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	24
	2.5.1. Educação Infantil	25
	2.5.2. Anos Iniciais do Ensino Fundamental	26
	2.5.3. Gestão Educacional	27
2.6.	PERFIL DO CURSO	28
	2.6.1. Histórico do Curso de Pedagogia da UNIR	28
	2.6.2. Histórico do Curso de Pedagogia do Departamento de Ciências da Educação da UNIR – Campus de Ariquemes	32
	2.6.3. Funcionamento do Curso de Pedagogia do Campus da UNIR de Ariquemes	33
2.7.	<b>ESTRUTURA CURRICULAR</b>	35
	2.7.1. Os Núcleos Como Articulação Interdisciplinar entre os Componentes Curriculares	35
	2.7.1.1. Núcleo de Fundamentos da Educação	35
	2.7.1.2. Núcleo de Fundamentos e Práticas Pedagógicas	36

		2.7.1.3.	Núcleo de Gestão e Organização do Trabalho Educativo	37
		2.7.1.4.	Núcleo de Estudos Integradores	38
2.8.	<b>REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO</b>			40
	2.8.1.	Matriz Curricular, por Núcleo, e Trajetórias de Formação		40
	2.8.2.	Matriz Curricular Obrigatória, por Período, Créditos e Carga Horária		40
	2.8.3.	Disciplinas optativas, temas integradores e atividades complementares		40
2.9.	<b>METODOLOGIA DE ENSINO E AVALIAÇÃO</b>			43
	2.9.1.	Metodologia de Ensino		43
	2.9.2.	Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem		44
	2.9.3.	Avaliação Institucional		44
3.	<b>ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA</b>			45
	3.1.	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA		45
		3.1.1.	Recursos Humanos do Departamento de Ciências da Educação	45
	3.2.	ESTRUTURA ACADÊMICA: INTEGRANDO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO		46
		3.2.1.	O Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade	46
			3.2.1.1. Os Laboratórios do ITES	46
			3.2.1.2. Os Grupos de Pesquisa do ITES	47
4.	<b>A ESTRUTURA INFRAESTRUTURA ESTÁ CONSTITUÍDA POR</b>			48
	4.1.	ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO DE PEDAGOGIA		49
5.	<b>MATRIZ CURRICULAR, POR PERÍODO, CARGA HORÁRIA, EMENTA E REFERÊNCIAS</b>			50
6.	<b>ANEXOS</b>			63
	6.1.	Anexo 1 – Quadro N. 06		64
	6.2.	Anexo 2 – Manual do Estágio Supervisionado		67
	6.3.	Anexo 3 – Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso		125
	6.4.	Anexo 4 – Convênio Municipal		137
	6.5.	Anexo 5 – Convênio Estadual		145
	6.6.	Anexo 6 – Quadro de Recursos Humanos do DECED		155
	6.7.	Anexo 7 – Regimento do Núcleo Docente Estruturante		159
	6.8.	Anexo 8 – Resolução de Criação do Curso		164
	6.9.	Anexo 9 – Resolução de Criação do Campus		166
	6.10.	Anexo 10 – Escritura do Campus		168
	6.11.	Anexo 11 – Portaria de Nomeação de Chefia de Depto		177
	6.12.	Anexo 12 – Formulário para Reconhecimento do Curso		179

## IDENTIFICAÇÃO

**Universidade Federal de Rondônia**

**Campus de Ariquemes**

**Departamento de Ciências da Educação**

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 3450 – Setor Institucional – 76.872-848

**Curso:** Licenciatura em Pedagogia (Turma Especial- PARFOR)

**Turno de Funcionamento:** Matutino, Vespertino e Noturno

**Forma de Ingresso:** Plataforma Freire e Processo Seletivo Simplificado

**Forma de oferta do Curso:** Modular

**Período Letivo:** Intensivo

**Regime Acadêmico:** Seriado

**Modalidade de Oferta:** Presencial

**Turno de funcionamento:** Integral

**Vagas:** 50

**Turma:** Única – Turma Especial - PARFOR

**Regime de Matrícula:** Semestral

**Ato de Criação:** Resolução 198/CONSEA, 18 de novembro de 2008 (Curso Regular)

**Data E-mec:** 20 de novembro de 2008

**Código E-mec:** 116782

**Legislação Específica do PARFOR:** Decreto Nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009; Portaria Nº 09 de 30 de junho de 2009.

**Ano de reconhecimento:**

**Portaria de Reconhecimento:** Em análise E-MEC/Processo N. 201206517

**Ano da última reformulação Curricular:** 2012

**Chefe de Departamento:** Rute Moreira Braga

**Coordenadora de curso/PARFOR:** Márcia Ângela Patrícia Marroco

**Coordenadora Geral/PARFOR:** Rosinete Vasconcelos Costa

**Diretor do Campus:** Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel

**Titulação: Licenciado em Pedagogia:** Habilitação para atuar na docência da Educação Infantil, dos Anos iniciais do Ensino Fundamental e na Gestão Educacional.

**Função:** Desempenho da docência, gestão, assessoria, consultoria, pesquisa, planejamento e avaliação de sistemas educacionais e escolares, programas e projetos públicos ou privados de quaisquer instituições, onde se realizem atividades de formação escolares e não-escolares.

**Síntese da Organização Curricular proposta:**

Hora/aula – 60 min.

Intervalo – 30 min.

Aulas mensais – 80

Aulas diárias – 12

Semanas/semestre – 6

Atividades Formativas e Aulas – 2.800h/a

Estágio Supervisionado – 320h

Atividades Complementares – 100h/a

Total Carga Horária – 3.220h

Duração do Curso: Mínimo 7 semestres; máximo 14 semestres

### 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

#### 1.1. CONTEXTO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), única instituição de ensino superior pública de Rondônia, foi criada pela Lei nº 7.011, de 08 de julho de 1982, publicada no DOU de 9 de julho de 1982, após a criação do Estado de Rondônia, pela Lei Complementar nº 47, de 22 de dezembro de 1981.

A sede administrativa da UNIR, localiza-se na Av. Presidente Dutra, N. 2965 – Centro, Porto Velho, CEP: 76.801-059. Onde estão a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração e Gestão de Pessoas (PRAGEP), de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD), de Planejamento (PROPLAN) e de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ).

Sob uma estrutura multicampi, a UNIR tem 8 campi, distribuídos pelos seguintes municípios: Guajará-Mirim, Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Presidente Medici, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena para atender a demanda social do estado de Rondônia.

O estado de Rondônia possui uma população de 1.562.409 habitantes (IBGE, 2010), com densidade demográfica de 6,58 hab/km<sup>2</sup>, taxa de urbanização de 73,22%, índice de desenvolvimento urbano de 0,78% (BC, 2007), PIB per capita de R\$ 13.465,00 (IBGE/SEPLAN, 2009) e uma taxa de analfabetismo de 8,70% da população.

Com uma economia baseada na agropecuária se destaca pela produção pecuária de bovinos, aves, suínos, eqüinos e ovinos e, na agricultura, pela produção de arroz, banana, cacau, café, feijão, mandioca, milho e soja.

As principais contribuições, para a constituição do PIB, são: administração, saúde e educação públicas: 25%; comércio e serviços de manutenção e reparação: 13,2%; pecuária e pesca: 10,9%; agricultura silvicultura e exploração vegetal: 10,1%; atividades imobiliárias e de aluguel: 6,6%; indústria de transformação: 5,7%.

### **1.1.1. Missão, Princípios e Valores**

A UNIR é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, tendo como finalidade precípua a promoção do saber científico puro e aplicado, e, atuando em sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão, possui os seguintes objetivos que se caracterizam por:

- Promover a produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- Formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica; estimular e proporcionar os meios para criação e a divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional;
- Estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região;
- Manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais, desde que não afetem sua autonomia, obedecidas as normas legais superiores.

### **1.1.2. Breve Histórico da Fundação Universidade Federal de Rondônia**

A Fundação Universidade Federal de Rondônia, criada através da Lei 7.011/82, iniciou suas atividades acadêmicas em 1982 com três cursos de Bacharelado (Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas), com a estrutura herdada da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia – FUNDACENTRO, vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Velho.

Adotando uma política de interiorização e de regionalização de suas atividades acadêmicas durante o quadriênio 1986-1989, a UNIR, através do 1.º Projeto Norte de Interiorização (1988), atendeu não apenas as necessidades emergenciais da comunidade rondoniense, mas também, ao Art. 60, parágrafo único, do ato das disposições transitórias da Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, que determinava: “Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição (...) as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino às cidades de maior densidade populacional”.

A partir desse dispositivo constitucional, criaram-se os *Campi* de Vilhena e Ji-Paraná (1988), com os cursos de Ciências e, em 1989, foram criados os *Campi* de Guajará-Mirim, Cacoal e Rolim de Moura, oferecendo os cursos de Letras, Pedagogia e Ciências Contábeis. Esses cursos, de caráter permanente, são destinados ao atendimento de demandas contínuas das principais cidades do interior do Estado.

A partir de 1992, o processo de interiorização é intensificado com a criação dos “Cursos Parcelados”, e a UNIR passa a ter 1.580 alunos, sendo 1.100 no interior e 480, na capital. Os cursos parcelados são cursos de graduação, ministrados nas férias letivas, viabilizados por convênios com a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia e com as Prefeituras dos Municípios beneficiados.

No ano de 2000, iniciam, novamente através de convênios (Prefeitura, Estado e posteriormente SINTERO), as turmas do Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos – PROHACAP, cujas turmas foram graduadas, entre 2004 e 2007.

Em 2007, com a aprovação do Projeto REUNI, pela Resolução 09/CONSUN, de 24 de outubro de 2007, foram criados dezessete Cursos, possibilitando o aumento de 715 vagas discentes, nesse ano, totalizando 2.860 vagas até o quarto ano, bem como possibilitou a contratação de 236 professores, até 2010.

Em 2007, ainda, em Convênio com o governo federal, são criados os Pólos de Educação a Distância, que atendem, em 2010, um total de 1.488 alunos.

Em 2010, são criados os Cursos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

No total a UNIR atende a 15.346 alunos de graduação, conforme está registrado no SINGU, em 20 de junho de 2012.

A UNIR possui, tomando por base o ano de 2012, 10 (dez) cursos de mestrados e 01 (um) doutorado institucionais; 06 (seis) mestrados (MINTER) e 07 (sete) doutorados (DINTER) em convênio com outras IFES, além de manter regularmente o PIBIC e inúmeros projetos de pesquisa institucionais.

A UNIR atua na extensão com o PROEXT e PIBEX, e diversos programas de assistência e apoio estudantil, entre os quais Transporte, Alimentação, Moradia, Trabalho, Conexão de Saberes, Esporte e Cultura, e Indígena, além do apoio a eventos de natureza cultural e esportiva.

## **1.2. CONTEXTO DO CAMPUS DA UNIR EM ARIQUEMES**

Com a criação do *Campus* de Ariquemes no município do mesmo nome, em 2007, a Universidade Federal de Rondônia – UNIR passa a atender a uma demanda social de 14 municípios, num raio de 200 KM, para os quais não havia Campus da Universidade Federal.

O município, criado em 1976 e instalado em novembro de 1977, pela Lei n. 6.448, de 11 de outubro de 1977, com uma área de 22.760 km<sup>2</sup>, após sucessivos desmembramentos – em 1981, cedeu área para a criação de Jaru; em 1988, para Machadinho d'Oeste; e, em 1992, para Jamari (atual Itapoã d'Oeste), Cacaulândia, Rio Crespo, Monte Negro e Alto Paraíso – sua área foi reduzida a 4.427 km<sup>2</sup>, com que permanece até hoje.

A partir de 1992, o processo de interiorização é intensificado com a criação dos “Cursos Parcelados”, e a UNIR passa a ter 1.580 alunos, sendo 1.100 no interior e 480, na capital. Os cursos parcelados são cursos de graduação ministrados nas férias letivas, viabilizados através convênios com a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia e com as Prefeituras dos Municípios beneficiados. Foi nesse contexto, que surgiu a primeira turma de ensino superior em Ariquemes, a turma de Pedagogia de 1992, graduada em 1995.

Em 1996, novamente através de convênio com a Prefeitura, são criadas duas turmas de Letras e duas de Contabilidade, ambas graduadas em 2000. Nesse mesmo, iniciam, ainda através de convênios (Prefeitura, Estado e posteriormente SINTERO) as turmas do Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos – PROHACAP, sendo graduadas, entre 2004 e 2007, treze turmas de diversas licenciaturas. Vale ressaltar que o pólo Ariquemes, desse mesmo programa, atendia aos municípios circunvizinhos perfazendo um total de 13 turmas.

A envergadura e a abrangência geográfica do Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos – PROHACAP evidenciou a importância estratégica do município para a microrregião onde se encontra.

Foi a partir dessa perspectiva, que se criou o primeiro curso regular da UNIR no município, o Curso de Informática, em 2003 e iniciado no segundo semestre de 2004, para que ele fosse o embrião do novo campus. Além desses cursos, foram criados, em 2007, os cursos do sistema UAB/EAD.

O Desse modo, estavam criadas as condições locais para a criação do Campus, mas se precisava transpor a oposição, principalmente, dos outros campi, que viam na criação do campus um ato que viria a pauperizar, ainda mais, as condições materiais e humanas daqueles. Essa oposição foi superada pelo trabalho coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, que envolveu a mobilização das forças políticas do município e da administração do reitor, Prof. Dr. José Januário do Amaral. Nesse contexto, o Campus de Ariquemes foi criado a 16 maio de 2007, sem a perspectiva de que cursos poderiam ser criados.

No entanto, logo em seguida, veio a público o Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Brasileira, no qual o Campus foi contemplado inicialmente com três Cursos: Pedagogia, Engenharia de Alimentos e Engenharia da Produção, sendo este último suprimido, quando o MEC determinou que não poderia ser 18 cursos e sim 16. Ao abrirmos mão do Curso de Engenharia da

Produção, todavia, foi acordado que outros cursos afins aos instalados poderiam ser criados para consolidar o Campus e responder as demandas da região.

É dentro desse contexto, que o *campus* de Ariquemes, mesmo tardiamente, pretende responder às demandas sociais, econômicas e ambientais de forma criativa e empreendedora, aspecto este que já rapidamente vem sendo comprovado, conforme demonstrado a seguir, por meio de iniciativas que demonstram sua adequada gestão assim como iniciativa e comprometimento do seu quadro de docentes.

Hoje, meados de 2012, o Campus conta com os cursos do sistema UAB/EAD: 5 (cinco) cursos de graduação: Letras, Pedagogia, Biologia, Educação Física e Administração Pública; 3 (três) cursos de pós-graduação lato sensu: Gestão Pública Municipal, Gestão Pública e Gestão Pública em Saúde.

Com os cursos do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR: Pedagogia, com duas turmas em Ariquemes e uma em Cerejeiras, e Informática, com uma turma.

Com os cursos regulares: Pedagogia e Engenharia de Alimentos, possuindo o Campus, no total, 874 alunos regularmente matriculados, conforme pode ser verificado pela síntese do Quadro N. 01, página 16.

### 1.2.1. A região de influência do Município de Ariquemes

O Município de Ariquemes se localiza bem no centro de região entre os municípios de Porto Velho, Ji-Paraná, Machadinho d'Oeste e Buritis, num raio que abrange um total de 14 (quatorze) municípios.

Essa área se encontra exatamente entre as regiões mais desmatadas, localizadas no centro-sul do Estado, e as áreas com índices elevados de ação antrópica recente, tanto para o leste, no sentido Machadinho, na divisa com o Estado do Amazonas e Mato-Grosso, quanto para o oeste, no sentido Buritis, município este detentor do 1º lugar em crescimento demográfico do Brasil, segundo o último censo do IBGE.

Curiosamente, ou melhor, incompreensivelmente, o município de Ariquemes possui a 4ª população do Estado, ao mesmo tempo em que é o 4º colégio eleitoral e o 4º PIB, além de se encontrar na microrregião de maior crescimento populacional, da última década, não possui um Campus da Universidade Federal de Rondônia.

**Tabela N. 1 – Participação relativa e total dos Municípios, que integram a microrregião de Ariquemes, na população, produto interno bruto, produto interno bruto agrícola, população no ensino médio e área.**

MUNICÍPIO	POP. (IBGE-2010)	PIB (IBGE/SEPLAN-2009)	GADO (IDARON-2009)	PIB-AGRIC (2005)	POP. ENS. MED (SEDUC-2010)	ÁREA
Rondônia	1.562.409	20.236.194	12.074.362	1.352.553	65.178	237.576,17
Região de Influência	313.784	3.615.036	3.512.494	428.630	11.956	45.114
Percentual da Região	20,1	17,9	27,4	31,7	18,3	18,9
Ariquemes	90.353	1.040.961	440.053	61.110	3.907	4.427
Itapoã d'Oeste	8.566	84.786	76.644	6.156	211	4.081
Jaru	52.005	650.214	510.829	53.907	2.250	2.944
Machadinho	31.135	303.792	241.871	118.012	763	8.509
Buritis	32.383	326.337	387.858	25.115	1.153	3.266
Campo Novo	12.665	132.687	278.067	16.418	291	3.442
Monte Negro	14.091	145.329	240.209	18.949	723	1.931
Alto Paraíso	17.135	179.100	207.357	16.473	636	2.652
Rio Crespo	3.316	89.957	133.964	9.651	116	1.718
Cujubim	15.854	193.657	133.254	17.848	463	3.864
Vale do Anari	9.384	114.089	121.482	15.026	318	3.135
Theobroma	10.649	128.036	239.159	28.665	416	2.197



Cacaulândia	5.736	102.528	258.799	18.131	245	1.962
Jorge Teixeira	10.512	123.563	242.948	23.169	464	5.067

Fontes: População: IBGE; PIB: SEPLAN e IBGE; Gado: IDARON; PIB-AGRICOLA: SEAGRI; Alunos do Ensino Médio: SEDUC; Área: site dos municípios e site governo do Estado.

Conforme se tem a possibilidade de demonstrar, pela Tabela, acima, essa região desassistida pela UNIR corresponde a uma contribuição que varia entre 18 e 31,7 % de participação na composição dos indicadores sócio-econômicos do Estado.

Assim, o conjunto dos 14 Municípios tem uma população que corresponde a 21,7 % do Estado; a 19,3 % do Produto Interno Bruto; 27,4 % de todo o rebanho da pecuária bovina; quase 32 % do PIB Agrícola e a uma área de 18 % do Estado. O mais impressionante é que esses Municípios detêm 18 % de todos os alunos de ensino médio do Estado para um único Curso Superior Público regular, o Curso de Informática em Ariquemes.

### **1.2.2. Cursos e Recursos Humanos do Campus de Ariquemes**

Até junho de 2012, o Campus de Ariquemes possui 2 (dois) cursos presenciais de graduação (Pedagogia e Engenharia de Alimentos) e 5 (cinco) à distância (Letras, Pedagogia, Biologia, Educação Física e Administração Pública); 2 (dois) cursos em modalidades especiais (Pedagogia e Informática) e 3 (três) cursos de pós-graduação lato sensu: Gestão Pública Municipal, Gestão Pública e Gestão Pública em Saúde perfazendo um total de 874 alunos.

Possui 21 professores, sendo 11 do Departamento de Ciências da Educação, 7 do Departamento de Engenharia de Alimentos, 3 do Departamento Interdisciplinar e 3 técnico-administrativos, sendo uma bibliotecária, conforme pode ser verificado pelo Quadro 1, abaixo.

### **1.2.3. Infraestrutura Física do Campus de Ariquemes**

O Campus de Ariquemes possui, em junho de 2012, para o Curso de Pedagogia, presencial, especial e à distância, a seguinte infraestrutura:

Quatro blocos construídos e dois em construção. Com 4 salas de aula (todas equipadas com internet, data-show, ar-condicionado e carteiras) e 8 com previsão de entrega para setembro de 2012; laboratório de informático equipado com 50 máquinas e web-conferência; com internet em todos os blocos, sala de professores, sala de departamento e biblioteca, conforme discriminado pelo Quadro N. 02, abaixo.

**QUADRO N. 01 – DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS HUMANOS, POR CURSO, DO CAMPUS DE ARIQUEMES**

DPTO	CURSO	NIVEL	TURMAS	Nº ALUNOS	Nº PROFS				T-ADM			
					ESP	MS	DR	Total	MD	SUP	Total	
DIRETORIA										<b>02</b>		<b>02</b>
DECED	Pedagogia Regular	GR	04	168	<b>03</b>	<b>07</b>	<b>01</b>	<b>11</b>				
	Pedagogia PARFOR Ariquemes	GR	02	96								
	Pedagogia PARFOR Cerejeiras	GR	01	49								
PARFOR	Informática	GR	01	29								
UAB	Pedagogia	GR	02	86								
	Letras	GR	02	75								
	Administração Pública	GR	01	50								
	Gestão Pública Municipal	PG	01	45								
	Gestão Pública em Saúde	PG	01	48								
	Gestão Pública	PG	01	50								
	Biologia (Pró-Licenciatura)	GR	01	36								
	Educação Física (Pró-Licenciatura)	GR	01	50								
DENGEA	Engenharia de Alimentos	GR	03	92	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>07</b>				
DINTEC		-	-	-		<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>				
BIBLIOTECA		-	-	-						<b>01</b>	<b>01</b>	
	<b>TOTAIS</b>	<b>3 PG 10 GR</b>	<b>21</b>	<b>874</b>				<b>21</b>				<b>03</b>

**QUADRO N. 02 – DEMONSTRATIVO DA INFRAESTRUTURA, POR BLOCO, DO CAMPUS DE ARIQUEMES**



<b>E</b>	<b>1090m<sup>2</sup></b>	01		01 Almojarifado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			02	Conj. WC Masculino/Feminino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>BLOCO F</b>	<b>1409m<sup>2</sup></b>	05		Auditório											
				Laboratório NAPA											
				Laboratório LABTECA											
				Laboratórios PLAGEPE											
			10		Gabinete										
				04	Conj. WC Masculino/Feminino										
<b>T O T A L</b>	<b>3.427 m<sup>2</sup></b>	<b>13</b>	<b>22</b>	<b>11</b>	<b>142</b>	<b>444</b>	<b>34</b>	<b>12</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>80</b>	<b>11</b>	<b>06</b>	<b>03</b>	<b>03</b>

## **2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **2.1. OBJETIVOS DO CURSO DE PEDAGOGIA**

#### **A) Objetivo Geral:**

Proporcionar formação inicial profissional para o exercício da docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como para o exercício da Gestão Educacional, em sistemas de formação escolar e não-escolar, público ou privado, a partir de paradigmas científicos e tecnológicos contemporâneos, do respeito à diversidade cultural e social, e da valorização da democracia.

#### **B) Objetivos Específicos:**

- 1- Formar profissionais competentes para atuar na docência e gestão da educação básica;
- 2- Conjuguar uma sólida formação teórica com a prática social docente, a pesquisa experimental e a prestação de serviços à comunidade;
- 3- Proporcionar vivências na elaboração e execução projetos educativos, tanto na área da docência, quanto na área de gestão, por concepções democráticas da educação;
- 4- Contribuir para o avanço do conhecimento pedagógico e das tecnologias educacionais, para atender de forma qualificada as demandas sociais e produtivas do mundo do trabalho;
- 5- Aprofundar o conhecimento científico da região amazônica, bem como do estado de Rondônia, em suas dimensões econômico-social, ambiental e cultural;

### **2.2. CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DO CURSO DE PEDAGOGIA:**

O Curso de Pedagogia, esboçado nesse Projeto, se propõe ao compromisso com as demandas culturais, sociais, políticas e ambientais, bem como aos paradigmas tecnológico-produtivos e técnico-científicos de nosso tempo.

Culturalmente herdeiro da tradição ocidental, mas reconhece à diversidade e às diferenças culturais como elementos determinantes da formação étnico-racial brasileira. Nesse sentido, contrariando a tradição etnocêntrica, postula pela igualdade étnico-racial, a partir da qual todas as culturas devem ser igualmente tratadas.

Do mesmo modo como não pode desconhecer que a formação social brasileira, gerada na mais ampla miscigenação sob o sistema colonial, baseado na escravidão de negros e índios, resultou numa sociedade, ainda hoje, desigual e elitista. Por esta razão, o Curso deve almejar a uma educação que vise à superação de tais desigualdades.

Não deve desconhecer que só muito recentemente, ao contrário de outras sociedades latinoamericanas, o Brasil logrou conquistar o estado democrático de direito. Formado num sistema colonial e imperial extremamente elitista, e por uma república sem bases políticas nacionais, a formação política brasileira tem por tradição o elitismo, o regionalismo, o coronelismo, a conspiração golpista de grupos hegemônicos em prejuízo aos direitos das massas excluídas. Assim, sob esses pressupostos, o Curso deve aspirar à consolidação da democracia, a partir do respeito à igualdade política dos cidadãos, através do respeito às suas múltiplas diferenças: credo, religiosa, ideológica, política, bem como, no caso específico da formação acadêmica, às diferenças filosóficas e epistemológicas.

Hoje, mais do que em qualquer outra época, é necessário pôr na agenda a discussão sobre os impactos ambientais do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na exploração dos recursos naturais não-renováveis. Por esse caminho, o Curso deve almejar uma formação para a sustentabilidade humana, desde a perspectiva de um desenvolvimento, onde a eficiência econômica e tecnológica considere imprescindíveis a equidade social e a sustentabilidade ambiental.

Um curso sincronizado com tal desenvolvimento e com as forças motrizes da sociedade digital, que tem na microeletrônica a base de sua sustentação, deve estar integrado aos paradigmas tecnológico-produtivos e técnico-científicos da contemporaneidade.

Nesse sentido, no primeiro caso paradigmático, deve estar atento às demandas produtivas do mercado, às inovações tecnológicas e às mudanças administrativas do Estado, para as quais a educação deve corresponder eficazmente.

No segundo caso, deve alicerçar-se em princípios epistemológicos, pedagógicos e políticos, através dos quais possa proporcionar não só consistência técnica à formação universitária, mas também consciência ético-política. Para tanto, a formação do pedagogo, por essa perspectiva, deve se sustentar:

a) Na **emancipação humana como princípio filosófico**. Considerar a emancipação humana como princípio motriz é reconhecer a natureza histórico-dialética da formação da humanidade do ser humano e, assim, reconhecê-lo como princípio e fim educativos, segundo três dimensões: enquanto humanização, por conceber o homem como produto histórico do trabalho, em suas contradições culturais, sociais e políticas em face de seu relacionamento com a natureza e com sua própria espécie, humanizando-as ao mesmo tempo em que se humaniza; enquanto consciência social, por reconhecer as possibilidades humanas de superação dos processos alienatórios; e, enquanto liberdade, por depositar na força social da ação humana a condição de sujeito da própria história.

b) No **trabalho como princípio educativo**. Indissociável do princípio anterior, pois é o meio através do qual o homem se faz humano, considerar o trabalho como princípio educativo por excelência significa admitir que o homem pode aperfeiçoar, por processos educacionais, a produção e reprodução de suas próprias condições de existência. Com este princípio a ciência encontra a base sobre a qual pode desenvolver sistematicamente o aprimoramento das capacidades humanas em suas múltiplas dimensões, a partir dos paradigmas técnico-científicos e tecnológico-produtivos contemporâneos.

c) Na **politecnia como princípio pedagógico**. Estabelecido o trabalho como princípio educativo, a ciência social proporciona à Pedagogia, enquanto ciência particular, as condições de criar os princípios, a partir dos quais serão operacionalizados os processos de desenvolvimento das capacidades humanas. Nesse sentido, a politecnia é o princípio pedagógico que possibilita pensar o desenvolvimento das capacidades humanas de forma integral, tratando equilibradamente racionalidade, habilidade, sensibilidade e sociabilidade. A racionalidade como desenvolvimento das dimensões lógico-cognitiva e psíquica; a habilidade, enquanto expressão de capacidades psicomotoras e físicas; a sensibilidade como potencialização de todos os sentidos pela arte; e a sociabilidade como efetivo exercício político nas relações sociais.

d) Na **pesquisa como princípio metodológico**. Fundada em epistemologias da educação ou em teorias científicas da educação e seus métodos pedagógicos e investigativos, a pesquisa deve ser o princípio condutor da prática acadêmica do Curso de Pedagogia, onde princípios epistemológicos sejam a base dos metodológicos, através dos quais a formação teórica encontre coerência com a prática, seja acadêmico-laboratorial, seja profissional, seja, ainda, social e política.

e) Na **interdisciplinaridade como princípio didático**. Orientação teórico-metodológica que deve se dá na perspectiva da síntese do conhecimento, não apenas pela integração dos saberes produzidos nas diversas áreas do estudo, mas também pela associação dialética entre teoria e prática, ação e reflexão, ensino e aprendizagem, conteúdo e forma, processo e produto, buscando a formação politécnica e integral do homem.

f) Na **cultura democrática como princípio político**. Com a adoção desse princípio, quer o Curso de Pedagogia enfatizar sua postura contrária às estruturas elitistas, autoritárias e ditatoriais sob as quais o país foi formado, para apostar no aprofundamento do modelo surgido na década de 1980, do qual a Constituição de 1988 é a sua expressão máxima. Assim, o Curso procurará educar as atuais e futuras gerações, sob a égide do respeito aos princípios democráticos e à diversidade filosófico-epistemológica, ética, religiosa, étnico-racial, cultural, social, político-ideológica e partidária, bem como às diferenças regionais.

Esses princípios formam, no conjunto, a base sobre a qual a práxis educativa, enquanto prática pedagógica, deve se concretizar, articulando sistematicamente teoria e prática, em busca da integração entre ensino, pesquisa e extensão, voltados para a educação infantil, a alfabetização, os anos iniciais do ensino fundamental, bem como para a formação profissional em gestão educacional, ambientados para proporcionar formas de sociabilidade, onde as relações humanas possibilitem o florescimento de uma juventude politicamente democrática, historicamente situada; culturalmente comprometida; pedagogicamente politécnica e, por tudo isso, socialmente participativa.

### **2.3. JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista a existência de um significativo número de professores da Educação Básica atuando, ainda sem a devida habilitação para o Magistério, o Programa de Formação de professores – PARFOR surge como um Programa emergencial instituído para atender a comunidade com o objetivo de induzir e fomentar a oferta de Educação Superior gratuita e de qualidade para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da Educação Básica no país.

### **2.4. LEGISLAÇÃO**

Este Projeto Político-Pedagógico representa o resultado dos estudos e discussões dos professores dos Departamentos de Educação da Universidade Federal de Rondônia do Campus de Porto Velho (DED) e do Campus de Ariquemes (DECED).

Fundado no princípio constitucional (Art. 205) de que a educação é direito de todos, por dever do Estado e da família, e que deve voltar-se para a formação para o trabalho e o exercício da cidadania, bem como nos princípios dos Art. 3º e 43 e, igualmente, nas determinações dos Art. 62 e 64 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, esse PPP tem por base legal a Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, resultante dos Pareceres n. 5, de 13 de dezembro de 2005, e n. 3, de 21 de fevereiro de 2006, todos do Conselho Nacional de Educação - CNE.

Considera, ainda, o Parecer n. 3, de 17 de abril de 2007, que trata da Educação Especial, bem como a Resolução n. de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Atende ao disposto no Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que determina a inclusão de Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, assim como atende ao disposto na Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, acerca dos conteúdos de Educação das Relações Étnico-Raciais.

O regimento do Estágio Supervisionado, bem como sua regulamentação legal (Parecer CNE/CES N. 744, de 03/12/1997; Parecer CNE/CP N. 09, de 08/05/2001; Parecer CNE/CP N. 27, de 02/10/2001; Resolução CNE/CP N. 01, de 18/02/2002; Resolução CNE/CP N. 02, de 19/02/2002; Parecer CNE/CES N. 197, de 07/07/2004; Parecer CNE/CES N. 15, de 02/02/2005; Resolução CNE/CP N. 01, de 15/05/2006; Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008), encontra-se no Anexo N. 02, do mesmo modo como o regimento do Trabalho de Conclusão de Curso se encontra no Anexo N. 03.

A base legal concernente aos processos avaliativos será a da própria instituição, que hoje é a Resolução N. 251/CONSEPE, de 27/11/1997.

Considera, por fim, a possibilidade de oferta de carga horária à distância em curso regular, em comum acordo com o que dispõe a Portaria Ministerial n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, bem assim com o que orienta o Despacho do Departamento de Supervisão do Ensino Superior do Ministério da Educação sobre o aprofundamento de estudos em áreas que, historicamente, são da competência do Curso de Pedagogia.

Finalmente, não deixa de levar em consideração as contribuições imprescindíveis das entidades representativas do movimento de educadores, tais como a ANFOPE, a ANPED e o FORUMDIR, entre as quais as concepções de base comum nacional, a docência como base de formação, o trabalho como princípio educativo e a politecnicidade como princípio pedagógico, sólida formação teórica, a práxis social como interação teoria-prática, a pesquisa como princípio formativo e epistemológico, a gestão democrática da educação, o compromisso social, ético, político e técnico do profissional da educação, articulação entre a formação inicial e a continuada do profissional da educação, avaliação permanente e contínua dos processos de formação, quase todos assumidos como princípios desse Projeto Pedagógico.

### **2.5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO DA TURMA DO PARFOR**

O Curso de Pedagogia da UNIR, vinculado ao Departamento de Ciências da Educação do Campus de Ariquemes, deve se nortear pela realização de estudos pedagógicos e educacionais, desde uma perspectiva que envolva a interrelação com a prática social, com a pesquisa empírica e experimental, e com os processos de extensão junto à comunidade, tomando a Pedagogia tanto como campo epistemológico, quanto profissional. Como tal destina-se à formação para a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; à preparação de pesquisadores sobre a educação e o ensino; à formação de profissionais na área de planejamento, coordenação, avaliação e gestão de sistemas educacionais, escolares e não-escolares.



Particularmente, a preparação de pesquisadores, enquanto atividade que dará suporte ao ensino de graduação, pós-graduação e extensão, será concentrada em três áreas circunscrita ao escopo do Curso de Pedagogia, a saber: Didática e Alfabetização Infantil e de Adultos; Dificuldades de Aprendizagem da infância à idade adulta; e, finalmente, Planejamento e Gestão Educacionais, subsidiadas pelo Laboratório de Novas Tecnologias e Mídias Educacionais.

O Graduado em Pedagogia deverá estar preparado para realizar estudos pedagógicos no campo teórico-investigativo da educação, bem como para exercer a profissão nos sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais, inclusive não-escolares.

Esse profissional deve considerar que a reestruturação produtiva da sociedade capitalista, marcada pela flexibilização da produção, integração de setores organizacionais, multifuncionalidade e sistemática atualização das ocupações, bem como pela valorização dos saberes dos trabalhadores não ligados ao conhecimento formalizado e por novos paradigmas da produção, exigem uma massa de conhecimentos e atitudes bastante diferentes das qualificações formais requeridas pelas organizações de trabalho de tipo taylorista-fordista.

Como ressalta Frigotto (1996) a luta hegemônica se desenvolve sob uma mesma materialidade histórica, complexa, conflitante e antagônica, as alternativas em jogo no campo dos processos educativos se diferenciam tanto pelo processo quanto pelo conteúdo humano e técnico-científico. Portanto, o desafio está, sob a base contraditória do capital, em formar profissionais da educação capazes de analisar e interpretar os infindáveis problemas que a realidade apresenta de forma, interdisciplinar, autônoma e indissociável teoria e prática.

Nesta Proposta Curricular a relação trabalho-educação é compreendida no plano das contradições engendradas pelas relações sociais de produção. Esse direcionamento permite entender as condições sócio-econômicas das classes subalternas, o que é essencial para a construção de um Projeto de formação humana segundo a concepção histórico-social de homem.

A finalidade desse tópico é a reafirmação de que perseguimos a formação omnilateral dos indivíduos como propósito ético-político na perspectiva da emancipação humana.

Nessa direção, o currículo do Curso de Pedagogia da UNIR, Campus de Ariquemes, está constituído por um conjunto de conhecimentos, competências, habilidades e valores, que qualifica o graduando para:

### **2.5.1. Educação Infantil**

**a) Conhecimento:** Dominar a natureza do trabalho e do conhecimento científico acerca da educação infantil;

#### **b) Competências:**

Creche: Dominar métodos, técnicas e atividades educativos com crianças de zero a três anos;

Pré-Escola: Dominar métodos, técnicas e atividades educativos com crianças de quatro a cinco anos;

Alfabetização: Dominar métodos, técnicas e atividades de alfabetização infantil e de adultos;

#### **c) Habilidades:**

Creche: compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social:

Pré-Escola: Preparar e executar atividades pedagógicas apropriadas à educação e ao desenvolvimento psicomotor, afetivo, social e cognitivo da criança;

Alfabetização: Planejar e executar os métodos, técnicas e atividades pedagógicas de alfabetização, de forma a contribuir com a formação integral do educando.

**d) Valores:** Agir com ética profissional e respeito às diferenças étnico-raciais, culturais, sociais e à idade do educando.

### **2.5.2. Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

**a) Conhecimento:** Dominar a natureza do trabalho, dos métodos e das técnicas de ensino, e do conhecimento científico a ser utilizado nos anos iniciais do ensino fundamental;

#### **b) Competências:**

Alfabetização: Dominar métodos, técnicas e atividades pedagógicas de alfabetização infantil e de adultos;

Anos Iniciais: Dominar métodos, técnicas, atividades pedagógicas e dos conteúdos curriculares, por área do ensino fundamental;

#### **c) Habilidades:**

Alfabetização: Planejar e executar métodos, técnicas e atividades pedagógicas de alfabetização infantil e de adultos;

Anos Iniciais: Planejar e executar métodos, técnicas, atividades pedagógicas e dos conteúdos curriculares, por área do ensino fundamental;

**d) Valores:** Agir com ética profissional e respeito às diferenças étnico-raciais, culturais, sociais e à idade do educando.

### **2.5.3. Gestão Educacional**

#### **a) Conhecimento:**

Dominar a natureza do trabalho, através dos modelos de gestão organizacional dos sistemas educacionais e o conhecimento científico acerca da educação, em particular da educação básica;

#### **b) Competências:**

Dominar métodos e técnicas de gestão organizacional dos sistemas educacionais e o conhecimento científico acerca da educação, em particular da educação básica;

#### **c) Habilidades:**

Planejar e executar métodos e técnicas de gestão organizacional dos sistemas educacionais e o conhecimento científico acerca da educação, em particular da educação básica;

**d) Valores:** Agir com ética profissional e respeito às diferenças étnico-raciais, sexuais, de idade e gênero, culturais, sociais, político-ideológicas, religiosas e epistemológicas, bem como aos princípios democráticos.

Além disso, deve o Profissional Pedagogo estar capacitado para:

1. Participar da Gestão das Instituições Educacionais, escolares e não-escolares, desenvolvendo trabalho em equipe no Planejamento, na Coordenação Pedagógica, na Supervisão Escolar, na Orientação Educacional, na Avaliação, promovendo o diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento, bem como a participação democrática de professores, alunos, pais, demais profissionais da instituição e a comunidade local;

2. Incentivar o ensino articulado à pesquisa e à vivência comunitária, visando ao aperfeiçoamento da prática pedagógica na escola;

3. Avaliar permanentemente o desempenho pedagógico e administrativo, visando ao aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico da Escola, bem como Projetos e Programas Educacionais em geral;

4. Atuar com portadores de necessidades especiais, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos e cidadania;

5. Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

6. Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;

7. Atuar, complementarmente, nas escolas de remanescentes de quilombos, do campo e indígena;

Vale assinalar, finalmente, que o conjunto de qualificações, acima elencados, são mediações dialéticas do processo de formação e, como tal, dá-se, sob condições históricas e concretas, na relação trabalho-educação, cujo produto será, sempre, determinado pelas múltiplas condições e sujeitos sociais envolvidos no processo de formação.

## **2.6. PERFIL DO CURSO**

### **2.6. 1. Histórico do Curso de Pedagogia da UNIR**

A criação do curso de Pedagogia em Rondônia está relacionada ao processo de interiorização da Universidade Federal do Pará, que se dá, em âmbito regional, entre fins da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1980. Esse processo de interiorização está ligado às ações do Projeto Rondon, ao Centro Rural Universitário e Ação Comunitária (CRUTAC) e aos Cursos desenvolvidos pelo Núcleo de Educação daquela Universidade, entre os quais Cursos de Licenciatura de duração curta e plena, e de formação de professores em nível médio.

Assim, em 1971, são formulados programas de qualificação de professores e técnicos não só da capital, Belém, mas também do interior do estado do Pará. Essa iniciativa é ampliada aos territórios da região amazônica. É o caso do Amapá, de Roraima e de Rondônia cuja ação é coordenada e executada pelo recém criado Centro de Educação da UFPA, “o qual era responsável por todas as implicações decorrentes da oferta de cursos dessa natureza, como indicação de professores, controle

acadêmico, sendo inclusive criado na estrutura do Centro um setor encarregado desses cursos, a Coordenação dos Cursos Especiais” (CAMARGO, 1997, p.32).

No período de 1979 a 1981, o Núcleo de Educação da Universidade do Pará, expandiu a sua área de atuação e cria sub-núcleos de ensino superior nas cidades de Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena, Guajará-Mirim e Ji-Paraná. Nas quatro primeiras com as licenciaturas curtas de Letras, Estudos Sociais e Ciências. Em Guajará-Mirim, licenciaturas curtas de Ciências e licenciaturas plenas em Geografia, Letras e Pedagogia. Em Ji-Paraná, com a licenciatura curta em Ciências e licenciaturas plenas em Geografia e História. Em Porto Velho, licenciaturas plenas em Letras, Geografia, História, Matemática e Pedagogia/Orientação Educacional e um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior.

Esses cursos desenvolvidos nos núcleos de Porto Velho foram intensificados na década de 1980 e “irão ensinar a constituição das universidades locais, depois de concluído o processo de transformação do território em estado” (CAMARGO, 1997, p.33).

Aliado às experiências com a UFPA, tem-se o trabalho da FUNDACENTRO na consolidação da educação superior no Estado de Rondônia, principalmente, com respeito à criação da única instituição pública organizada academicamente como universidade no Estado, a Universidade Federal de Rondônia.

A Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO), criada pela Lei Municipal nº 108, de 08 de julho de 1975, entidade de direito privado, e vinculada a Prefeitura Municipal de Porto Velho tem a finalidade de criar e manter o ensino superior no então Território Federal de Rondônia, o que se concretiza com a autorização dos cursos de Economia, Ciências Contábeis e Administração, mediante parecer nº 1.672, de 07 de dezembro de 1979, do Conselho Federal de Educação e Decreto Presidencial nº 64 896, de 12 de maio de 1980. O primeiro concurso vestibular é realizado pela FUNDACENTRO, em julho de 1980 (MOREIRA, 2001, p. 86).

No início da década de 80, o Território Federal de Rondônia passa à categoria de Estado, através da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1980. Dois anos depois é criada a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), conforme dispõe a Lei nº 7.011, de 08 de julho de 1982. A UNIR organiza-se, à época, com uma proposta de regionalização e adota uma estrutura departamental: Departamento de Educação, Ciências Exatas e Ciências Humanas e Sociais.

Entre os novos cursos consta o de Pedagogia, com habilitação em Magistério das Disciplinas Pedagógicas e em Supervisão Escolar, com funcionamento no turno matutino. Souza (2006) nos informa que a primeira matriz curricular do curso foi definida por técnicos e que ao longo dos quatro primeiros anos essa matriz sofreu duas adaptações.

Em abril de 1986, oportunizado pela elaboração do Plano de Desenvolvimento da UNIR, que contava com uma assessoria da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Fundação João Pinheiro, iniciou-se o desenvolvimento de um projeto de reestruturação curricular, que culminou, em janeiro de 1987, em novo Projeto de Curso.

Em 1991 o Curso deixa de ser anual e passa a ser semestral. Vale ressaltar que a transformação do Curso de uma organização curricular anual para semestral, não deixou de se constituir num marco no processo de consolidação do Curso, na medida em que era o tema central de todas as discussões acerca da reformulação.

Durante o ano de 1997, no bojo das discussões nacionais sobre a interpretação da nova LDB e a intensificação dos debates sobre a extinção das habilitações do Curso de Pedagogia, foram realizados sete Seminários de Reformulação do Curso, que na verdade foram reuniões pedagógicas para a discussão da reformulação do curso, com todos os envolvidos (alunos, professores e técnicos), no Centro de Paulo Freire em Porto Velho, entre abril e novembro daquele ano. O fato inusitado dessa discussão, a mais ampla já realizada pelo Curso, é que nenhuma das propostas debatidas durante todo o ano, nem mesmo aquela que no último Seminário fora a vencedora, foi implementada (MACIEL, 2000).

Em 1998, um novo Projeto de Curso de Pedagogia entra em vigor oferecendo a habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Coordenada por uma atividade de trabalho em comissão, e sem a participação da comunidade acadêmica, em 1999 essa proposta é aprovada, constituindo-se num duro golpe para o Curso, uma vez que o haviam reduzido a um Magistério Superior. A comunidade volta então a fazer pressão pela volta, agora, não mais da Supervisão Escolar, mas para uma habilitação que recompusesse a função técnica do trabalho do Pedagogo, a Gestão Escolar. O que enfim se alcança em meados de 2001.

No início do ano de 2002, o novo Curso é aprovado junto ao Conselho Superior de Ensino (CONSEA/UNIR), passando a oferecer a Habilitação em Docência da Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Áreas Pedagógicas e Competência para a Gestão Educacional. Já no ano de 2003, torna-se necessário esclarecer para o poder público e as instituições em geral que a habilitação proposta possuía equivalência no que tange as antigas atividades referidas ao supervisor e administrador escolar, uma vez que os concursos públicos e as escolas do Estado não admitiam a inscrição em seus concursos públicos dos Pedagogos da UNIR por entender que não eram compatíveis com as vagas destinadas a estes especialistas nos respectivos concursos.

A decisão do Colegiado do Curso de Pedagogia foi apresentar às agências educacionais do Estado as informações de que a formação oferecida pela UNIR era compatível e assegurava a competência para este exercício. Assegurando essa decisão, tornou algumas disciplinas, que eram optativas no último semestre do curso, como obrigatórias para que a condição de optativa não sugerisse que os conteúdos formativos poderiam “reduzir” a formação nos aspectos de gerenciamento e/ou de acesso aos espaços formativos em que o pedagogo pudesse atuar.

Em 2005, o Curso de Pedagogia de Porto Velho, percebendo que a Formação do Pedagogo deveria proporcionar uma articulação interna e externa coerente com o propósito multicampi, mobiliza os cursos de todos os campi da UNIR para uma discussão coletiva sobre a reformulação. Nesta direção, em fevereiro daquele ano, com apoio da Pró-Reitoria de Graduação, promoveu-se um encontro no Centro de Vivência Paulo Freire, quando os chefes de departamento assumiram articular um debate entre os diversos campi, ampliando a discussão sobre a Formação do Pedagogo, que culminou com a realização, em novembro de 2005, do Encontro Estadual do Curso de Pedagogia, no Campus de Ji-Paraná.

O evento resultou na composição de uma comissão, que sistematizaria as propostas apresentadas num desenho curricular articulado institucionalmente, porém, dificuldades logísticas e dissensos programáticos fizeram com que a comissão não concluísse suas atividades. Terminava ali, as intenções por um currículo de Curso de Pedagogia minimamente articulado para todos os Campi.

No início do ano letivo de 2007, um novo evento ocorre no Centro de Vivência Paulo Freire, agora, contando com a presença de novos atores que não vivenciaram o processo em anterior. O Curso de Pedagogia do Campus de Porto Velho foi compelido a conduzir seu próprio projeto em razão de dois fatores principais: o primeiro decorrente do tempo legal que se impunha à instituição diante da publicação das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia e, o segundo, porque corpo docente do Curso de Porto Velho resolveu não esperar por uma reformulação em conjunto com os demais cursos, em virtude das dificuldades apresentadas.

A partir de inúmeras reuniões do Conselho de Departamento, comissões de trabalho e documentos preliminares, em meados de 2008, chega-se a esta proposta que ainda não soluciona algumas polêmicas de natureza estrutural, mas respalda-se no propósito de assegurar a formação científica, o compromisso político e pertinência social da Universidade Federal de Rondônia frente ao desafio da formação do Pedagogo. Este projeto, resultante dessas circunstâncias históricas, constitui-se a partir do possível para transformar o imediato em projeto de futuro.

## **2.6. 2. Histórico do Curso de Pedagogia do Departamento de Ciências da Educação da UNIR – Campus de Ariquemes**

O Programa de Formação de professores – PARFOR/Pedagogia foi institucionalizado no campus de Ariquemes no ano de 2010. Neste mesmo ano trabalhou-se com a organização documental e elaboração do Projeto Pedagógico do Curso. Em 2011 foi realizado o processo seletivo e formadas 02 (duas) turmas, totalizando 98 alunos oriundos dos diversos municípios do Vale do Jamari.

As aulas tiveram início no dia 23 de junho de 2011, na ocasião houve uma aula inaugural que contou com a presença da equipe coordenadora do Programa em Rondônia e demais envolvidos do campus de Ariquemes. Neste mesmo ano, após os alunos cursarem um semestre letivo, as aulas foram suspensas por um período de 02 (dois) anos por questões administrativas da própria Universidade.

Neste período de paralisação os coordenadores trabalharam no sentido de organizar o retorno do curso o que veio a acontecer em 26 março de 2014. Ao retornar, nem todos os alunos antes matriculados deram prosseguimento, tendo este número baixado de 98 para 60 alunos.

Os professores ministrantes das disciplinas do Curso de Pedagogia PARFOR são efetivos ou credenciados da própria Universidade, não havendo disponibilidade de docentes do Departamento de Ciências da Educação – DECED, as aulas são ministradas por docentes de outros campi. A previsão de encerramento do curso é para julho de 2017.

### 2.6.3. Funcionamento da Turma Especial – PARFOR do Curso de Pedagogia do Campus da UNIR de Ariquemes

#### a) Identificação

**Universidade Federal de Rondônia**

**Campus de Ariquemes**

**Departamento de Ciências da Educação**

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 3450 – Setor Institucional – 76.872-848

**Curso:** Licenciatura em Pedagogia (Turma Especial – PARFOR)

**Turno de Funcionamento:** Matutino, Vespertino e Noturno

**Forma de Ingresso:** Plataforma Freire e Processo Seletivo Simplificado

**Forma de oferta do Curso:** Modular

**Período Letivo:** Intensivo

**Regime Acadêmico:** Seriado

**Modalidade de Oferta:** Presencial

**Turno de funcionamento da Turma Especial PARFOR:** Integral

**Vagas:** 50

**Turma:** 02 (duas) Turmas Especiais - PARFOR

**Regime de Matrícula:** Semestral

**Ato de Criação:** do Curso Regular – Resolução 198/CONSEA, 18 de novembro de 2008

**Data E-mec:** 20 de novembro de 2008

**Código E-mec:** 116782

**Legislação Específica do PARFOR:** Decreto Nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009; Portaria Nº 09 de 30 de junho de 2009.

**Ano de reconhecimento:**

**Portaria de Reconhecimento:**

**Ano da última reformulação Curricular:** 2008

**Chefe de Departamento:** Rute Moreira Braga

**Coordenadora de curso/PARFOR:** Márcia Ângela Patrícia Marroco

**Coordenadora Geral/PARFOR:** Rosinete Vasconcelos Costa

**Diretor do Campus:** Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel

**Titulação: Licenciado em Pedagogia:** Habilitação para atuar na docência da Educação Infantil, dos Anos iniciais do Ensino Fundamental e na Gestão Educacional.

**Função:** Desempenho da docência, gestão, assessoria, consultoria, pesquisa, planejamento e avaliação de sistemas educacionais e escolares, programas e projetos públicos ou privados de quaisquer instituições, onde se realizem atividades de formação escolares e não-escolares.

#### **Síntese da Organização Curricular proposta:**

Hora/aula – 60 min.

Intervalo – 30 min.

Aulas mensais – 80

Aulas diárias – 12

Semanas/semestre – 6

Atividades Formativas e Aulas – 2.800h/a

Estágio Supervisionado – 320h

Atividades Complementares – 100h/a

Total Carga Horária – 3.220h

Duração do Curso: Mínimo 7 semestres; máximo 14 semestres

### 2.7. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular compreende as diretrizes e a ordenação dos componentes curriculares, bem como os conteúdos formativos, a metodologia e a avaliação. Nesta proposta os componentes curriculares estão ordenados por Núcleo Curricular, para se visualizar como os núcleos formativos estão integrados interdisciplinarmente, e por período semestral, a fim de que se possa visualizar o percurso formativo.

#### 2.7.1. Os Núcleos como Articulação Interdisciplinar entre os Componentes Curriculares

A Pedagogia, enquanto área de conhecimento aplicado, tem por objeto a compreensão e a intervenção construtiva nos processos educativos, a partir de um escopo epistemológico e metodológico estreitamente articulado com o escopo de outras ciências, em particular, as ciências

humanas e sociais. Essa especificidade faz do Curso de Pedagogia um curso eminentemente interdisciplinar que exige, de seu profissional, uma sólida base de fundamentos nas ciências sociais e humanas e um domínio específico de conhecimentos científicos, de competências, habilidades e valores, que possibilitem ao Pedagogo uma intervenção qualificada no processo educacional.

Assim, as disciplinas dessa proposta curricular se agrupam em quatro núcleos interdependentes, cujo desafio é a superação da cada vez mais ampla, profunda e grave fragmentação entre os saberes. É nessa perspectiva, que os núcleos foram estruturados.

#### **2.7.1.1. Núcleo de Fundamentos da Educação**

Esse Núcleo está constituído pelos conteúdos das ciências da educação, cuja finalidade é proporcionar os fundamentos epistemológicos e metodológicos necessários à compreensão da ciência pedagógica, tanto em seu exercício docente, quanto em sua intervenção técnico-especializada em educação, a partir de uma visão multidisciplinar.

Constituem o Núcleo de Fundamentos da Educação as seguintes disciplinas: Filosofia, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, Sociolinguística, Psicologia da Aprendizagem, Psicomotricidade, Formação Étnico-Cultural Brasileira, Epistemologia da Educação.

Ao término da integralização curricular desse Núcleo o aluno deve ser capaz de:

- Compreender o caráter histórico do ser humano, da sociedade e da natureza;
- Atuar com ética e compromisso com a emancipação humana;
- Adquirir uma visão multidimensional e interdisciplinar da realidade social, entre as quais se encontra a educação;
- Adquirir domínio epistemológico e metodológico da Pedagogia;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Aprender a dinâmica sociocultural e as questões educacionais com postura crítica, investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Utilizar instrumentos apropriados à construção de conhecimentos científicos nas áreas que fundamentam a educação;

#### **2.7.1.2. Núcleo de Fundamentos e Práticas Pedagógicas**

O Núcleo de Fundamentos e Práticas Pedagógicas se constitui de conteúdos, que formam a epistemologia e a metodologia necessárias ao trabalho docente. Tratar-se, de um lado, de proporcionar a aquisição de conhecimentos e saberes educacionais constituídos, fundadores da prática docente, da produção e utilização de recursos didáticos e novas tecnologias informacionais, dos métodos e técnicas de ensino e avaliação e, de outro, de desenvolver o espírito criativo e inovativo embasados em concepções teóricas consistentes e em paradigmas técnico-científicos contemporâneos, respeitadas a diversidade social e cultural da sociedade brasileira, no geral, e rondoniense, em particular.

Constituem o Núcleo de Fundamentos e Práticas Pedagógicas as seguintes disciplinas: Educação Infantil, Educação Ambiental e do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Didática, Libras, Fundamentos e Prática da Educação Infantil; Fundamentos e Prática da Língua Portuguesa; Fundamentos e Prática da Matemática; Fundamentos e Prática da História; Fundamentos e Prática da Alfabetização; Fundamentos e Prática da Geografia; Fundamentos e Prática da Ciência; Fundamentos e Prática da Educação Física, Recreação e Jogos; Fundamentos e Prática da Arte, Educação Especial.

Ao integralizar o currículo desse Núcleo, o aluno deve ser capaz de:

- Dominar a epistemologia e as metodologias referentes ao objeto de sua prática pedagógica;
- Planejar o fazer docente, tendo por base critérios técnico-educacionais e socioculturais para a definição de objetivos, conteúdos curriculares, procedimentos e avaliação do processo ensino-aprendizagem;
- Dominar as metodologias e técnicas de ensino, a confecção e a utilização dos recursos didáticos e tecnológicos necessários ao exercício da docência;
- Agir com ética profissional e respeito à diversidade social, cultural, étnica, sexual e religiosa das demandas educativas;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens das demandas diferenciadas: pessoas com necessidades especiais; jovens e adultos; quilombolas; camponeses; indígenas;

#### **2.7.1.3. Núcleo de Gestão e Organização do Trabalho Educativo:**

O Núcleo de Gestão e Organização do Trabalho Educativo tem seu conteúdo voltado para as áreas de atuação profissional. Tendo como fio condutor a investigação científica dos processos educacionais e sociais, esses conteúdos objetivam proporcionar uma visão de totalidade do processo educativo, a partir da gestão educacional que, não se reduzindo à gestão escolar, vai das políticas públicas ao trabalho docente, passando pelas novas formas de gerenciamento de recursos humanos e técnico-administrativos. Nesse sentido, visam a uma formação autônoma, crítica e construtiva do pedagogo para corresponder às novas exigências do mundo do trabalho demandadas pelos paradigmas técnico-produtivos da *Sociedade Digital*.

Constituem o Núcleo de gestão e organização do trabalho educativo as seguintes disciplinas: Metodologia do Trabalho Acadêmico e Científico; Políticas Públicas e Legislação Educacional; Currículo e Educação Básica; Gestão Educacional; Avaliação Educacional.

Ao término da integralização curricular o aluno deve ser capaz de:

- Planejar, coordenar e avaliar políticas, programas e projetos educacionais;
- Planejar, gerir e avaliar projetos político-pedagógicos e curriculares;
- Gerir, coordenar, supervisionar, orientar e avaliar os recursos humanos e os processos pedagógicos e educativos, em contextos escolares e não-escolares;
- Realizar consultoria e assessoria educacionais, bem como avaliação institucional;
- Desenvolver projetos de pesquisa sobre ensino-aprendizagem e gestão escolar visando a melhoria da qualidade educacional, nas diversas modalidades de ensino;
- Saber usar e ensinar o uso das novas tecnologias de comunicação e informação como recursos básicos para viabilizar a aprendizagem;
- Agir com ética profissional e respeito à diversidade social, cultural, étnica, sexual e religiosa das demandas educativas;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens das demandas diferenciadas: pessoas com necessidades especiais; jovens e adultos; quilombolas; camponeses; indígenas;
- Aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar e avaliar.

#### **2.7.1.4 - Núcleo de Estudos Integradores**

O Núcleo de estudos integradores, aproveitando a abertura conceitual que a Resolução 1, de 15 de maio de 2006, oferece tanto pelas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso III, do Art. 6º, quanto pelo inciso III do Art. 8º, será, aqui, concebido como um conjunto de estudos, que proporcionem enriquecimento curricular, através da participação discente em atividades inter e multidisciplinares, as quais estão divididas em dois grupos: atividades obrigatórias e atividades complementares.

As atividades obrigatórias, porque necessárias à formação básica do acadêmico, acontecerão sob a forma de disciplinas, cuja natureza teórico-prática possibilitará a aplicação inter e multidisciplinar de conhecimentos, tais são os casos das metodologias de produção acadêmica e de pesquisa, e do estágio supervisionado e do trabalho de conclusão de curso.

As atividades complementares, a partir da escolha das quais o discente poderá direcionar sua formação acadêmica, serão constituídas por disciplinas optativas (que na matriz curricular aparece com o nome de tema integrador), pela participação em seminários e congressos científicos, atividades de extensão, monitoria, pesquisa vinculada à iniciação científica ou ao trabalho de conclusão de curso, estágios voluntários ou participação em experiências pedagógicas, todas devidamente orientadas por professor do curso e autorizadas pelo Conselho do Departamento.

Assim, as atividades obrigatórias do núcleo de estudos integradores, sob a forma de disciplina, constarão no quadro curricular obrigatório, quais sejam: metodologia da produção acadêmica e científica, metodologia da pesquisa em educação, estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso, (estas duas últimas são regulamentadas por legislação própria); enquanto que as atividades complementares serão constituídas por um quadro curricular de disciplinas optativas e um conjunto de atividades curriculares formativas regulamentadas por legislação própria.

As atividades curriculares com regulamentação própria são as seguintes:

a) Estágio Supervisionado. Será regulado pela legislação já citada e funcionará de acordo com Regimento (Anexo N. 02) e com base em convênios com as Secretarias Municipais e Estadual de Educação (Anexo N. 4 e N. 5). Quando o Laboratório de Alfabetização Infantil e de Jovens e Adultos estiver funcionando, o estágio poderá ser realizado, também, nas dependências deste.

b) Trabalho de Conclusão de Curso. O TCC, apresentado sob a forma de monografia, deverá resultar de pesquisa acadêmico-científica, na área de escopo do Curso, de acordo com o que determina a Resolução 242/CONSEPE-UNIR, de 24 de setembro de 1997, e Regimento próprio, conforme Anexo N. 03.

c) Monitoria. A monitoria é uma atividade de assessoria à docência e de aprofundamentos de estudos numa determinada disciplina do curso, regulamentada pela Resolução N. 29/CONSEA, de 13/07/2006, a cujo exercício se tem acesso por concurso público, através de Edital, especificamente elaborado para tal fim.

Os programas institucionais de iniciação científica (PIBIC), de iniciação à docência (PIBID), de educação tutorial (PET), as atividades de extensão tanto de PIBEX, quanto de PROEXT, assim como outros programas institucionais, devidamente aprovados pelo colegiado de curso, tais como os de permanência e aprofundamentos de estudos, serão considerados, de acordo com a carga horária aprovado pelo colegiado de curso, como atividades curriculares complementares.

Outras atividades curriculares, que se enquadram como aprofundamento de estudos, tais como participação em eventos científicos (encontros, seminários, congressos, etc.); pesquisa orientada para o trabalho de conclusão de curso; estágio voluntário, participação em experiências pedagógicas e outras que visem ao aperfeiçoamento profissional e que estejam de acordo com os objetivos do Curso serão consideradas como atividades complementares do núcleo de estudos integradores, desde que devidamente aprovadas, por parecer técnico detalhado do Conselho do Curso, pela estrutura atual da UNIR, o Conselho de Departamento.

Ao término da integralização curricular Núcleo, o aluno deverá ser capaz de:

- Dominar princípios teórico-metodológicos da área de conhecimento que se constitua objeto de sua prática profissional, quer se trate de ensino, pesquisa, extensão ou gestão educacional;

A integralização dos quatro núcleos constitui a matriz curricular deste Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia do Campus de Ariquemes, na modalidade regular ou especial, dentro ou fora da sede.

## **2.8. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO**

### **2.8.1. Matriz Curricular, por Núcleo, e Trajetórias de Formação**

No Quadro N. 03 está demonstrada, a partir da cor de cada núcleo curricular, a integração curricular e o caráter interdisciplinar da matriz curricular, bem como as trajetórias de formação.

### **2.8.2. Matriz Curricular Obrigatória, por Período, Créditos e Carga Horária**

No Quadro N. 04, demonstra-se, por disciplina (cada uma das quais sombreada pela cor do núcleo curricular a que pertence), período, créditos e carga horária, a composição completa da matriz curricular obrigatória.

### **2.8.3. Disciplinas optativas, temas integradores e atividades complementares**

No Quadro N. 05, apresentam-se as disciplinas optativas, os temas integradores, que igualmente são ministrados como disciplinas, e as atividades curriculares complementares.



ANO/PERÍODO		CAMPO CURRICULAR					ATV.COMPLEMENTAR
I	1º	Metodologia da Produção Científica e Acadêmica	Filosofia	Sociolinguística	Filosofia da Educação	Sociologia da Educação	OPTATIVA <sup>4</sup> (outro horário)
	2º	Tema Integrador	História da Educação	Psicomotricidade	Educação Infantil	Psicologia da Aprendizagem	Pesquisa para TCC
II	3º	Tema Integrador	Fundamentos e Prática da Educação Física, Recreação e Jogos	Educação Ambiental e do Campo	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Formação Étnico-Cultural Brasileira	Iniciação Científica
	4º	Tema Integrador	Didática	Libras	Currículo e Educação Básica	Epistemologia da Educação	Semanas Pedagógicas
II	5º	Metodologia da Pesquisa em Educação	Fundamentos e Prática da Língua Portuguesa	Fundamentos e Prática da Educação Infantil	Fundamentos e Prática da Alfabetização	Estágio I	Congressos
	6º	Fundamentos e Prática do Ensino de Geografia	Fundamentos e Prática Ensino de Ciências	Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática	Fundamentos e Prática do Ensino de História	Estágio II	Seminários
IV	7º	Fundamentos e Prática do Ensino da Arte	Educação Especial	Política e Legislação Educacional	Gestão Educacional	Estágio III	Monitorias
	8º	TCC-Monografia	Avaliação Educacional	Atividades Complementares	Atividades Complementares	Estágio IV	Extensão

**QUADRO N. 03 – MATRIZ CURRICULAR, POR NÚCLEO, E TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO – TURMA ESPECIAL- PARFOR**

<b>1</b>	<b>NÚCLEO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO</b>	<b>3</b>	<b>NÚCLEO GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO</b>
<b>2</b>	<b>NÚCLEO FUNDAMENTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b>	<b>4</b>	<b>NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES</b>

**QUADRO N. 04 – MATRIZ CURRICULAR OBRIGATÓRIA, POR PERÍODO.**

PERÍODO	NÚCLEO	CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA CAMPUS DE ARIQUEMES – TURMA ESPECIAL – PARFOR		
		DISCIPLINAS	CR	CH
I	EI-22	Metodologia da Produção Acadêmica e Científica	4	80
	FE-01	Filosofia	4	80
	FE-06	Sociolinguística	4	80
	FE-02	Filosofia da Educação	4	80
	FE-03	Sociologia da Educação	4	80
II	FE-07	Psicologia da Aprendizagem	4	80
	FE-05	História da Educação	4	80
	FPP-08	Educação Infantil	4	80
	FE-27	Psicomotricidade	4	80
III	EI-	Tema Integrador ou Optativa	4	80
	FE-09	Formação Étnico-Cultural Brasileira	4	80
	FPP-20	Fundamentos e Prática da Educação Física, Recreação e Jogos	4	80
	FPP-11	Educação Ambiental e do Campo	4	80
	FPP-12	Educação de Jovens e Adultos	4	80
IV	EI-	Tema Integrador ou Optativa	4	80
	FE-04	Epistemologia da Educação	4	80
	FPP-26	Didática	4	80
	GOTE-25	Currículo e Educação Básica	4	80
	FPP-28	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	4	80
V	EI-	Tema Integrador ou Optativa	4	80
	EI-24	Metodologia da Pesquisa em Educação	4	80
	FPP-13	Fundamentos e Prática da Educação Infantil	4	80
	FPP-14	Fundamentos e Prática da Alfabetização	4	80
	FPP-15	Fundamentos e Prática do Ensino de Língua Portuguesa	4	80
VI	EI-	Estágio Supervisionado I	4	80
	FPP-19	Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências	4	80
	FPP-16	Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática	4	80
	FPP-18	Fundamentos e Prática do Ensino de Geografia	4	80
	FPP-17	Fundamentos e Prática do Ensino de História	4	80
VII	EI-	Estágio Supervisionado II	4	80
	GOTE-23	Políticas Públicas e Legislação Educacional	4	80
	FPP-21	Fundamentos e Prática do Ensino da Arte	4	80
	GOTE-29	Gestão Educacional	4	80
	FPP-10	Educação Especial	4	80
VIII	EI-	Estágio Supervisionado III	4	80
	GOTE-30	Avaliação Educacional	4	80
	EI-	Estágio Supervisionado IV	4	80
	EI-	TCC – Monografia	8	160
	EI-	Atividades Complementares (IC, Extensão ou Monitoria)	5	100
		<b>TOTAL DE CRÉDITOS/HORAS</b>	<b>160</b>	<b>3220</b>

**QUADRO N. 05 – DISCIPLINAS OPTATIVAS, TEMAS INTEGRADORES E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

PERÍODO	NÚCLEO	CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA CAMPUS DE ARIQUEMES – TURMA ESPECIAL - PARFOR		
		DISCIPLINAS	CR	CH
	EI	Tema integrador: educação e trabalho	4	80
	EI	Tema integrador: conhecimentos e competências da Pedagogia	4	80
	EI	Tema integrador: diagnóstico psicológico e problemas de aprendizagem	4	80
	EI	Tema integrador: neurociência e aprendizagem	4	80
	EI	Tema integrador: ciências e suas tecnologias	4	80
	EI	Tópicos integrados: estatística e formação pedagógica	4	80
	EI	Tecnologias aplicadas à educação	4	80
	EI	Educação integral	4	80
	EI	Psicologia do desenvolvimento	4	80
	EI	Pesquisa para o TCC		
	EI	Iniciação Científica		
	EI	Iniciação à Docência		
	EI	Semanas Pedagógicas		
	EI	Congressos Científicos		
	EI	Seminários Científicos		
	EI	Monitoria		
	EI	Extensão		
	EI	Tutoria		

## **2.9. METODOLOGIA DE ENSINO E AVALIAÇÃO**

### **2.9.1. Metodologia de Ensino**

O Curso de Pedagogia propiciará, tendo por base a Lei 9.394/96, liberdade de métodos, formas e técnicas de ensino, desde que estes tenham embasamento científico, em especial, nas teorias da educação, cuja epistemologia deve orientar a prática pedagógica.

Não obstante, critérios devem ser observados: a fundamentação epistemológica da metodologia ou método, o atendimento às diferenças individuais, no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, psicomotor, afetivo, à idade, ao gênero, às necessidades educativas especiais, assim como à diversidade ética, política, ideológica e religiosa.

Deve proporcionar consistência teórica, sustentada por atividades práticas e pela pesquisa de campo e experimental.

Deve utilizar, quando necessário e de acordo com o que determinar a legislação, das tecnologias da informação e comunicação, bem como das mídias de ensino presencial e à distância.

Deve fazer uso das linguagens especiais, em especial de Libras e Braile, na consecução de seus fins formativos.

Por fim, a metodologia de ensino deve proporcionar, através dos recursos didáticos, as condições necessárias para uma avaliação da aprendizagem, coerente com os objetivos formulados e os conteúdos ministrados.

### **2.9.2. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deve atender ao que dispõe a legislação da UNIR em vigor (hoje, regulamentada pela Resolução 251/CONSEPE, de 27 de novembro de 1997) e deve proporcionar condições e instrumentos avaliativos, que mensurem o desempenho do aluno e do professor como um todo, a partir das condições de trabalho existentes.

De acordo com as últimas contribuições científicas dos paradigmas, nos quais esse projeto se baseia, a avaliação da aprendizagem deve abranger os aspectos do domínio de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências, o respeito a comportamentos e valores, segundo a cultura e a classe social.

Fundamental, por esta perspectiva, que o curso se esmere, de forma coletiva, na produção de instrumentos avaliativos, que apreendam os diferentes aspectos, em seu processo de desenvolvimento histórico-concreto, portanto, potencializando os momentos de diagnóstico, de formação e somativo, como um processo interativo e dialético.

No mais, trata-se de formular a avaliação da aprendizagem, de acordo com a resolução do conselho de ensino e pesquisa da UNIR.

### **2.9.3. Avaliação Institucional**

A avaliação institucional será realizada pelo Núcleo Docente Estruturante, com base nos critérios estabelecidos pela Lei N. 10.861/2004: I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos; II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos; IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Assim, o NDE deverá estabelecer processos que possibilitem a avaliação qualitativa e sistemática do curso, priorizando a realização de reuniões periódicas, debates, a institucionalização da ouvidoria, a aplicação de questionários, utilização dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Deve, ainda, proceder a avaliação e acompanhamento dos egressos do curso por meio de questionários ou entrevistas que possibilitem aferir o impacto social e político do curso.

Por fim, o processo deve priorizar o aprofundamento da democracia e envolver professores, alunos, funcionários e, quando possível, profissionais interessados.

## **3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA**

### **3.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA:**

A estrutura administrativa está constituída por:

Conselho de Departamento formado por todos os lotados no Departamento de Ciências da Educação; por 2 (dois) representantes estudantis e 1 (um) representante dos técnico-administrativos.

O Departamento de Ciências da Educação é administrado pelo Chefe e Vice-Chefe, devidamente eleitos, de acordo com a legislação vigente. Na gestão 2012-2014, a chefia está sendo exercida pela Profa Especialista Rute Moreira Braga, CPF 420.908.812-91; e pela Profa Ms. Eliéte Zanelato, CPF 028.891.569-07. Formação, perfil e atuação de ambas, conforme Quadro N. 7, Anexo N. 06.

O Núcleo Docente Estruturante está constituído por cinco professores: Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, Prof. Ms. Fernando Sérgio Silva Barbosa, Profa. Ms. Maria Auxiliadora Máximo, Profa. Ms. Eliéte Zanelato, Prof. Ms. Hugo Athanasios Fotopoulos, e funcionará de acordo com regimento aprovado no Conselho Departamental, Anexo 07.

#### **3.1.1. Recursos Humanos do Departamento de Ciências da Educação**

O Departamento de Ciências da Educação possui, em junho de 2012, 11 (onze) professores, sendo 1 (um) doutor, 7 (sete) mestres e 2 (dois) especialistas. Possui, ainda, 1 (um) técnico-administrativo e uma bibliotecária, e atende a 313 alunos, distribuídos pelo Curso de Pedagogia regular presencial, pelo PARFOR do campus de Ariquemes e pela turma do PARFOR do Município de Cerejeiras, conforme se pode conferir pelo Quadro N. 01, na página 15.

### **3.2. ESTRUTURA ACADÊMICA: INTEGRANDO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

A estrutura acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, no Campus de Ariquemes, constitui-se de 1 Bloco, com 8 Salas de Aula, destinado ao ensino de graduação e pós-graduação, a estrutura de apoio técnico (Biblioteca) e tecnológica (Laboratório de Informática e Vídeo Conferência) e do Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade – ITES.

### **3.2.1. O Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade**

Adquirido através da participação, em Edital da FINEP, de um grupo de professores, sob a coordenação do, então, Grupo de Pesquisa “Fundamentos Epistemológicos e Experimentais da Pedagogia Histórico-Crítica – FEPHISC”, transformado hoje em “Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Educação e Sustentabilidade – CIEPES”, o Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade – ITES (em construção) tem por finalidade proporcionar suporte em pesquisa, ensino e extensão aos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Ciências da Educação do Campus de Ariquemes, através de seus laboratórios e grupos de pesquisa.

#### **3.2.1.1. Os Laboratórios do ITES**

O ITES, com seus 1.409 m<sup>2</sup>, distribuído por dois andares, está planejado com quatro Laboratórios Pedagógicos Experimentais nas áreas prioritárias do Curso:

O LABTECA – Laboratório de Didática, Alfabetização e Brinquedoteca, que desenvolverá métodos de alfabetização infantil e de adultos, através de experiências pedagógicas com a comunidade, utilizando-se da produção de recursos didáticos e da brinquedoteca.

O NAPALE – Laboratório de Neurociência Aplicada aos Processos de Alfabetização, Aprendizagem e Linguagens Especiais, que tratará de desenvolver pesquisas e experiências pedagógicas para o tratamento das dificuldades de aprendizagem infantil, de jovens e adultos com ênfase na alfabetização, bem como pesquisas e experiências pedagógicas para o atendimento de pessoas com necessidades especiais de educação.

O PLAGEPE – Laboratório de Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais, que centrará suas pesquisas no planejamento, gestão e avaliação de projetos educacionais sustentáveis com ênfase na educação integral, bem como na gestão de políticas educacionais, incluindo a gestão escolar, de acordo com as determinações culturais e socioeconômicas regionais, sintonizadas com as demandas do mercado nacional mais abrangente.

O LANTEC – Laboratório de Novas Tecnologias e Mídias Educacionais, que dará suporte tecnológico aos demais laboratórios pedagógicos da Graduação, bem como aos de Pós-Graduação e aos Grupos de Pesquisa.

Além dos laboratórios, o ITES possui, ainda, 1 (um) auditório, 10 (dez) gabinetes para professores e grupos de pesquisa voltados para as áreas de atuação do Instituto e do Curso de Pedagogia; copa-cozinha e banheiros, masculino e feminino, nos dois andares.

#### **3.2.1.2. Os Grupos de Pesquisa do ITES**

Os grupos de pesquisa, ancorados no Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade, são todos aqueles que, criados no âmbito do Departamento de Ciências da Educação do Campus de Ariquemes visem ao desenvolvimento de pesquisa e extensão voltadas para o escopo dos Cursos de Graduação, nesse caso, voltadas para o escopo do Curso de Pedagogia, a saber: a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental e a gestão educacional; e Pós-Graduação, que serão criados de acordo com o escopo do Instituto.

No presente momento, há os grupos de pesquisa: Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Educação e Sustentabilidade – CIEPES, sucessor do grupo de pesquisa “Fundamentos Epistemológicos e Experimentais da Pedagogia Histórico-Crítica – FEPHISC” (fundado em 2000), que criou o ITES; Grupo de Pesquisa Neurociência e Educação, criado em 2011; Centro de Pesquisas em Políticas Públicas e Formação de Professores da Amazônia Ocidental, criado em 2012; Grupo de Estudo e Pesquisa Saber, Poder e Verdade: Discutindo Michel Foucault na UNIR, criado em 2012.

Estes Grupos desenvolvem, no momento, seis projetos de pesquisa e sete projetos de extensão.

Portanto, a estrutura acadêmica, acima descrita, possibilitará a integração entre ensino, pesquisa e extensão, na medida em que o ensino, em qualquer modalidade, será subsidiado pelos laboratórios pedagógicos e tecnológicos, bem como pelos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos grupos de pesquisa.

### **4. A ESTRUTURA INFRAESTRUTURA ESTÁ CONSTITUÍDA POR:**

Bloco A: Administração do Curso: Departamento, Secretaria, Recepção, Cantina, um Banheiro com sanitário para professores e dois conjuntos de Sanitários para alunos, um masculino e outro feminino.

Bloco B: um laboratório de informática, com 50 computadores completos, internet banda larga e equipamentos de vídeo-conferência; uma sala de aula com capacidade para 60 alunos.

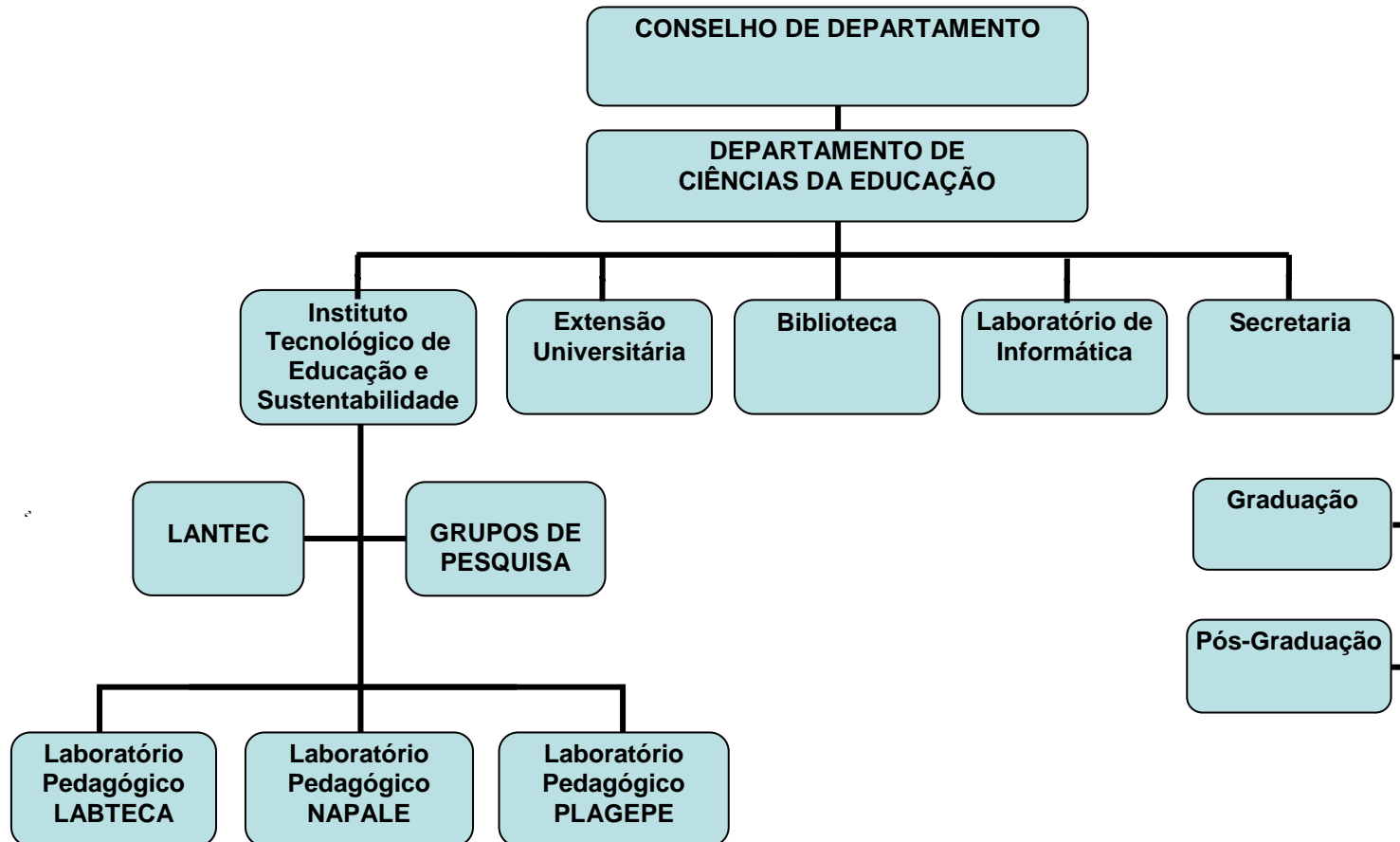
Bloco C: Biblioteca, Sala de Professores, Sala do Pólo da UAB.

Bloco D: duas salas de aula, Laboratório de Biologia, Sala de Tutoria da UAB, Sala do Centro Acadêmico de Pedagogia, e dois conjuntos de Sanitários para alunos, um masculino e outro feminino.

Bloco E: Oito Salas de Aula, um Almoarifado e um conjunto de Sanitários para alunos, um masculino e outro feminino (conclusão prevista para setembro de 2012).

Bloco F: Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade com 10 gabinetes para professores e grupos de pesquisa, auditório, quatro laboratórios, copa-cozinha e dois conjuntos de Sanitários para alunos, um masculino e outro feminino.

#### 4.1. ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO DE PEDAGOGIA



**5. MATRIZ CURRICULAR, POR PERÍODO, CARGA HORÁRIA, EMENTA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – TURMA ESPECIAL - PARFOR**

COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	DESCRIÇÃO EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
METODOLOGIA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA	1º	80 h/a	Epílogo: da filosofia à ciência moderna. Pressupostos da pesquisa científica. Produção acadêmica: estrutura e modalidades. Produção acadêmica: normas da ABNT.	SEVERINO, Antônio J. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> 20 ed. São Paulo: Cortez, 1996. AMARAL, Nair F. G.; BRASILEIRO, Tânia S. A. (Orgs.). São Carlos-SP/Porto Velho: Pedro&João/ EDUFRO, 2008. MEDEIROS, João B. <b>Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.</b> 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	LUNA, Sérgio Vasconcelos de. <b>Planejamento de pesquisa:</b> uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000. KHUN, Thomas. <b>A estrutura das revoluções científicas.</b> Trad. de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. FAZENDA, Ivani. <b>Novos enfoques da pesquisa educacional.</b> 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
FILOSOFIA	1º	80 h/a	Prólogo: da doxa à episteme; do Mito à Razão. A filosofia grega. A filosofia helenística e medieval. A filosofia moderna. A filosofia contemporânea.	CHAUÍ, Marilena de Sousa. <b>Convite à filosofia.</b> 8. ed. 1997. GROMANN, Nilson. <b>Filosofia para crianças: investigação e democracia na escola.</b> 2. ed. Nova Alexandrina, 2002. COSSUTA, Frédéric. <b>Elementos para a leitura dos textos filosóficos.</b> Martins Fontes, 1994.	GRANGER, Gilles-Gaston. <b>Por um conhecimento filosófico.</b> Papirus, 1989. MONDIN, Battista. <b>Curso de filosofia: os filósofos do ocidente.</b> 6. ed. Paulinas, 1982. JAERGER, Werner. <b>Paidéia:</b> a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	1º	80 h/a	Filosofia e filosofia da educação. Matrizes teóricas da filosofia da educação: liberalismo, positivismo, marxismo, fenomenologia, pragmatismo. Influências contemporâneas.	SAVIANI, Dermeval. <b>Educação: do senso comum à consciência filosófica.</b> 12. ed. Autores Associados, 1996. GROMANN, Nilson. <b>Filosofia para crianças: investigação e democracia na escola.</b> 2. ed. Nova Alexandria, 2002. SAVIANI, Dermeval. <b>Pedagogia Histórico-</b>	CHAUÍ, Marilena de Sousa. <b>Convite à filosofia.</b> 8. ed. 1997. ALVES, Rubem. <b>Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras.</b> 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. GHIRALDELLI Jr., Paulo. <b>Didática e as teorias educacionais.</b> Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



				<b>Crítica: primeiras aproximações.</b> Campinas, SP: Autores Associados, 2003.	
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	1º	80 h/a	Introdução ao pensamento sociológico. Antecedentes históricos do surgimento da sociologia: Revolução industrial e Revolução Francesa. O pensamento sociológico de Comte, Marx, Durkheim e Max Weber. Análise sociológica da educação contemporânea.	NOGUEIRA, Maria Alice. <b>Educação, saber, produção em Marx e Engels.</b> 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. FREITAG, Bárbara. <b>Escola, estado e sociedade.</b> 6. ed. Moraes, 1986. KRUPPA, Sonia M. Portella. <b>Sociologia da educação.</b> Cortez, 1993.	MORRISH, Ivor. <b>Sociologia da educação: uma introdução.</b> 4. ed. Zahar, 1983. RODRIGUES, Neidson. <b>Da mistificação da escola à escola necessária.</b> 7. ed. Cortez, 1996. TOSCANO, Moema. <b>Introdução à sociologia educacional.</b> 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.
SOCIOLINGÜÍSTICA	1º	80 h/a	Introdução aos estudos lingüísticos. Língua e sociedade. Variedade lingüística e contexto sociocultural. A norma culta, as variações e o erro lingüístico. As interfaces do preconceito lingüístico. As interfaces da sociolingüística para o ensino de língua materna e/ou estrangeira.	GABLER, Iracema; AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do; PARMIGIANI, Tânia Rocha. <b>Análise do discurso: uma leitura e três enfoques.</b> EDUFRO, 2001. Preti, D. <b>Sociolinguística: os níveis da fala.</b> São Paulo: Edusp, 1994. MAINGUENEAU, Dominique. <b>Elementos de linguística para o texto literário.</b> Martins Fontes, 1996.	ORLANDI, Eni Puccinelli. <b>A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.</b> 4. ed. Pontes, 1996. CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. <b>Iniciação à fonética e fonologia.</b> 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. BAGNO, M. <b>Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.</b> São Paulo: Loyola, 1999.
PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM	2º	80 h/a	Introdução à psicologia da aprendizagem. Teorias em psicologia da aprendizagem. Dimensões do processo ensino-aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem.	CAMPOS, D. M. de S. <b>Psicologia da Aprendizagem.</b> Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. SALVADOR, C. C. (Org.). <b>Psicologia da educação.</b> Porto Alegre: ARTEMED, 1999. VIGOTSKI, L. S. <b>A formação social da mente.</b> São Paulo: Martins Fontes, 2000.	PAÍN, Sara. <b>Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.</b> 4. ed. Artes Médicas, 1992. LEONTIEV, A. et. al. <b>Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.</b> São Paulo: Centauro, 2005. PATTO, M. H. S. <b>Introdução à psicologia escolar.</b> São Paulo: Casa do

					Psicólogo, 1997.
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	2º	80 h/a	A História da Educação no seio da história antiga e medieval. A educação na idade moderna. A educação no século XIX: liberalismo versus socialismo. A educação no Brasil. A educação brasileira na primeira república. A educação brasileira de 1930 a 1971. A educação brasileira de 1971 a 1996. A educação após 1996.	CAMBI, Franco. <b>História da pedagogia</b> . São Paulo: UNESP, 1999. SAVIANI, Dermeval. <b>História das idéias pedagógicas no Brasil</b> . Campinas-SP: Autores Associados, 2007. HUBERMAN, Leo. <b>História da riqueza do homem</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.	RIBEIRO, Maria Luísa Santos. <b>História da educação brasileira: a organização escolar</b> . 14. ed. Autores Associados, 1995. ARANHA, Maria L. de A. <b>História da educação e da pedagogia: geral e Brasil</b> . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. CURY, Carlos R. J. <b>Legislação educacional brasileira</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
EDUCAÇÃO INFANTIL	2º	80 h/a	A importância da educação infantil. História da educação infantil. Organização e funcionamento da educação infantil no Brasil. Planejamento e execução das atividades curriculares. Educação infantil e ensino fundamental: relação.	OLIVEIRA, Zilma R. de. <b>Educação Infantil: fundamentos e métodos</b> . São Paulo: Cortez, 2005. VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). <b>Educação da Infância</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2005. ANTUNES, Celso. <b>Educação infantil: prioridade imprescindível</b> . 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.	OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (Org.). <b>Aprendizagem e desenvolvimento infantil</b> . Porto Alegre: Prodil, 1994. GODALL, Teresa; HOSPITAL, Anna. <b>150 propostas de atividades motoras para a educação infantil de 3 a 6 anos</b> . Porto Alegre: Artmed, 2004. CÓRIA-SABINI, Maria A.; LUCENA, Regina F. <b>Jogos e brincadeiras na educação infantil</b> . 4. Ed, Campinas-SP: Papyrus, 2004.
PSICOMOTRICIDADE	2º	80 h/a	Psicomotricidade: definição, história e áreas de atuação. Desenvolvimento neuropsicomotor. Coordenação, percepção, seriação e classificação. Atividade grafomotora.	FONSECA, Vitor da. <b>Psicomotricidade</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1983. LÊ BOULCH, Jean. <b>Educação psicomotora: a psicocinética na idade escolar</b> . Porto Alegre: ARTMED, 1987. ALMEIDA, G. P. <b>Psicomotricidade: práticas para a sala de aula</b> .	SANCHEZ, P. A.; MARTINEZ, M. R.; PEÑALVER, I. V. <b>A psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa</b> . Porto Alegre: ARTMED, 2003. NICOLA, M. <b>Psicomotricidade: manual básico</b> . Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

				Curitiba: Pró-Infantil, 2009.	ALMEIDA, G. P. <b>Teoria e prática em motricidade:</b> jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis. 5 ed. Rio de Janeiro: WAK, 2009.
Tema Integrador	2º	80 h/a			
FORMAÇÃO ETNICO-CULTURAL BRASILEIRA	3º	80 h/a	Epílogo: educação e diversidade étnico-cultural. A formação étnico-cultural do povo brasileiro. A formação étnico-cultural da Amazônia. A formação étnico-cultural de Rondônia.	RIBEIRO, Darcy. <b>O povo brasileiro:</b> a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HARDMAN, F. Foot. <b>Trem fantasma:</b> a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. MACIEL, Antônio C. <b>Dinâmica do processo de ocupação sócio-econômica de Rondônia: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia.</b> 2004. 342 f. Tese (Doutorado em Ciências Sócio-Ambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém-PA.	BRANDÃO, Carlos R. <b>Identidade e etnia:</b> construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986. FREIRE, José R. B. <b>Amazônia colonial (1616-1798).</b> 4. ed. Manaus: Metro Cúbico, 1991. TEIXEIRA, Carlos C. <b>Visões da natureza:</b> seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo: EDUC, 1999.
FUNDAMENTOS E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, RECREAÇÃO E JOGOS	3º	80 h/a	Fundamentação teórica básica da educação física escolar, recreação e jogos. Recreação e jogos na educação infantil. Educação física escolar, recreação e jogos nos anos iniciais do ensino fundamental. Recreação e jogos como recurso	FERREIRA, V. <b>Educação física: recreação, jogos e desportos.</b> Rio de Janeiro: Sprint, 2003. BATISTA, L. C. da C. <b>Educação física no ensino fundamental.</b> Rio de Janeiro: Sprint, 2003. SILVA, E. N. <b>Educação física na escola.</b> Rio de Janeiro: Sprint, 2000.	GALLARDO, J. S. P. <b>Educação física escolar:</b> do berçário ao ensino médio. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. GRESPLAN, M. R. <b>Educação física no ensino fundamental:</b> primeiro ciclo. Campinas-SP: Papirus, 2002. TISI, L. <b>Educação física e alfabetização.</b> Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

			didático-pedagógico.		
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO CAMPO	3º	80 h/a	Princípios e diretrizes da educação ambiental e do campo. Educação Ambiental: teorias e práticas. Educação Ambiental e educação escolar; Formas de organização didática de EA na educação escolar; Aplicação didática de EA em sala de aula; Elaboração, desenvolvimento, e avaliação de projetos interdisciplinares em educação ambiental e do campo.	ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Org.). <b>Por uma educação básica do campo</b> . Petrópolis-RJ: Vozes, 2004. BARCELOS, V. <b>Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas</b> . 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. DIAS, G. F. <b>Educação ambiental: princípios e práticas</b> . São Paulo: Gaia, 1993.	CAVALCANTI, C. (Org.). <b>Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas</b> . São Paulo: Cortez, 1997. LEITE, Sérgio C. <b>Escola rural: urbanização e políticas educacionais</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. RUSCHINSKY, A. <b>Educação ambiental: abordagens múltiplas</b> . Porto Alegre: Artmet, 2002.
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	3º	80 h/a	Estudo das políticas de educação de jovens e adultos no Brasil. Estudo crítico do processo de alfabetização de jovens e adultos. Dificuldades e problemas de aprendizagens em turmas de educação de jovens e adultos. A avaliação em turmas de educação de jovens e adultos.	PICONEZ, Stela C. B. <b>Educação escolar de jovens e adultos</b> . Campinas-SP: Papirus, 2003. KLEIMAN, Ângela B.; SIGNORINI, Inês. <b>O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos</b> . 2. ed. Porto Alegre, Artmed, 2001. OLIVEIRA, Inês B.; PAIVA, Jane (Orgs.). <b>Educação de jovens e adultos</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2004.	CASÉRIO, Vera M. R. <b>Educação de jovens e adultos: pontos e contrapontos</b> . Florianópolis: EDUSC, 2002. FREIRE, Paulo. <b>Educação como prática da liberdade</b> . 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</b> . São Paulo: Paz e Terra, 1996.
Tema Integrador	3º	80 h/a			
EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4º	80 h/a	O pensamento científico. A ciência moderna e contemporânea. A	BACHELAR, Gaston. <b>A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do</b>	KHUN, Thomas. <b>A estrutura das revoluções científicas</b> . 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

			construção da pedagogia como ciência.	conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. SAVIANI, Dermeval. <b>Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.</b> Campinas-SP: Autores Associados, 2003. LIBÂNEO. José C. <b>Pedagogia e pedagogos, para quê?</b> 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.	GHIRALDELLI Jr., Paulo. <b>Didática e as teorias educacionais.</b> Rio de Janeiro: DP&A, 2001. MACHADO, Nilson José. <b>Epistemologia e Didática.</b> 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
DIDÁTICA	4º	80 h/a	A função social da escola. Planejamento escolar. Currículo e avaliação.	CANDAU, Vera M. (Org.). <b>Rumo a uma nova didática.</b> 14 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. GASPARIN, João L. <b>Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.</b> 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003. ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). <b>Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos.</b> Rio de Janeiro: DP&A, 2004.	FAZENDA, Ivani C. A. <b>Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.</b> 2 ed. Campinas: Papirus, 1995. VEIGA, Ilma P. Projeto <b>político-pedagógico da escola: uma construção possível.</b> 22. ed. Campinas-SP: Papirus, 1995. HOFFMANN, Jussara. <b>Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.</b> 4 ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1994.
CURRÍCULO E EDUCAÇÃO BÁSICA	4º	80 h/a	História e concepções de currículo no Brasil. Currículo, escola, cultura e sociedade. Currículo, organização do trabalho pedagógico e prática docente. Planejamento e currículo escolar.	SACRISTÁN, J. G. <b>O currículo: uma reflexão sobre a prática.</b> 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. COLARES, Maria Lília I. S. <b>Colóquios temáticos em educação: avaliação em seus múltiplos aspectos.</b> Campinas-SP: Átomo e Alínea, 2006. SILVA, Tomaz T. da. Quem escondeu o currículo oculto. In <b>Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo.</b> Belo Horizonte: Autêntica, 1999.	MACEDO, Roberto S. Currículo: campo, conceito e pesquisa. Petrópolis-RJ: vozes, 2007. MOREIRA, Antônio F. B. (Orgs.). Currículo: questões atuais. Campinas-SP: Papirus, 1997. GOMES, Nilma L. Diversidade e currículo. In: MEC. SEB. <b>Indagações sobre currículo.</b> Brasília-DF: MEC, 2008.
Língua Brasileira de	4º	80 h/a	Libras: noções básicas. Conhecimento e	QUADROS, Ronice M. de; KARNOPP, L. B. <b>Língua de sinais</b>	CAPOVILLA, C. F.; MAURICIO, Aline C.; RAPHAEL, D. W. <b>Novo</b>

Sinais - LIBRAS			desenvolvimento da comunicação funcional entre ouvintes e surdos. Fundamentos e políticas na educação de Surdos. Educação e expressão corporal. Práticas de letramento na educação de surdos. Educação bilíngue para surdos.	<b>brasileira:</b> estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. BOTELHO, Paula. <b>Segredo e silêncio na educação dos surdos.</b> Belo Horizonte: Autêntica, 1998. SKLIAR, C. <b>Atualidade da educação bilíngue para surdos:</b> interfaces entre pedagogia e linguística. Porto Alegre: Mediação, 1999.	<b>DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas.</b> São Paulo: EDUSP, 2010. SKLIAR, Carlos. (Org.). <b>A surdez: um olhar sobre as diferenças.</b> 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. FERNANDES, Eulália. <b>Problemas linguísticos e cognitivos do surdo.</b> Rio de Janeiro: Agir, 1990.
Tema Integrador	4º	80h/a			
METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO	5º	80 h/a	Pressupostos da pesquisa científica. Pesquisa em educação: fundamentos epistemológicos e metodológicos. Elaboração do projeto de pesquisa. Normas de apresentação do trabalho científico.	SEVERINO, Antônio J. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996. FAZENDA, Ivani (org.). <b>Novos enfoques da pesquisa educacional.</b> 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992. PÁDUA, Elisabete M. M. de. <b>Metodologia da pesquisa.</b> Campinas-SP: Papyrus, 2007.	GIL, Antônio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa.</b> 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. FAZENDA, Ivani (Org.). <b>Metodologia da pesquisas educacional.</b> 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991. CARDOSO, Ruth C. L. (Org.) <b>A aventura antropológica: teoria e pesquisa.</b> 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
FUNDAMENTOS E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	5º	80 h/a	Introdução: orientações básicas. Ordenamento legal. Contribuições teóricas sobre o desenvolvimento infantil. Brinquedo, arte e movimento na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. Prática docente.	OLIVEIRA, Zilma R. de. <b>Educação infantil: fundamentos e métodos.</b> São Paulo: Cortez, 2005. BARBOSA, José J. <b>Alfabetização e leitura.</b> 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994. VIGOTSKY, L. S. <b>A formação social da mente.</b> São Paulo: Martins Fontes, 2000.	ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. <b>Educação infantil: creches - atividades para crianças de zero a 6 anos.</b> 2 ed. São Paulo: Moderna, 1999. ROSSETTI-FERREIRA, M. C(Orgs). <b>Os fazeres na Educação Infantil.</b> 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. VASCONCELLOS, Vera M. R. de (Org.). <b>Educação da infância.</b> Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
FUNDAMENT	5º	80 h/a	Visão geral da	BARBOSA, José J. <b>Alfabetização e</b>	OLIVEIRA, Zilma R. de. <b>Educação</b>

OS E PRÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO			alfabetização. Alfabetização letramento e cultura escrita. Aspectos metodológicos da alfabetização.	<b>leitura.</b> 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994. FERREIRO, Emília. <b>Reflexões sobre a alfabetização.</b> 23. ed. São Paulo: Cortez, 1994. CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. <b>Iniciação à fonética e fonologia.</b> 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.	<b>infantil: fundamentos e métodos.</b> São Paulo: Cortez, 2005. CAGLIARI, Luiz Carlos. <b>Alfabetizando sem o ba-bé-bi-bó-bu.</b> São Paulo: Scipione, 1998. GARCIA, Regina L. <b>Novos olhares sobre a alfabetização.</b> São Paulo: Cortez, 2001.
FUNDAMENTOS E PRÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA	5º	80 h/a	Compreensão sobre língua (gem), sujeito e aprendizagem de uma língua. Estudo crítico das diferentes concepções de gramática e seus efeitos no contexto escolar. Variação lingüística e ensino de língua materna. Especificidades da fala e da escrita. Estudo do texto e do discurso. O texto na escola: leitura e produção.	BAGNO, Marcos. <b>Português ou brasileiro?</b> São Paulo: Parábola, 2001. POSSENTI, Sírio. <b>Por que (não) ensinar gramática na escola.</b> São Paulo: Martins Fontes, 1999. TRAVAGLIA, Luiz C. <b>Gramática – ensino plural.</b> São Paulo: Cortez, 2003.	FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da Autonomia.</b> São Paulo: Paz e Terra, 2003. LOURA, Maria do Socorro Dias. <b>A Língua materna na Sala de Aula.</b> In Cultura, Leitura e Linguagem. Porto Velho: EDUFRO, 2006. SOARES, Magda. <b>Letramento: um tema em três gêneros.</b> São Paulo: Autêntica, 2006.
ESTÁGIO SUPERVISIONADO INTEGRADO I	5º	80 h/a	Atividade que, por determinação legal, visa à aquisição-reelaboração de competência profissional na área de formação. Introdução: Orientações básicas sobre estágio supervisionado em creche ou escola de educação infantil. Estudo da realidade político-educacional de uma creche ou escola de educação infantil. Estudo	SANTOS, RUY C. do E. S. <b>Pedagogia da transgressão.</b> São Paulo: Papyrus, 2007. RONDIOLI, Atina; MONTOVANI, Susanna. <b>Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos.</b> Porto Alegre: Artmed, 1999. BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. <b>Prática de ensino e estágio na formação de professores.</b> São Paulo: Avercamp, 2006.	BRZEZINSKI, Iria. <b>Pedagogia, pedagogos e formação de professores.</b> São Paulo: Papyrus, 2007. LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio (Orgs.). <b>Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso.</b> São Paulo: Thomson Learning, 2007. BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. <b>Aprender e ensinar na educação infantil.</b> Porto Alegre: Artmed, 1999.

			da prática docente. Prática docente.		
FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DE CIÊNCIAS	6º	80 h/a	Introdução: orientações básicas sobre os fundamentos e práticas do ensino de ciências. Contribuições teóricas sobre o ensino de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental – ordenamento legal. A ludicidade no ensino de ciências. Prática docente.	BRASIL, MEC/Secretaria de Educação Fundamental. <b>Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais</b> . Brasília, 1997. DELIZOICOV, Demétrio e ANGOTTI, José A. <b>Metodologia do ensino de ciências</b> . São Paulo, Cortez, 2000. HENNING, Georg J. <b>Metodologia do ensino de ciência</b> . Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.	WILSEK, Marilei A. G.; TOSIN, João A. P. <b>Ensinar e aprender ciências no ensino fundamental com atividades investigativas através da resolução de problemas</b> . XXXXXX BOFF, Leonardo. <b>Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra</b> . 10. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999. SCHLIEMANN, Ana L. D. (Org.). <b>Na vida dez, na escola zero</b> . 10. ed. São Paulo. Cortez, 1995.
FUNDAMENTOS E PRÁTICA DA MATEMÁTICA	6º	80 h/a	O ensino de matemática no Brasil: algumas tendências. Abstrato e concreto no ensino de matemática. Operações matemáticas e formação de conceitos: um olhar para a didática.	CARVALHO, D. L. <b>Metodologia do ensino de Matemática</b> . São Paulo: Cortez, 1991. DANYLUK, O. <b>Alfabetização matemática: o cotidiano da vida escolar</b> . Caxias do Sul. EDUCS, 1991 NUNES, Terezinha. BRYANT, Peter. <b>Crianças fazendo matemática</b> . Porto Alegre: Artes Médias, 1997.	POWELL, Arthur; BAIRRAL, Marcelo. <b>A escrita e o pensamento matemático: interações e potencialidades</b> . São Paulo: Papirus Editora, 2006. TOLEDO, Marília e TOLEDO, Maum. <b>Didática da matemática: como dois e dois: a construção da matemática</b> . São Paulo: FTD, 1997. GARNIER, C.; BEDNARZ, N.; ULANOVSKAYA, I. <b>Após Vygotsky e Piaget: perspectivas social e construtivista – escolas russa e ocidental</b> . Porto Alegre: Artes Medias, 1996.
FUNDAMENTOS E PRÁTICA DA GEOGRAFIA	6º	80 h/a	Introdução: conhecendo a geografia. Ensino de geografia: parâmetros e proposta curricular. O ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. A questão	ALMEIDA, Rosângela D. de, PASSINI, Elza Y. <b>O espaço geográfico: ensino e representação</b> . 7. São Paulo: Contexto, 1999. ANTUNES, Celso. <b>A sala de aula de geografia e historia: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa</b>	KAERCHER, Nestor A. <b>Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano</b> . 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. CAVALCANTI, Lana de S. <b>Geografia e práticas de ensino</b> . Goiânia: Alternativa, 2002. BARRETO,



			ambiental e o ensino de geografia.	e competências no dia a dia. Campinas-SP: Papyrus, 2001. PENTEADO, Heloísa D. <b>Metodologia do ensino de história e geografia.</b> São Paulo: Cortez, 2001.	Rosângela M. S. <b>PCN: história e geografia.</b> São Paulo: DP&A, 2003.
FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DA HISTÓRIA	6º	80 h/a	Epílogo: abordagens teórico-metodológicas da história na educação. O ensino de história e a formação do professor. Crianças, jovens e adultos e a experiência da relação com o saber na escola. Investigações de idéias históricas de crianças, jovens e adultos. A didática específica do ensino de história. Metodologia do ensino de história.	ANTUNES, Celso. <b>A sala de aula de geografia e história:</b> inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competências no dia a dia. Campinas-SP: Papyrus, 2001. PENTEADO, Heloísa D. <b>Metodologia do ensino de história e geografia.</b> São Paulo: Cortez, 2001. ZABALA, Antoni. <b>A prática educativa:</b> como ensinar? Porto Alegre: ARTMED, 1998.	BARRETO, Rosângela M. S. <b>PCN: história e geografia.</b> São Paulo: DP&A, 2003. FAZENDA, Ivani C. A. <b>Interdisciplinaridade:</b> história, teoria e pesquisa. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1995. BITTENCOURT, Circe M. F. <b>Ensino de história: fundamentos e métodos - Docência em Formação.</b> São Paulo: Cortez, 2004.
ESTÁGIO SUPERVISIONADO INTEGRADO II	6º	80 h/a	Atividade que, por determinação legal, visa à aquisição-reelaboração de competência profissional na área de formação. Introdução: Orientações básicas sobre estágio supervisionado em alfabetização infantil, de jovens e adultos. Estudo da realidade político-educacional de uma escola com alfabetização infantil ou de jovens e adultos. Estudo da prática docente. Prática docente.	BRZEZINSKI, Iria. <b>Pedagogia, pedagogos e formação de professores.</b> São Paulo: Papyrus, 2007. BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. <b>Prática de ensino e estágio na formação de professores.</b> São Paulo: Avercamp, 2006. BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. <b>Aprender e ensinar na educação infantil.</b> Porto Alegre: Artmed, 1999.	SANTOS, RUY C. do E. S. <b>Pedagogia da transgressão.</b> São Paulo: Papyrus, 2007. LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio (Orgs.). <b>Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso.</b> São Paulo: Thomson Learning, 2007. GARCIA, Regina L. <b>Novos olhares sobre a alfabetização.</b> São Paulo: Cortez, 2001.

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	7º	80 h/a	Estado e políticas públicas em educação. A estrutura e a organização do ensino no Brasil; aspectos legais e organizacionais. O contexto local. Política nacional de formação de professores. A práxis.	CURY, Carlos Roberto Jamil. <b>Legislação educacional brasileira.</b> Rio de Janeiro: DP&A, 2002. DORNAS, Roberto. <b>Diretrizes e bases da educação:</b> comentários e anotações. 2 ed., Belo Horizonte: Modelo Editorial, 1996. GENTILI, Pablo (Org.). <b>Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.</b> Petrópolis: Vozes, 1995.	FRIGOTTO, Gaudêncio. <b>Educação e a crise do capitalismo real.</b> São Paulo: Cortez, 1995. LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza S. <b>Educação escolar:</b> políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. TOMMASI, Lívia de; WARDE, Sérgio H. (Orgs.). <b>O Banco Mundial e as políticas educacionais.</b> São Paulo: Cortez, 2003.
FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DA ARTE	7º	80 h/a	Histórico de manifestações artísticas. Fundamentos para a compreensão do espaço tridimensional. Etnoestética: folclore. Ensino da Arte: organização curricular.	ALVES, Rubens; MENEZES, Marcílio. <b>Ensinar, cantar, aprender.</b> Campinas-SP: Papirus, 2008. CAVALCANTI, Zélia (Org.). <b>Arte na sala de aula.</b> Porto Alegre: Artmed, 1995. DUARTE JR., João F. <b>Por que arte-educação?</b> 16. ed. Campinas: Papirus, 2005.	GARCIA, Regina L. (Org.). <b>Múltiplas linguagens na escola.</b> Rio de Janeiro: DP&A, 2000. LOUREIRO, Alícia M. A. <b>O ensino da música na escola fundamental.</b> 8. ed. Campinas-SP: Papirus, 2003. NAPOLITANO, Marcos. <b>Como usar o cinema na sala de aula.</b> 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
GESTÃO EDUCACIONAL	7º	80 h/a	O desenvolvimento da sociedade capitalista e os paradigmas técnico-científicos. A gestão educacional no Brasil na transição do fordismo para a sociedade digital. O sistema de organização e gestão da escola: teoria e prática. Organização e gestão da escola: os professores e a construção coletiva do ambiente de trabalho.	HENGEMHLE, Adelar. <b>Gestão de ensino e práticas pedagógicas.</b> 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. PARO, Vitor H. <b>Administração escolar:</b> introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1990. OLIVEIRA, Dalila A. (Org.) <b>Gestão democrática da educação:</b> desafios contemporâneos. Petrópolis, Vozes, 1997.	HORA, Dinair L. da. <b>Gestão democrática na escola.</b> 17. ed. Campinas-SP: Papirus, 1994. LUCK, Heloisa et al. <b>A escola participativa:</b> o trabalho do gestor. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza S. <b>Educação escolar:</b> políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

EDUCAÇÃO ESPECIAL	7º	80 h/a	Aspectos históricos, legais e políticos da inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais. Políticas públicas da educação especial. Fundamentos teórico-metodológicos na área de deficiência auditiva, deficiência intelectual, deficiência física, deficiência visual, superdotação e altas habilidades e na área de transtorno global do desenvolvimento. Referencial curricular para a educação especial.	BAUTISTA, R. (Org.). necessidades educativas especiais. Lisboa: Dinalivros, 1997. BUENO, J. G.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara-SP: Junqueira & Marin; Brasília-DF: CAPES, 2008. MENDES, E. G.; ALMEIDA, A. A.; WILLIAMS, L. C. A. (Orgs.). Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos-SP: EDUFSCar, 2004.	JANNUZZI, Gilberta. <b>A luta pela educação do deficiente mental no Brasil</b> . 2. ed. Autores Associados, 1992. PATTO, Maria H. de S. Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual. Brasília-DF: MEC/SEE, 2008. FLEITH, D. (Org.). A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação. Brasília-DF: MEC, 2007.
ESTÁGIO SUPERVISIONADO INTEGRADO III	7º	80 h/a	Atividade que, por determinação legal, visa à aquisição-reelaboração de competência profissional na área de formação. Introdução: Orientações básicas sobre estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental. Estudo da realidade político-educacional de uma escola de ensino fundamental. Estudo da prática docente. Prática docente.	PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. <b>Estágio e docência</b> . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. PICONEZ, Stela C. B. (Org.). <b>A prática de ensino e o estágio supervisionado</b> . 24. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2011. FREITAS, Helena C. L. de. <b>O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios</b> . 8. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2010.	BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. <b>Prática de ensino e estágio na formação de professores</b> . São Paulo: Avercamp, 2006. LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio (Orgs.). <b>Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso</b> . São Paulo: Thomson Learning, 2007. SANTOS, RUY C. do E. S. <b>Pedagogia da transgressão</b> . São Paulo: Papyrus, 2007.
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	8º	80 h/a	Pressupostos epistemológicos da	DEMO, Pedro. <b>Mitologias da avaliação</b> : de como ignorar em vez	VASCONCELLOS, Celso dos S. <b>Planejamento, Plano de Ensino-</b>

L			avaliação educacional; Avaliação: concepção e orientação na LDB, nos PCN's e em Normativas locais; Avaliação e organização do processo de ensino e aprendizagem; Procedimentos metodológicos do processo avaliativo; Avaliação: práticas superadoras	de enfrentar problemas. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2002. LUCKESI, Cipriano C. <b>Avaliação da aprendizagem escolar</b> . 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008. LUCK, Heloisa. <b>Perspectivas da avaliação institucional da escola</b> . Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.	<b>Aprendizagem e Projeto Educativo</b> . São Paulo: Libertad, 1995.
ESTÁGIO SUPERVISIONADO INTEGRADO IV	8º	80 h/a	Atividade que, por determinação legal, visa à aquisição-reelaboração de competência profissional na área de formação. Introdução: Orientações básicas sobre estágio supervisionado em gestão escolar. Estudo da realidade político-educacional e do projeto político-pedagógico da escola. Estudo da prática gestora e da coordenação pedagógica. Prática em gestão e coordenação pedagógica.	HENGEMHLE, Adelar. <b>Gestão de ensino e práticas pedagógicas</b> . 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. <b>Estágio e docência</b> . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. FREITAS, Helena C. L. de. <b>O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios</b> . 8. ed. Campinas-SP: Papirus, 2010.	BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. <b>Prática de ensino e estágio na formação de professores</b> . São Paulo: Avercamp, 2006. LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio (Orgs.). <b>Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso</b> . São Paulo: Thomson Learning, 2007. PICONEZ, Stela C. B. (Org.). <b>A prática de ensino e o estágio supervisionado</b> . 24. ed. Campinas-SP: Papirus, 2011.
TCC - MONOGRAFIA A	8º	160 h/a	Discussão acadêmica e científica de temas relevantes para a formação em Pedagogia, em consonância com o	PÁDUA, ELISABETE M. M. de. <b>Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática</b> . 15. ed. Campinas-SP: Papirus, 2009. SEVERINO, Antônio J.	FURASTÉ, Pedro A. <b>Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação</b> . 14. ed. Porto Alegre: Dáctilus-Plus, 2006. MARTINS, Gilberto de A.; PINTO,

			percurso formativo proporcionado. Síntese intelectual da reflexão profissional e acadêmica adquirida e perspectivas de estudos posteriores.	<b>Metodologia do trabalho científico.</b> 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996. BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo. (Orgs.). A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. Campinas-SP: Papyrus, 2008.	Ricardo L. <b>Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos.</b> São Paulo: Atlas, 2001. VASCONCELLOS, Maria José E. de. <b>Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência.</b> Campinas-SP: Papyrus, 2008.
ATIVIDADES COMPLEMENTARES: Atividades de Extensão, Atividades de pesquisa, Seminários Temáticos, Eventos acadêmico-científicos	8º	100 h/a	Atividades que disponibilizam os diversos saberes em condições de serem revitalizados e integrados ao conhecimento científico e a prática social da profissão.		
<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>TEMA INTEGRADOR / OPTATIVO A</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>DESCRIÇÃO EMENTA</b>	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
TEMA INTEGRADOR EDUCAÇÃO E TRABALHO Ano/semestre	-----	80 h/a			
TEMA INTEGRADOR CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS DA	-----	80 h/a			

PEDAGOGIA					
TEMA INTEGRADOR DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO E PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM	-----	80 h/a			
TEMA INTEGRADOR NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM	-----	80 h/a			
TEMA INTEGRADOR CIÊNCIAS E SUAS TECNOLOGIAS	-----	80 h/a			
TEMA INTEGRADOR ESTATÍSTICA E FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	-----	80 h/a			
TECNOLOGIA APLICADAS À EDUCAÇÃO	-----	80 h/a	Introdução à informática e ao uso do computador na sala de aula; abordagem crítica do uso do computador na escola; importância da informática na educação do ensino fundamental	BRITO, Gláucia da Silva. PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. <b>Educação, professor e novas tecnologias:</b> em busca de uma conexão real. Curitiba: Prottexto, 2003. LEITE, Lígia Silva. (Coord.). <b>Tecnologia educacional:</b> descubra	

		<p>(séries iniciais) e educação infantil. O processo de informatização da sociedade; tendências atuais da tecnologia; teorias da aprendizagem e metodologia subjacentes ao ensino por computador numa perspectiva construtivista do processo do conhecimento.</p>	<p>suas possibilidades na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2003.  HEIDE, Ann. STILBORNE, Linda.  <b>Guia do professor para a internet:</b> completo e fácil. Tradução Edson Furmankiewz. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p>	
--	--	---	---	--

**ANEXO II DA RESOLUÇÃO 467/CONSEA, DE 06 DE MARÇO DE 2017**

**Manual do Estágio Supervisionado  
Curso de Pedagogia  
Departamento Ciências da Educação – DECED**

**APRESENTAÇÃO**

Concebido como uma atividade prática, o estágio curricular possibilita a inserção efetiva do aluno do curso de Pedagogia na realidade de instituições educacionais públicas e privadas. Seu objetivo é proporcionar, no contexto do processo de ensino-aprendizagem, a expansão dos conhecimentos construídos no decorrer da formação, por meio de observações, de reflexões e da participação em situações profissionais.

Além disso, é um procedimento didático-pedagógico no qual se pressupõe a realização de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, uma vez que o aluno terá contato direto com situações reais de vida e de trabalho, desenvolvendo, ao longo do curso, os conhecimentos necessários ao processo teórico e metodológico implicado na prática da docência, podendo também assumir a forma de atividades de extensão, com participação em empreendimentos ou projetos sociais.

No curso de Pedagogia, o estágio curricular é regulamentado pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, a qual estabelece que, ao longo do curso, deve-se assegurar aos graduandos a aquisição de experiência profissional em ambientes escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências nas seguintes etapas:

a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente; b) na área de serviços e de apoio escolar; c) na Educação de Jovens e Adultos; d) na participação e nas atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; f) em reuniões de formação pedagógica.

O estágio supervisionado para a formação de professores, coordenadores e gestores também está pautado na legislação vigente, conforme segue: Lei nº 9.394/1996 (LDB); Parecer CNE/CES N. 744, de 03/12/1997; Parecer CNE/CP N. 09, de 08/05/2001; Parecer CNE/CP N. 27, de 02/10/2001; Resolução CNE/CP N. 01, de 18/02/2002; Resolução CNE/CP N. 02, de 19/02/2002; Parecer CNE/CES N. 197, de 07/07/2004; Parecer CNE/CES N. 15, de 02/02/2005; Resolução CNE/CP N. 01, de 15/05/2006; Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008;

No Curso de Pedagogia, tanto na modalidade presencial, regular ou modular, quanto a distância, o acompanhamento das atividades de estágio é feito pelo professor formado em Pedagogia, designado pelo Departamento ao qual o Curso estiver vinculado.

O estágio supervisionado do Curso de Pedagogia da UNIR-Campus de Ariquemes deve estar profundamente comprometido com a qualidade da educação básica e oferecer aos alunos oportunidades enriquecedoras para a construção de sua identidade profissional, enquanto momento único vivido o pensar e o fazer pedagógico no qual se realizam necessariamente como práxis educativa, nesse sentido o estágio supervisionado, na medida das possibilidades concretas não deve ser realizado dissociado do campo de pesquisa e, em assim sendo, deve estar integrado à pesquisa e ao trabalho de conclusão de curso.

O presente manual se propõe a auxiliar o aluno a compreender as atividades a serem vivenciadas ao longo das quatro etapas do estágio. Para isso, apresenta cada uma delas, assim como indica formas de realização das atividades que as integram.

**SUMÁRIO**

1 – Objetivos	08
2 - Matriz curricular	08
3 - Estágios Supervisionados I, II e III	10
4 - Conclusão e avaliação de cada etapa do estágio	18
5 - Recomendações e observações importantes	20
6 – Roteiro de Relatório de Estágio Supervisionado	22
Referências	30
Anexos	32





## - OBJETIVOS

No curso de Pedagogia da UNIR do Campus de Ariquemes, o estágio supervisionado tem por objetivo inserir o aluno no exercício profissional em instituições educacionais, de modo a estreitar as relações entre a teoria e a prática, consideradas as seguintes áreas de atuação: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e gestão educacional.

De modo específico, buscam-se os seguintes objetivos:

- Efetivar o aprofundamento teórico-prático do estudante nas áreas de formação do Curso de Pedagogia;
- Propiciar situações práticas para a otimização da formação pedagógica e profissional;
- Oportunizar uma visão de totalidade entre as práticas escolares cotidianas e os princípios teórico-metodológicos norteadores da ação pedagógica na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na gestão educacional.

## 2 - MATRIZ CURRICULAR

No âmbito desta instituição de ensino, o Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia do DECED/Campus de Ariquemes é aquele previsto na matriz curricular do Curso como componente obrigatório para a obtenção do grau acadêmico. O curso de Pedagogia da UNIR prevê QUATRO ETAPAS DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO, a serem realizadas em períodos distintos, com atividades diversificadas, conforme discriminado no quadro a seguir.

### QUADRO 1 - MATRIZ CURRICULAR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Estágio	Período	Escopo	Carga Horária
Estágio Supervisionado I (ESI)	5º Período	Educação infantil – Creche, Pré- Escola	80 horas
Estágio Supervisionado II (ESII)	6º Período	Alfabetização e EJA	80 horas
Estágio Supervisionado III (ESIII)	7º Período	Anos iniciais do ensino fundamental	80 horas
Estágio Supervisionado IV (ESIV)	8º Período	Coordenação e Direção - Gestão Educacional e EJA	80 horas

Por meio dos Estágios Supervisionados I, II e III, pretende-se fazer o aluno vivenciar o trabalho desenvolvido na educação infantil, alfabetização de Jovens e Adultos (EJA), e no ensino fundamental (anos iniciais), em instituições públicas e privadas, inserindo-se na realidade sociocultural delas, de modo a analisar sua estrutura e organização, bem como as abordagens epistemológicas e pedagógicas adotadas pelos profissionais de educação na realização do seu trabalho.

O Estágio Supervisionado IV objetiva promover o conhecimento teórico-prático sobre gestão educacional, por meio de intervenções socioculturais e atividades sistemáticas de observação, descrição, análise, aplicação, síntese e avaliação, realizadas em conjunto com os gestores educacionais e voltadas às responsabilidades pedagógicas e aos saberes interdisciplinares referentes a essa etapa curricular.

Busca também possibilitar ao estagiário a elaboração e execução de um projeto pedagógico em que possa aplicar os conhecimentos obtidos sobre gestão educacional, privilegiando concepções e práticas interdisciplinares. Também visa criar a oportunidade para que o aluno vivencie atividades que só são possíveis com sua inserção na realidade educacional com a convivência com gestores educacionais.

O relatório é a fase conclusiva do estágio supervisionado, que deve ser apresentada como uma análise de todas as experiências obtidas nos estágios anteriores, por meio de texto descritivo-analítico.

### 3 - Estágios Supervisionados I, II e III e IV

As atividades apresentadas no quadro a seguir devem ser realizadas nas quatro etapas previstas (ES I, II, III e IV).

#### Quadro 2 – Atividades e carga horária do Estágio Supervisionado

	Atividades	CH	Objetivos
Pré-Estágio	1. Orientações iniciais e estudo dos aportes teóricos	8 h	Consultar as referências disponibilizadas no Plano de Ensino e Aprendizagem da disciplina, além de livros e textos trabalhados ao longo do curso.
	2. Escolha e ingresso em uma instituição educacional	8 h	Identificar a instituição de ensino em que será feito o estágio, bem como preencher a documentação pertinente e encaminhá-la tanto para a instituição escolhida como para a UNIR.
Estágio	3. Caracterização	4 h	Levantar informações sobre a instituição (como história, modalidade de ensino ofertada, turnos de funcionamento, quantidade de profissionais etc.), caso se trate dos ES I, II, III e levantar informações sobre a gestão educacional, caso se trate do ES IV.
	4. Observação	8 h	Compreender a realidade da prática docente e de aspectos relacionados à escola.
	5. Entrevistas	4h	Coletar informações para o Estágio Supervisionado correspondente, por meio de entrevistas.
	6. Planejamento	20 h	Elaborar um projeto de ação que subsidie a prática docente ou gestora.
	7. Prática docente/gestora	20 h	Executar o projeto definido conforme Planejamento (6).
Pós-Estágio	8. Relatório de atividades	08 h	Preparar registro escrito sobre as atividades realizadas.

**Quadro 3 – Divisão da Carga Horária do Estágio Supervisionado**

Período	Áreas	Sub-áreas	TOTAL	Orientação	Escolha	Caracterização	Observação	Entrevista	Planejamento	Prática	Relatório		
5º	Educação Infantil	Creche	T	36	08	08	-	-	-	20	-	-	
			P	44	-	-	04	08	04	-	20	08	
		P. Escola	T	36	08	08	-	-	-	-	20	-	-
			P	44	-	-	04	08	04	-	-	20	08
6º	Séries Iniciais e EJA	Alfabetização	T	08	08	-	-	-	-	-	-	-	
			P	72	-	-	04	04	04	12	40	08	
7º	*Séries Iniciais e EJA	2º ao 5º Ano	T	16	-	-	-	16	-	-	-	-	
			P	64	-	-	-	-	-	-	64	-	
8º	**Gestão e EJA	Coordenação	T	24	08	-	-	16	-	-	-	-	
			P	36	-	-	-	-	-	-	36	-	
		Direção	T	24	08	-	-	16	-	-	-	-	
			P	36	-	-	-	-	-	-	-	36	

\*Uma Semana em cada série (2º ao 5º ano) sendo que no primeiro dia será observação.

\*\* Coordenação Pedagógica, Secretaria, Orientação e Direção.

Mediante acordo prévio com o responsável pelo estagiário na escola, as atividades de planejamento e a elaboração do relatório de atividades podem ser realizadas parcial ou totalmente a distância, ou seja, sem exigir a presença do aluno na Universidade. Apresentamos, a seguir, o detalhamento de cada uma dessas atividades.

#### **Atividade 1: Orientações iniciais e estudo dos aportes teóricos (8horas)**

Essa etapa compreende uma síntese da caminhada empreendida pelo aluno durante a sua formação. Ele deve rever os conteúdos abordados durante o curso, sobretudo os que dizem respeito ao estágio que está realizando — educação infantil, (ES-I), Alfabetização Infantil e de adultos (EJA) (ES-II), anos iniciais do ensino fundamental e EJA (ES-III), Coordenação e Direção - gestão educacional e EJA (ES-IV), explorando, ainda, aspectos como a legislação, os objetivos e as propostas relacionados a ele.

Para tanto, deve se recorrer ao conjunto de referências bibliográficas recomendadas, assim como aos textos e atividades trabalhados ao longo do curso. O objetivo dessa atividade, realizada por meio de uma construção textual, é a demonstração dos conhecimentos obtidos durante o processo de formação.

### **Atividade 2: Escolha e ingresso em uma instituição educacional (8 horas estágio I e II)**

A instituição acolhedora do estagiário deve garantir a sua participação em todas as atividades pertinentes à docência na educação infantil, alfabetização infantil e de adultos (EJA) e nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como à gestão educacional, com vistas à sua efetiva capacitação profissional.

O aluno pode escolher uma instituição de ensino pública ou privada. Caso o aluno já esteja atuando em uma instituição de ensino, pode realizar nela o seu estágio. Para isso, ele deve estar atuando em uma turma compatível com o estágio e deve fazer uma solicitação formal ao seu professor por meio de requerimento próprio, denominado de Normatização para Estágio em Serviço, além de apresentar os comprovantes de exercício profissional, realizar as atividades apresentadas neste manual e cumprir a carga horária correspondente ao estágio.

Uma vez identificada a instituição, o aluno deve seguir os procedimentos elencados abaixo para dar início ao estágio:

a) Averiguar se a instituição acolhedora está funcionando em consonância com as disposições legais estabelecidas pelo poder público. Para tanto, deve apresentar-se ao professor, ou ao responsável por acompanhar o seu estágio, e solicitar autorização para consultar os seguintes documentos: alvará e autorização de funcionamento, certificação e regimento.

b) Ao se apresentar na instituição, o estagiário deve ter em mãos os seguintes documentos:

- Carta de Apresentação (ANEXO) - O aluno deve preencher esse documento para entregá-lo a um dos representantes da gestão educacional da instituição: diretor, vice-diretor ou coordenador pedagógico. O objetivo é apresentar-se formalmente à instituição e entregar-lhe um comprovante de que se encontra devidamente matriculado na UNIR.

- Carta de Autorização para Estágio (ANEXO) - O aluno deve entregá-lo à instituição acolhedora com o intuito de formalizar a sua inclusão como estagiário da escola. Esse documento deve ser preenchido pelo diretor, pelo vice-diretor, pelo supervisor educacional ou pelo coordenador pedagógico e conter o carimbo oficial da escola e a assinatura da direção. Depois, deve ser entregue ao professor do estágio, para que este providencie o arquivamento na pasta do aluno, onde também deverá ser arquivado o relatório de estágio.

Ao entregar a Carta de Apresentação, é importante que o aluno combine as datas e horários do estágio, conforme a carga horária definida para cada etapa e o acordo feito na escola referente ao turno de realização do estágio.

Após realizar uma etapa do estágio supervisionado, é facultado ao aluno fazer a seguinte em uma instituição diferente, mas, para tanto, deve estar ciente de que precisará repetir algumas atividades, como, por exemplo, as relativas à escolha e ao ingresso na instituição (Atividade 2) e à caracterização (Atividade 3).

Caso mude de escola na etapa de estágio seguinte, o aluno deve solicitar ao tutor outra cópia da Carta de Apresentação.

Recomenda-se que, no dia em que comparecer formalmente à instituição de ensino ou no primeiro dia de estágio, o aluno também se apresente aos professores, pois, além de ser importante adotar uma política de bom relacionamento (necessária em qualquer ambiente profissional), precisará contar com o apoio dos docentes para realizar suas atividades.

### **Atividade 3: Caracterização (4 h estágio I e II)**

O estagiário deve se aproximar da realidade da instituição, levantando, para isso, informações que permitam caracterizar a escola, como, por exemplo, localização, história (data de fundação, fundadores, origem do nome), dependência administrativa (municipal, estadual ou nacional), turnos de funcionamento, quadro funcional (quantidade de professores, gestores), quantidade de alunos matriculados, faixa etária dos alunos atendidos, infra-estrutura física (quantidade de salas, existência de ginásio de esportes), disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos (jogos, computadores, televisão), importância histórica da instituição no contexto social em que está inserida, entre outras.

Para facilitar seu trabalho, o aluno pode consultar o acervo documental da instituição, pesquisando registros como o regimento interno, o reconhecimento da mantenedora, o projeto político-pedagógico, bem como outros de cunho histórico. Pode ainda tomar o depoimento de professores, da equipe administrativo-pedagógica, de pais e ex-alunos, de modo a resgatar aspectos que ilustrem a história e permitam caracterizar

a instituição. Ao longo desse processo, precisa ter o cuidado de fazer anotações, as quais deverão integrar um dos capítulos do seu relatório de atividades (Atividade 8).

Caso o aluno realize o ES II e III na mesma instituição em que realizou o ES I, não será necessário fazer essa atividade novamente, embora seja recomendável revisar e fazer complementos quanto à caracterização da escola. O mesmo não vale para o ES IV, uma vez que envolve a caracterização da gestão educacional.

No ES IV, o processo de caracterização envolve o levantamento de informações sobre a gestão educacional. O aluno deve buscar informações como as atribuições dos gestores educacionais da instituição, histórico de sua função, participação na construção do projeto político-pedagógico da escola, tempo de serviço na instituição, tempo de experiência na função, formação e atualização profissional (especializações na área) etc.

#### **Atividade 4: Observação (8 h)**

A observação é uma atividade de suma importância, pois, por meio dela, o aluno pode ampliar sua compreensão sobre a realidade da escola, a prática docente, a gestão educacional e, assim, aumentar as possibilidades de aprendizagem com o seu estágio.

Nos ES I, II e III, toda e qualquer atividade com intencionalidade pedagógica deve ser considerada, como, por exemplo, o início do expediente na sala dos professores, por ser um momento rico de trocas e de integração entre a equipe docente; a aula propriamente dita, em que se pode verificar a adequação da prática do professor ao seu plano de trabalho; a hora do recreio, em que há múltiplas trocas e interações entre os alunos e entre estes e o professor; a hora do lanche, na qual ocorrem demonstrações culturais de alimentação e de hábitos de socialização, bem como surgem possibilidades de aprendizagens informais; passeios e visitas com acompanhamento do professor, em que podem ser observados processos de socialização e de inserção dos alunos à realidade social no que tange à linguagem utilizada, aos hábitos e às atitudes diante do que está sendo vivido.

O processo de observação inclui o ato de ver e ouvir, bem como a constante tomada de notas sobre aspectos significativos do que foi observado. Eventualmente, pode também incluir uma conversa com os professores ou gestores, de modo a esclarecer ou ilustrar, por exemplo, uma prática relativa ao ES em curso. Além disso, deve envolver todas as turmas do nível de ensino correspondente ao estágio em curso.

Além dessas atividades, o aluno deve assistir a uma aula como observador, o que poderá ser útil quando ele estiver em sala vivenciando a prática docente.

Para assistir a uma aula como observador, o aluno deve tomar o cuidado de solicitar previamente permissão à direção e ao professor.

No ES-IV, o aluno deve observar a gestão educacional e tomar notas relativas a ela. Para fazer isso, pode, por exemplo, acompanhar as atividades gestoras (reuniões administrativo-pedagógicas), a hora de chegada e saída de cada integrante da equipe de gestão, a rotina de organização diária da escola (como o recreio) e as visitas à Secretaria de Educação (estadual ou municipal), caso isso faça parte do trabalho do gestor.

#### **Atividade 5: Entrevistas (4 h estágio I, II e III)**

As entrevistas representam uma oportunidade para o estagiário se aproximar dos profissionais da educação de forma efetiva e, por isso, merecem atenção especial.

Nos ES I, II e III, o aluno deve entrevistar os seguintes colaboradores da escola: diretor, coordenador pedagógico, um professor e um funcionário. Antes de aplicar as entrevistas, é recomendável agendar previamente data e horário com cada um dos profissionais que serão entrevistados. Deve-se também adaptar o roteiro sugerido no ANEXO, contemplando os assuntos a serem explorados no estágio.

- É importante que o aluno seja pontual no dia da entrevista, pois isso demonstra a atenção e a seriedade com que conduz o estágio, refletindo-se, ainda, como sua marca pessoal e profissional.
- Caso o aluno realize o ES II e III na mesma instituição em que completou o ES I, deve entrevistar professores diferentes e incluir uma entrevista com dois ou três alunos, de modo a ilustrar também o ponto de vista discente. O mesmo não vale para o ES IV, pois as entrevistas nessa etapa são feitas com a equipe de gestão educacional.

A conversa com cada profissional deve, preferencialmente, ter cunho informal e não envolver anotações escritas, para evitar interrupções na conversa e possibilitar uma interação mais efetiva. Caso haja consentimento do entrevistado, a conversa pode ser gravada. Após a entrevista, recomenda-se que o aluno faça anotações sobre ela, tecendo considerações sobre o encontro e sobre as aprendizagens obtidas com ele — essas informações devem ser posteriormente incluídas em seu relatório de atividades (Atividade 8).

### **Atividade 6: Planejamento (20 h estágio I)**

O planejamento ou projeto de trabalho do estagiário é um documento em que serão estabelecidos os objetivos, as metodologias e os recursos necessários, entre outros aspectos, para executar a sua prática docente ou sua prática em gestão educacional.

Nos ES I, II e III, o planejamento deve ser elaborado de acordo com o seguinte roteiro:

- Título;
- Justificativa (apresentação dos motivos para executar o projeto e sua importância);
- Objetivos (o que exatamente se buscará com a prática);
- Fundamentação teórica (embasamento do projeto por meio da literatura pertinente);
- Conteúdos programáticos (descrição do conteúdo a ser abordado nas aulas);
- Recursos utilizados (descrição dos recursos didáticos a serem adotados);
- Avaliação (descrição dos métodos de avaliação a serem utilizados);
- Referências (especificação das fontes de pesquisa utilizadas).

É importante lembrar que, no processo de planejamento, as metodologias e ações adotadas pela escola e pelos professores devem ser respeitadas.

Depois de elaborar o planejamento, o aluno deve apresentá-lo ao professor responsável pela turma em que será desenvolvida a prática docente, para que este possa contribuir com sugestões e idéias que aprimorem o projeto, caso considere necessário. Deve também apresentá-lo ao professor da disciplina de Estágio Supervisionado.

No ES IV, o planejamento deve respeitar o seguinte roteiro:

- Título;
- Justificativa (apresentação dos motivos para executar o projeto e sua importância);
- Objetivos (o que exatamente se buscará com a prática);
- Fundamentação teórica (embasamento do projeto por meio da literatura pertinente);
- Metodologia (descrição detalhada das etapas do projeto em gestão educacional);
- Avaliação (apresentação da qualificação e dos resultados obtidos com a execução do projeto em gestão educacional);
- Referências (especificação das fontes de pesquisa utilizadas).

O planejamento deve ser elaborado com o apoio da equipe gestora, que poderá apontar problemas administrativos enfrentados na escola para sua inclusão no projeto, bem como sugerir a contemplação de algumas atividades relacionadas à gestão educacional, como, por exemplo, preparação de reuniões administrativo-pedagógicas, realização de encontros com a comunidade, delineamento ou execução de uma obra para a escola, implementação de cursos de capacitação para professores e funcionários, entre outras.

### **Atividade 7: Prática docente ou gestora (20 h estágio I)**

As ações e etapas delineadas no planejamento devem ser executadas nesse momento, tanto nos ES I, II e III, para a prática docente, como no ES IV, para a prática gestora.

Para dar início a essa atividade nos ES I, II e III, o aluno deve agendar a primeira aula com o professor que orientará o seu trabalho. A atividade prática deve ser realizada em consonância com as horas previstas e a metodologia indicada no planejamento.

Anotações são importantes! Tudo o que foi vivenciado pelo aluno deve ser posteriormente relatado com objetividade e clareza, possibilitando, assim, a avaliação da sua experiência.

O aluno deve perceber que a prática docente representa um pleno exercício pedagógico e uma oportunidade para demonstrar e exercitar os conhecimentos que obteve durante sua formação.

Quanto à prática gestora (ES IV), ela deve ser orientada e acompanhada pela equipe de gestão da escola.

### **Atividade 8: Relatório de atividades (8 h)**

Essa atividade compreende o registro, por meio de um texto objetivo e claro, de todas as atividades desenvolvidas pelo aluno nos ES I, II e III, para possibilitar a avaliação da trajetória percorrida pelo estagiário. Esse relatório deve ser elaborado de acordo com o roteiro constante nos ANEXOS. Para formatá-lo, o aluno deve seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) — em síntese: espaçamento 1,5, fonte Arial tamanho 12, cor preta, parágrafo justificado — levando ainda em consideração as normas para citações e referências.

Para um relatório ser considerado satisfatório, além de abordar os dados relevantes, deve ser redigido de forma objetiva.

No caso do ES IV, o relatório deve contemplar ainda as aprendizagens obtidas por meio das atividades de acompanhamento dos gestores da instituição de estágio. Para isso, é recomendável que apresente também sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho desses profissionais, bem como o incremento da sua formação, por meio de cursos de atualização.

#### 4 - Conclusão e avaliação

Ao final cada etapa, o estagiário deve preencher a respectiva Planilha de Registro de Atividades (Anexos).

As Planilhas de Registro de Atividades serão usadas como instrumento de avaliação do aluno, de acordo com os critérios definidos nos Quadros.

Essas planilhas compreendem os relatos escritos sobre as atividades de apresentação dos aportes teóricos, caracterização da instituição (ES I, II e III) e da gestão educacional (ES IV), observação, entrevista com professores e membros da equipe de gestão, planejamento e relato das atividades realizadas pelo estagiário na instituição.

Para seu preenchimento e entrega, devem ser obedecidos os prazos e as orientações indicados pelo professor.

Será considerado REPROVADO em qualquer uma das quatro etapas do estágio curricular o aluno que: a) Não entregar seu Registro de Atividades (ou o relatório de atividades) dentro do prazo definido pela UNIR; b) Não atingir a média seis (6,0), que é o mínimo exigido para aprovação em disciplinas práticas.

Em caso de reprovação: a) Caberá ao professor informar as razões da reprovação ao aluno; b) O aluno deverá matricular-se e realizar as atividades práticas e teóricas novamente.

Após concluir cada uma das etapas (I, II, III ou IV) do ES, o aluno será avaliado pelo respectivo responsável (que pode ser o diretor, o supervisor ou um professor). Para tanto, deve entregar, a este, as Cartas de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário, disponibilizadas nos ANEXOS. Uma vez preenchidos esses documentos, o estagiário deverá certificar-se de que contém o carimbo da escola e a assinatura do avaliador e, a seguir, entregá-los para o seu professor, que os utilizará na avaliação.

O quadro a seguir apresenta os critérios de avaliação para os ES I, II e III.

#### QUADRO 4 — CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ES I, II E III (PRÁTICA DOCENTE)

CRITÉRIOS	Valor
Qualidade acadêmica do relato e análise da caracterização, das observações e das entrevistas realizadas pelo estagiário.	2.0
Qualidade acadêmica do planejamento desenvolvido para a prática docente.	2.5
Qualidade acadêmica do relato da prática docente realizada pelo estagiário.	2.5
Ética: interesse, pontualidade, assiduidade, organização, integração com a instituição.	2.0
Carta de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário pela Escola.	1.0

No quadro a seguir, apresentam-se os critérios de avaliação para o ES IV.

#### QUADRO 5 — CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ES IV (PRÁTICA GESTORA)

CRITÉRIOS	VALOR
Qualidade acadêmica do relato e análise da caracterização, das observações e das entrevistas realizadas pelo estagiário no trabalho com os gestores educacionais.	2.0
Qualidade acadêmica do planejamento desenvolvido para a ação gestora.	2.5
Qualidade acadêmica do relato da prática gestora realizada pelo estagiário.	2.5
Ética: interesse, pontualidade, assiduidade, organização, integração com a instituição.	2.0
Carta de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário pela Escola.	1.0

Como é possível observar nesses quadros, cada etapa do estágio apresenta critérios diferenciados, os quais constituem o principal recurso para o professor realizar a avaliação e, em geral, permitem verificar a dedicação do estagiário em todo o percurso por ele percorrido.

Além disso, a avaliação possibilita medir o desempenho de cada um dos envolvidos com o estágio, tanto alunos como professores, atendendo, assim, às diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC para a qualificação de novos profissionais em educação e a todas as demais orientações dadas por esse órgão, que regulamenta os cursos de formação de educadores denominados de licenciaturas.

### **5 - RECOMENDAÇÕES E OBSERVAÇÕES IMPORTANTES**

Para realizar um estágio satisfatório, o aluno deve estar atento às seguintes recomendações:

a) Evitar o acúmulo de tarefas. Para tanto, torna-se essencial manter o registro das atividades de estágio em dia;

b) Procurar manter sua atenção direcionada para o objetivo do estágio, a fim de evitar sentimentos de desânimo e atitudes desmotivadoras diante desse compromisso acadêmico;

c) Manter a clareza e a objetividade em suas ações e observações, tanto em atividades práticas quanto teóricas - quantidade não é sinônimo de qualidade;

d) sempre que preciso, buscar o auxílio do seu professor do estágio supervisionado;

e) Ficar atento para o resultado do trabalho, que será analisado/avaliado em sua totalidade e complexidade. Portanto, deve-se fazer questionamentos, além de propor e implementar novas idéias durante o desenvolvimento do estágio, contando, para isso, com a ajuda do professor do estágio supervisionado.

Vejam, por último, algumas observações importantes sobre o estágio supervisionado:

a) Após o preenchimento dos documentos do estágio (Carta de Apresentação, Carta de Autorização para Estágio, Carta de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário pela Escola), eles devem ser entregues ao professor;

b) Conforme a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, para solicitar aproveitamento do estágio supervisionado, em serviço, ele deve trabalhar em área compatível com a área do estágio a ser realizado e o aluno deve enviar um requerimento ao Departamento Ciências da Educação, que fará a análise do pedido e dará seu parecer sobre ele. A solicitação deve ser acompanhada de fotocópias de atestado de docência, ou outro comprovante legal, conforme o vínculo profissional. Será considerada a experiência docente atual, tendo em vista que os profissionais de educação também precisam se atualizar quanto a aspectos teóricos e práticos, sendo o estágio curricular uma boa oportunidade para isso. O estagiário que tiver sua requisição deferida pode realizar as atividades de observação, planejamento e prática docente com base em sua experiência em sala de aula. É importante, no entanto, que consiga relatar experiências significativas e atualizadas;

c) De forma geral, o aluno deve prever a realização de atividades complementares desde a primeira etapa do estágio supervisionado, de modo que não fique sobrecarregado ao final dele. São consideradas atividades complementares:

- Ensino — Disciplinas não previstas na estrutura curricular do curso; disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional; estágios extracurriculares; cursos realizados em áreas afins; monitorias de ensino/disciplinas; monitorias laboratoriais; visitas programadas/técnicas; atividades acadêmicas a distância; discussões temáticas; estudos complementares.

- Pesquisa — Iniciação científica; pesquisa orientada; participação em eventos científicos; trabalhos publicados; resumos em anais; pôsteres; artigos e livros publicados; defesa de trabalhos de conclusão de curso/monografia.

- Extensão — Cursos diversos, como informática, idiomas e afins; congressos, simpósios, palestras e conferências; projetos e programas de extensão; vivência profissional complementar; administração e representação em entidades estudantis; trabalho voluntário comunitário.

A UNIR – Campus de Ariquemes deseja muito sucesso nessa trajetória de estágio, observando que o estagiário de hoje poderá ser amanhã um profissional com múltiplas capacidades e em constante busca da excelência em sua vida profissional.



## 6) ROTEIRO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

### 6.1. Bases para a elaboração do Relatório

Antes da apresentação do relatório, o aluno deve proceder à revisão do material reunido durante o estágio (rascunhos, fotos, entrevistas, etc.), fazer uma seleção e ordená-los. Nesse procedimento, compete ao estudante solicitar, se necessário, a ajuda do professor orientador para responder dúvidas.

Não obstante, há várias maneiras de se pensar um relatório, portanto, acreditamos que ele pode ser considerado uma narrativa do que aconteceu durante o estágio. Nestes termos, é importante verificar e registrar tudo o que for ocorrendo, comparar com o previsto e anotar em rascunho para não esquecer detalhes que podem ser relevantes na redação final.

A linguagem deve ser impessoal, clara, precisa, desde a introdução até o final do relatório. Deve-se fazer uma revisão constante, para verificar se não houve repetição ou omissão de alguma informação importante.

A estética de um relatório obedece aos padrões, da ABNT, relativos à sua apresentação gráfica. Assim, determinadas normas referentes à numeração progressiva, formato, espaçamento, margens e paginação devem ser observadas pelos estudantes de Pedagogia, conforme as orientações que seguem.

### 6.2. Padronização

#### I. Parte pré-textual:

1. Capa
2. Folha de rosto
3. Opcionais: epígrafe (frase), agradecimentos, dedicatória – se for usar, colocar em folhas

separadas.

O relatório do Estágio Supervisionado deverá obedecer a seguinte padronização:

- Encadernação em espiral: capa de plástico transparente na frente e na cor preta ou azul no verso;
- Numeração de páginas: canto inferior direito;
- Papel: A4 branco, utilizando-se somente uma face da folha;
- Distribuir o texto, evitando que o título das seções seja digitado em final de página e os textos respectivos na página seguinte;
- Margem superior, a 3 cm;
- Margem inferior, a 2 cm;
- Margem direita, a 2 cm;
- Margem esquerda, a 3 cm;
- Parágrafos: formatar a primeira linha por 1,25 cm; (padrão Word) primeira letra em maiúsculo e as outras em minúsculo;
- Espaçamento entre linhas: 1,5;
- Tipo de letra: Arial ou Times New Roman;
- Tamanho de letra: 12 para o texto e 16 para a capa, conforme modelo.

#### Capa Exemplo: Modelo 1

Fundação Universidade Federal de  
Rondônia

- UNIR.

Campus de Ariquemes

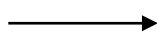
**NOME DO ALUNO**

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I  
EDUCAÇÃO INFANTIL

A capa de relatório deve ser resistente e sua apresentação deve ser de acordo com o indicado pela capa e este, pode converter-se em título. Sua primeira letra deve ser maiúsculas.

• **Folha de rosto**

Exemplo: Modelo 2



<p>Fundação Universidade Federal de Rondônia- UNIR</p> <p>Nome do aluno</p> <p><b>Estágio Supervisionado I em Educação Infantil</b> Relatório exigido como parte dos requisitos para conclusão da disciplina Estágio Supervisionado I sob a orientação da Profa. Rute Moreira Braga.</p> <p>Curso: Pedagogia</p> <p>Janeiro, 2011.</p>
--

A folha de rosto tem o mesmo conteúdo da capa e um pequeno texto explicativo. Deverão ainda constar, digitados em caixa de texto, logo abaixo do título, a finalidade do trabalho, curso, disciplina e nome do professor orientador.

**II. Parte Textual:**

**SUMÁRIO** (com indicação de páginas)

**1. INTRODUÇÃO** (sem citações)

- O que é o trabalho;
- Qual é o objetivo, ou objetivos
- O que contém no Relatório – falar um parágrafo para cada parte
- Quais eram as suas expectativas ao iniciar o estágio.

**2. DESENVOLVIMENTO**

Neste momento deve-se contemplar o relato de todas as atividades realizadas nos estágios. É a parte do trabalho. Nestes termos, entendemos que:

Esse relato pode ser dividido em partes ou capítulos para facilitar a redação, dependendo de como foi elaborada a previsão. Se a proposta ou projeto for eficiente e bem organizado, certamente haverá muito a ser descrito. Não se deve esquecer que o tratamento estatístico torna o trabalho mais completo, auxiliando inclusive nas conclusões (BIANCHI et al., 2003 p. 79).

Por outro lado, não é demais lembrar que é absolutamente, que se separe o que foi observado, de acordo com as partes previstas para o relatório. Portanto, portfólio e diário de campo podem ser companheiros inseparáveis dos estagiários.

Os aspectos que devem ser contemplados no relatório são discriminados a seguir.

**2.1 Caracterização da escola. (CAPÍTULO I)**

Nesse item o aluno deverá fazer uma descrição geral do local do estágio privilegiando as seguintes informações:

- 2.1.1. Dados de identificação
- 2.1.2. Histórico
- 2.1.3. Estrutura administrativa e organizacional
- 2.1.4. Estrutura física e material

**2.2. Dimensão pedagógica. (CAPÍTULO II)**

Caracterização do trabalho pedagógico desenvolvido nas salas onde realizou o estágio, descrevendo as abordagens e ações do professor. Neste item devem constar, também, as atividades desenvolvidas por quem realizou o estágio.

- 2.2.1. Proposta pedagógica
- 2.2.2. Planejamento

2.2.3. Professores

2.2.4. Alunos

2.2.5. Inclusão social

### **2.3- Relato/análise das observações/participação em sala de aula visando o desenvolvimento do projeto de intervenção. (CAPITULO III)**

Relatar as observações de sala, bem como a participação no desenvolvimento do projeto proposto. Este é o momento de relacionar teoria e prática. Neste item deverá constar a análise do que foi observado em sala e do desenvolvimento das atividades do projeto de intervenção, articulando estas análises com as leituras e discussões realizadas na disciplina. O projeto deverá ter uma carga horária de 8h/a.

Incluir o projeto completo com todos os itens indicados:

#### **PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

**Projeto:** Título

**Duração:** período em que o projeto será desenvolvido, contemplando 8h/a.

**Público alvo:** a quem se destina (sala de aula da Instituição)

**Responsável pelo projeto:** aluno.

**Justificativa:** indicar a relevância do projeto para o contexto da sala que foi proposto

**Referencial teórico:** escrever sobre a importância do tema para a aprendizagem/desenvolvimento da criança, indicando teorias e/ou teóricos da área/tema.

**Objetivos:** geral e específicos (se houver)

**Interdisciplinaridade:** áreas do conhecimento contempladas e seus respectivos conteúdos.

**Desenvolvimento:** descrição das atividades realizadas.

**Referências:** livros, revistas, sites, documentos, textos discutidos em sala.

**Anexos:** Quando houver.

### **3. CONCLUSÃO** (responde à introdução)

A conclusão é parte muito especial do relatório e representa em profundidade a competência do estudante. O aproveitamento obtido com esse importante aspecto da aprendizagem na redação final demonstra claramente qual foi a atuação do aluno nas atividades de estágio supervisionado.

Essa parte final do relatório de estágio:

(...) apresenta um resultado de conjunto. Na conclusão não se devem incluir elementos novos, apenas retomar o que já foi explicitado na introdução e no desenvolvimento, acrescentando-se, é claro, as conclusões logicamente decorrentes dos fatos observados (ANDRADE, 1995, p. 70).

Sugere-se que nesse momento o aluno faça uma análise crítica da realidade observada. Por outro lado, é prudente mencionar que não é possível fazer generalizações, pois as situações vivenciadas, necessariamente, não se repetem.

Texto descritivo que CONCLUI o trabalho:

- As atividades propostas foram realizadas;
- O objetivo foi cumprido;
- Como contribuiu para a sua formação profissional;
- Se alcançou, não alcançou ou superou as expectativas iniciais;
- Aprendizagem para a vida pessoal;
- Sugestões e/ou recomendações.
- Sem citações.

### **III. Parte pós-textual:**

#### **REFERÊNCIAS** (De acordo com as normas da ABNT)

Referenciar obras utilizadas durante a disciplina e em suas pesquisas individuais sobre o estágio ou sobre a educação infantil.

**ANEXOS** - (Fichas de estágio e uma cópia do Projeto de Intervenção).

Material da escola, que seja relevante (fotos, se a escola autorizar; atividades realizadas em sala; etc.)

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE ESTÁGIO**

Ao professor de Estágio compete:

- Elaborar, a "Pasta de Estágio".
- Orientar os estagiários no planejamento e na execução das atividades de estágio;
- Indicar as fontes de pesquisa bibliográfica, necessárias à solução das dificuldades encontradas pelos estagiários;
- Analisar todas as atividades realizadas pelos estagiários e documentadas na "Pastas de

Estágio” apresentadas ao final de cada semestre letivo, verificando o correto preenchimento e organização, de acordo com as normas estabelecidas pela Coordenação de Estágio;

- Convocar reuniões, sempre que necessário, para discussões e esclarecimentos sobre o andamento das atividades de estágio;
- Solucionar, em conjunto com o (a) Coordenador(a) do Curso e Direção acadêmica, os casos não previstos neste regulamento;
- Reavaliar, ao término de cada semestre letivo, os pontos positivos e negativos verificados durante o desenvolvimento das disciplinas, para que se façam as devidas modificações, visando a constante atualização e aprimoramento das disciplinas.
- Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas neste Manual.

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS ESTAGIÁRIOS**

Aos estagiários compete:

- Manter um comportamento ético na realização das tarefas previstas para o estágio;
- Cumprir todas as etapas previstas no Plano de Atividades elaborado pelo Professor (a) da disciplina de Estágio;
- Apresentar previamente ao Professor do Estágio um plano de execução das aulas de observação e regência;
- Apresentar à direção da escola onde serão realizadas as aulas de observação e regência o planejamento das atividades propostas;
- Comunicar, antecipadamente, ao estabelecimento de ensino em que está estagiando e ao Professor do Estágio, a ausência nas atividades de regência;
- Apresentar, ao final do semestre letivo, todas as ações desenvolvidas, de conformidade com o Plano de Atividades, devidamente documentadas na "Pasta de Estágio";
- Estar sempre **uniformizado**.
- Cumprir as normas estabelecidas neste Manual.

#### **REFERÊNCIAS**

- BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, N. S. C. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- BONDIOLI, Atina; MANTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 1995. v. 1, 2 e 3.
- CUNI-IA, Suzana R. V. (Org.). **Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- DAT TT, BERG, Cunilia et al. **Qualidade na educação da infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DOURADO, Luiz F. **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. In: FERREIRA, N. S. C. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FURASTÉ, Pedro A. **Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT**. 12. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2003.
- LÜCK, Heloisa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- RANGEL, Ana Cristina Souza. **Educação matemática e a construção, do número pela criança: uma experiência em diferentes contextos sócio-econômicos**. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- SCIIBEL, Maria Fani; VAISZ, Marinice Langaro. **Artigo científico: percorrendo caminhos para sua elaboração**. Canoas: Ulbra, 2006.
- SPODEK, Bernard; SARACHO, Olívia N. **Ensinando crianças de três a oito anos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

XAVIER, Maria Luisa et al. **Planejamento em destaque**: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica).

**ANEXOS**

- 1- Organização da Pasta
- 2- Ficha de Matrícula
- 3- Termo de Apresentação
- 4- Termo de Compromisso
- 5- Carta de Autorização para Estágio
- 6- Roteiro para Entrevistas
- 7- Caracterização da Escola
- 8- Plano Operatório
- 9- Relatório Diário
- 10- Planilha de Registro das Atividades
- 11- Registro
- 12- Planilha de Registro das Atividades de Estágio Supervisionado IV
- 13- Avaliação do Estagiário pelo Professor Regente
- 14- Avaliação do Desempenho do Estagiário
- 15- Ficha de Auto-Avaliação.
- 16- Carta de Agradecimento

**ORGANIZAÇÃO DA PASTA**

- 1 Capa 1;
- 2 Folha de Rosto;
- 3 Sumário;
- 4 Caracterização da Escola;
- 5 Ficha de Matrícula;
- 6 Termo de Apresentação do estagiário;
- 7 Termo de Compromisso do estagiário;
- 8 Entrevista;
- 9 Aporte Teórico;
- 10 Plano Operatório;
- 11 Planilha de Registro das Atividades;
- 12 Desempenho;
- 13 Relatório Final;
- 14 Considerações Finais;
- 15 Anexos;
- 16 Ficha de Auto-Avaliação.

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_**

**FICHA DE MATRÍCULA**

Nome: \_\_\_\_\_  
Número de matrícula: \_\_\_\_\_  
Endereço Residencial: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Telefone Residencial: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
Telefone Celular: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
Telefone Comercial: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Nº Identidade: \_\_\_\_\_; Nº do CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Aluno (a) Estagiário (a)

Ariquemes \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Observação: Após preenchimento entregar na Coordenação de Estágio Supervisionado

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO \_\_\_\_.**

**TERMO DE APRESENTAÇÃO DO ALUNO (A) ESTAGIÁRIO (A)**

Ariquemes-RO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Senhor (a) Diretor(a),

Apresento-lhe o (a) aluno (a) \_\_\_\_\_, do Curso de Pedagogia, desta Instituição de Ensino, que se compromete a desenvolver as atividades de Estágio Supervisionado, na \_\_\_\_\_, conforme organização curricular deste estabelecimento de ensino, no decorrer do semestre letivo, em cumprimento de \_\_\_\_ horas destinadas ao Estágio Supervisionado \_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

---

Professor(a) do Estágio



**TERMO DE COMPROMISSO****UNIR-UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS DE ARIQUEMES****IDENTIFICAÇÃO DO (A) ESTÁGIÁRIO (A)**

Nome:	Matrícula:
Curso / Habilitação:	Telefone:

Ariquemes, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**TERMO**

Pelo Presente TERMO DE COMPROMISSO, declaro estar ciente de que:

Realizarei estágio compatível com curso /habilitação em que estou regulamente matriculado, em escola ou dependências de rede pública ou privada de ensino;

Terei seguro contra acidentes pessoais, efetivo pela instituição de ensino superior que frequento, conforme a legislação vigente, comprovado pela Apólice n.º \_\_\_\_\_

Não adquirirei vínculo empregatício de qualquer natureza com a Secretária de Estadual ou Municipal de Educação, na forma da legislação vigente, em decorrência do estágio;

Deverei atender às seguintes disposições:

- Cumprir a duração do estágio, que será de \_\_\_\_\_ horas, em jornada semanal e horário definido, em comum acordo, entre mim e a escola ou outro órgão onde se realizar o estágio;
- Cumprir as normas internas da escola ou órgãos onde se realizar o estágio;
- Planejar e registrar as atividades de estágio na forma e padrões estabelecidos pelo manual do estagiário.

Terei permissão para o acesso às instalações e aos recursos da escola ou do órgão onde se realizar o estágio, quando previstos no meu planejamento de atividade, com a anuência da direção;

Terei direito e receber a documentação relativa ao estágio, ao seu término.

Terei o estágio cancelado nas situações seguintes:

- Por minha solicitação;
- Pela interrupção do curso que frequento;
- Pela veiculação de dados e informações a que eu tiver acesso, em decorrência das atividades;
- Pelo descumprimento das normas estabelecidas para a realização;
- Por demonstrar comportamento social incompatível com as regras de estagio;
- Pelo não cumprimento, das etapas do estagio.

\_\_\_\_\_

**Estagiário**

\_\_\_\_\_

**Local do Estágio**

\_\_\_\_\_

**Instituição de Ensino Superior**

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ESTÁGIO**

Comunicamos à Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR que aluno (a)....., do curso de Pedagogia, está autorizado a realizar as atividades propostas no Estágio Supervisionado ( ) I, ( ) II e ( ) III nesta instituição educacional, no período de ...../...../..... a ...../...../....., cumprindo a orientação da universidade.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Direto(a) da Escola  
(Assinatura e carimbo)

*Informações:*

Nome da Escola: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Nome do (a) diretor(a): \_\_\_\_\_

### ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTAS

As questões deste roteiro devem ser adaptadas, suprimidas e/ou ampliadas pelo aluno estagiário, de acordo com o nível de ensino, o contexto e as necessidades por ele identificadas. O roteiro poderá ser utilizado tanto para a aplicação de entrevistas (Atividade 5) com os profissionais de educação (equipe de direção, professores, coordenador pedagógico) quanto para orientar o processo de observação (Atividade 4) e obter informações relativas à caracterização da escola (Atividade 3).

#### CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Qual o seu nível de formação?  
( ) Ensino médio ( ) Graduação ( ) Pós-graduação
  - Qual a sua área de formação?
  - Participa de congressos ou seminários? Quais? Quantos por ano?
  - Possui publicação na área (educação infantil, se ES I; ensino fundamental, se ES II; gestão educacional, se ES III), considerando como publicação um artigo, um capítulo de livro ou um livro?
- Qual o seu tempo de atuação em educação?

- Em que modalidade de ensino atua na Instituição?  
Educação infantil ( ) ensino fundamental (ano: \_\_\_\_\_)

#### SOBRE ASPECTOS PEDAGÓGICOS DIVERSOS:

- O estudo sistemático da fundamentação teórica é essencial para o trabalho em sala de aula? Por quê?

- O trabalho interdisciplinar é algo possível de ser realizado? Por quê? Como deve ser a participação da família no desenvolvimento do sujeito social, emocional e cognitivo?

- Existe em sala de aula um trabalho voltado para a integração, a inclusão? Qual? Como pode ser descrito?

- Quais são seus pontos de vista no que diz respeito às diferenças (etnia, raça, gênero e necessidades especiais)?

- Na organização do currículo, que propostas de atividades existem para a qualificação do processo avaliativo, tendo em vista a concepção de uma educação inclusiva?

- Os professores integram em suas aulas os conhecimentos de outras disciplinas, trocando experiências regularmente? De que forma fazem isso?

- Existe um trabalho contínuo realizado pelos professores com os alunos sobre os resultados das avaliações desenvolvidas, buscando formas alternativas de demonstrar a evolução da aprendizagem? De que forma isso é feito?

- A sua prática pedagógica está alicerçada em que concepção de educação? Empirismo, apriorismo, interacionismo, sociointeracionismo? Que teóricos embasam sua prática pedagógica?

#### SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPP):

- Existe um PPP na instituição de estágio? Como ele é apresentado?

- Quem participou da construção do PPP da instituição?

- De que formas o PPP é disponibilizado para consulta? Onde fica o documento?

- O conteúdo do PPP é claro para todos na instituição?

- O PPP é continuamente aprimorado em reuniões e no dia-a-dia da instituição, com a colaboração de todos?

- A metodologia utilizada pelos professores pode ser considerada adequada à concepção do PPP?

- O PPP contempla modos inovadores para avaliar o desempenho dos alunos, apresentando métodos e critérios de avaliação com clareza?

#### SOBRE O AMBIENTE ESCOLAR:

- São realizadas atividades de integração no ambiente escolar? Quais?

- Existe na instituição uma área específica de lazer, como uma pracinha (parquinho), uma sala de teatro ou de jogos? Como é utilizada?

- Nos intervalos, como as crianças saem das salas de aula?

- Como podem ser descritas as festividades realizadas durante o ano? Qual é o envolvimento da comunidade escolar nelas?

- Grupos de dança, teatro, coral ou banda são propostas concretizadas pela escola? Como funcionam? Quem participa deles?

- Existem atividades planejadas e/ou coordenadas durante o recreio?
- Entre os jogos e brincadeiras realizados, quais são os mais apreciados? Por quê?
- No espaço do recreio das crianças, há a presença intencional de um adulto que interfira no brincar? (Descrever o que foi observado).

**SOBRE O ESPAÇO FÍSICO DA SALA DE AULA (DESCRIÇÃO DO AMBIENTE):**

- Como pode ser descrito o espaço da sala de aula? Possui jogos e brinquedos? Quais? Existem livros para serem consultados? Como é o mobiliário e qual é o aspecto de paredes, portas e janelas?
- Como as crianças estão dispostas no ambiente: em grupo ou individualmente?
- Existem trabalhos expostos em murais? Como são esses materiais?

**GESTÃO EDUCACIONAL****Sobre a prática administrativo-pedagógica do gestor:**

- O gestor emprega a prática de integração/inclusão na comunidade? De que forma faz esse trabalho?
  - Que recursos de integração (relacionamento) com a comunidade escolar são utilizados pelo gestor? De que maneira ele os usa?
  - A prática gestora está alicerçada em que Teoria de Educação? É visível a teoria assumida na prática cotidiana? De que forma? Que teóricos embasam a prática do gestor?
  - Sobre a prática em gestão educacional, fazer os seguintes questionamentos: maiores dificuldades encontradas; situações gratificantes; como o gestor encaminha as situações de conflitos nos diversos segmentos escolares; outras intervenções que o gestor pode realizar para contribuir com o estagiário.
  - Como pode ser descrita a política de inclusão da escola? Existe um projeto concreto a esse respeito? Como é viabilizado?

**Sobre o espaço físico da sala dos gestores (descrição do ambiente):**

- Como pode ser descrito o espaço da sala da equipe gestora? Possui móveis confortáveis e adequados? Existem computadores? Há livros e documentos à vista para serem facilmente consultados? Qual é o aspecto de paredes, portas e janelas?
  - Como estão dispostas as pessoas da equipe no ambiente: em grupo, individualmente, cada um em uma sala isolada?
  - Existem murais na sala que permitam uma efetiva comunicação sobre fatos, datas e programas a serem realizados pela comunidade? Como podem ser descritos os canais de comunicação entre a equipe gestora e a comunidade?

---

Assinatura e carimbo da escola

**CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA**  
**QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS**

**I. INFORMAÇÕES GERAIS**

- 1) Nome da Escola:
- 2) Endereço:
- 3) Telefone:
- 4) Localização:  
( ) zona urbana ( ) zona rural
- 5) Categoria da Escola Privada  
( ) Particular (mantida com recursos próprios)  
( ) Confessional  
( ) Comunitária  
( ) Filantrópica  
( ) Outro. Caracterizar: \_\_\_\_\_

**II. NÍVEIS/ MOBILIDADES DE ENSINO QUE SÃO OFERECIDOS**

- 1) Educação Infantil  
( ) Creche ( ) Pré-Escola Ensino Fundamental  
( ) 1º ao 5º ano Regular  
( ) 1º ao 5º ano EJA (Educação de Jovens e Adultos)  
( ) 5ª ao 9º ano Regular  
( ) 5ª ao 9º ano EJA (Educação de Jovens e Adultos)  
( ) Ensino Médio

**III. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA**

- 1) Dependências e serviços existentes na escola  
( ) Diretoria  
( ) Secretaria  
( ) Sala dos Professores  
( ) Sala de Coordenação de Educação Infantil  
( ) Sala de Coordenação de Ensino Fundamental (1ª ao 5º ano)  
( ) Sala de Coordenação de Ensino Fundamental (5ª a 9º ano)  
( ) Sala de Coordenação de Ensino Médio  
( ) Sala para Orientação educacional  
( ) Biblioteca  
( ) Videoteca  
( ) Sala para TV/Vídeo (Multimídia)  
( ) Sala de Leitura  
( ) Brinquedoteca  
( ) Gibioteca  
( ) Computadores ligados à Internet para atividades administrativas  
( ) Computadores ligados à Internet para uso dos professores  
( ) Piscina  
( ) Berçário  
( ) Cozinha  
( ) Cantina  
( ) Refeitório  
( ) Depósito de alimentos  
( ) Almoxarifado  
( ) Laboratório de Informática  
( ) Outros Laboratórios/ Oficinas  
( ) Parque Infantil  
( ) Dormitório  
( ) Berçário  
( ) Quadra de Esporte Descoberta  
( ) Quadra de Esporte Coberta

- ( ) Piscina  
 ( ) Dependências a Vias Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais  
 ( ) Outras Dependências: Especifique: \_\_\_\_\_  
 2) Equipamento em uso na escola

Equipamento	SIM/NÃO
DVD	
Aparelho de Televisão	
Antena Parabólica	
Retro projetor	
Aparelho de Fax	
Máquina Copiadora	
Ar-condicionado nas Salas de Aula	
Ar-condicionado nas áreas administrativas	
Ventilador nas Salas de Aula	
Ventilador nas áreas administrativas	
Aparelho de Som	
Aparelho para Deficiência Auditiva	
Aparelho para Deficiência Física	
Projetor Multimídia	
Microcomputador (para uso do aluno)	
Projetor de slides	
Outros (especificar):	

- 3) A Escola está ligada à Internet  
 ( ) sim ( ) não  
 4) Tipo de aplicação da Informática na escola  
 ( ) administrativo ( ) pedagógico  
 5) Em caso de aplicação pedagógica, como estão sendo usados os microcomputadores.  
 ( ) em laboratórios ( ) em salas de aula ( ) outros usos  
 Especificar: \_\_\_\_\_

- 6) A escola participa de algum programa desenvolvido pelo MEC ou pela Secretaria Estadual de Educação  
 ( ) sim ( ) não

#### IV. PESSOAL DOCENTE E DISCENTE

- Total de funcionários da escola: \_\_\_\_\_
- Total de professores em exercício: \_\_\_\_\_
- Quantitativo de Alunos Atendidos: \_\_\_\_\_

#### V. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 1) Possui regimento escolar? ( ) sim ( ) não  
 O Regimento Escolar está aprovado pela Secretaria de Educação do Estado?  
 ( ) sim ( ) não  
 Data de aprovação: \_\_\_\_\_

- 2) A escola possui Proposta Pedagógica? ( ) sim ( ) não  
 3) Em caso positivo, quem elaborou?

7) Qual a relação da Proposta Pedagógica da escola com os interesses dos alunos e com o contexto externo à escola?

\_\_\_\_\_ Além do Regimento Escolar que outros regulamentos a escola possui para sistematizar as atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas? (Relacione-os)

8) A escola possui biblioteca? ( ) sim ( ) não

### 10) PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1. Como os professores da Educação Básica são selecionados? Cite os instrumentos utilizados para a realização desta tarefa.

---

2. A escola possui um Plano de Carreira sistemático destinado aos professores?

( ) sim ( ) não

3. Em caso positivo, cite as vantagens/benefícios que esse Plano de Carreira oferece aos docentes.

---

4. Como é feita a atualização/capacitação do docente? Que estratégias são usadas para promovê-la?

---

5. Como os professores são avaliados?

1. ( ) diariamente.
2. ( ) mensalmente
3. ( ) bimestralmente
4. ( ) trimestralmente
5. ( ) semestralmente.
6. ( ) ao término do ano letivo.

Cite o instrumento utilizado.

---

### VII. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

1) A escola possui Coordenador Pedagógico? ( ) sim ( ) não

2) Em caso positivo, como são distribuídos, quanto às modalidades de ensino?

---

3) Os professores possuem horário para coordenação pedagógica?

( ) sim ( ) não

4) Em caso positivo, explique como funciona.

---

5) A escola conta com sério serviço de orientação educacional?

( ) sim ( ) não

6) Em caso positivo, explicita as suas principais atribuições.

---

7) A escola possui Coordenador disciplinar ou profissional com atribuição similar?

( ) sim ( ) não

8) Em caso positivo explicita as suas atribuições.

---

### VIII. GESTÃO ESCOLAR

1) Como é feita a escolha do(a) diretor(a) da escola?

---

2) Como foi realizada a escolha da equipe da direção da escola?

---

3) Quais são as principais atribuições do (a) diretora (a) da escola?

---

4) Quais as principais dificuldades vivenciadas pela direção da escola?

---

---

---

**IX. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE ALUNOS, PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E PAIS.**

1) Como a escola avalia o nível de satisfação de alunos, professores, funcionários e pais com relação à gestão escolar?

---

---

---

---

---

**X – COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA**

1. Como a Direção e/ou Coordenação Pedagógica estabelece(m) comunicação com os pais dos alunos para prestar informações relativas ao processo pedagógico e/ou convida-los para os eventos de caráter cívico, artístico e cultural?

2. \_\_\_\_\_

---

3. Como a escola informa aos pais o desempenho dos alunos? Cite os instrumentos utilizados.

4. \_\_\_\_\_

---

5. Que tratamento a Direção da escola dá às sugestões e reclamações apresentadas por esses segmentos e que indicadores utiliza para avaliar a eficácia das medidas adotadas?

6. \_\_\_\_\_

---

---

**XI – AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM**

1) Como é feito o acompanhamento da aprendizagem dos alunos? Que instrumentos os indicadores para verificar a eficácia dos seus resultados?

---

---

2) Que estratégias a escola adota para prestar atendimento a alunos que apresentam deficiências no processo de aprendizagem? Que indicadores utilizam para verificar a eficácia das mesmas?

3) \_\_\_\_\_

---

3) A escola possui Conselho de Classe?

( ) sim ( ) não

Em caso positivo, explique quais as suas principais atribuições no processo de avaliação dos alunos.

---

4) A escola atende alunos portadores de necessidades especiais?

( ) sim ( ) não

Em caso positivo, como é feito esse atendimento?

5) \_\_\_\_\_

---

6) Como a escola trabalha os temas transversais?

---



---

7) A escola desenvolve projetos pedagógicos envolvendo alunos, professores e a comunidade em geral?

( ) sim ( ) não

8) Em \_\_\_\_\_ caso \_\_\_\_\_ positivo, cite-os:

---

9) No início do ano letivo a escola realiza avaliação diagnóstica para verificar a existência de alunos com déficit de conteúdo?

( ) sim ( ) não

10) Em caso positivo, que instrumento utiliza?

---

11) Que medidas são adotadas pela Direção/Coordenação Pedagógica em razão dessa avaliação?

12) \_\_\_\_\_

---

13) A escola adota o sistema de recuperação paralela?

( ) sim ( ) não

14) Em caso positivo, como funciona?

---

15) Que outras formas de recuperação da aprendizagem a escola adota? Cite-as.

16) \_\_\_\_\_

---

Data do preenchimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pelas Informações: \_\_\_\_\_

**Aluno (a) Estagiário (a):**

---

**Carimbo da Escola.**

**PLANO OPERATÓRIO**

Conteúdo Interdisciplinar:

---

Objetivo Geral:

---

---

---

Objetivo Especifico:

---

Estratégias de Ensino (Metodologia):

---

Recursos Didáticos:

---

Avaliação:

---

Cronograma:

---

---

**Estagiário (a)**

---

**Professor (a) Regente.**

---

**Professor (a) /Supervisor (a) de Estágio.**



**PLANILHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS I, II E III**

Nome do (a) aluno (a) \_\_\_\_\_

Instituição de ensino/ Local do estágio: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Nível/Ano/Turma/Turno de estágio e faixa etária dos alunos: \_\_\_\_\_

Relato e análise das atividades de aportes teóricos, caracterização, observação e entrevistas na turma de estágio:

---

---

---

---

---

---

---

---

Justificativa (análise da necessidade do projeto):

---

---

Objetivo geral: \_\_\_\_\_

Objetivos específicos (aula a aula): \_\_\_\_\_

Conteúdos (a serem trabalhados, aula a aula, no período de docência do estágio):

---

---

---

---

---

---

---

---

Metodologia (atividades a serem desenvolvidas, aula a aula, no período de docência do estágio):

---

---

---

---

---

Avaliação (como o estagiário pretende fazer a avaliação dos alunos e do projeto em si, aula a aula):

---

---

---

---

---

<b>REGISTRO</b>			
<b>Estagiário (a):</b>		<b>Matrícula:</b>	
<b>Curso/Habilitação:</b>			
<b>Semestre/ano:</b>			
<b>Local do estágio:</b>			
<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	<b>VISTO OU CARIMBO DO PROFESSOR REGENTE</b>	<b>Nº DE HORAS</b>
<b>TOTAL DE HORAS:</b>			_____

Ariquemes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_  
Estagiário

\_\_\_\_\_  
Diretor da Instituição  
(assinatura e carimbo)

\_\_\_\_\_  
Profº. Supervisor do Estágio da Instituição

**PLANILHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV**

Nome do (a) aluno (a): \_\_\_\_\_  
Instituição de ensino/Local do estágio: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_  
/Turno de estágio e gestor que será acompanhado pelo estagiário: \_\_\_\_\_

Relato e análises das atividades de aportes teóricos, caracterização, observação e entrevistas com a equipe gestora: \_\_\_\_\_

Apresentação do planejamento (projeto de ação gestora a ser desenvolvido pelo estagiário):

Título do projeto: \_\_\_\_\_  
Objetivo geral: \_\_\_\_\_

Objetivos específicos (por atividade a ser realizada): \_\_\_\_\_

Avaliação (como o estagiário pretende fazer a avaliação das ações gestoras exercida se do projeto em si, para cada atividade realizada): \_\_\_\_\_

**AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO PROFESSOR REGENTE**

Estágio Supervisionado: ( ) I ( ) II ( ) III ( ) IV

Atividades de Estágio: ( ) Entrevista ( ) Observação ( ) Docência

Nível de Ensino: ( ) Educação Infantil; Ensino Fundamental (ano:\_\_); EJA (ano:\_\_)

Curso: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_\_ Local do estágio: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Informamos à Fundação Universidade Federal de Rondônia que o (a) estagiário (a): \_\_\_\_\_ Realizou as atividades propostas no Estágio Supervisionado ( ) I, ( ) II e ( ) III ( ) IIII do curso de Pedagogia em nosso estabelecimento de ensino, no período de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_/ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_/, compreendendo um total de \_\_\_\_\_ horas, com a avaliação descrita abaixo, conforme resultados obtidos no estágio.

Desempenho e relacionamento interdisciplinar do estagiário	5	4	3	2	1
Ética profissional					
Interesse pelas atividades					
Disponibilidade					
Assiduidade					
Pontualidade					
Comunicabilidade					
Organização					
Integração com a instituição					
Capacidade de criar um vínculo afetivo com a comunidade					
Cooperação					
Autonomia					
Comprometimento					

5. EXCELENTE; 4. MUITO BOM; 3. BOM; 2. REGULAR; 1. FRACO.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Professor Regente  
(Carimbo da escola)

**AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO**

Nome do Estagiário (a) \_\_\_\_\_

ASPECTOS OBSERVADOS	Aprovado (A) Em processo (EP)	Observação
Orienta os alunos para o processo de resolução das questões.		
Elabora instrumentos de avaliação coerentes com a prática em sala de aula.		
Estabelece critérios lógicos para seleção dos conhecimentos. Atitudes e habilidades a serem avaliadas.		
Identifica o que é significativo e fundamental para a aprendizagem do aluno.		
Sabe selecionar objetivos voltados para a aquisição de conhecimentos significativos e desenvolvimento de competências e habilidades, valores e atitudes.		
Sabe propor atividades de aprendizagem que oferecem ao aluno a oportunidade de elaborar (construir) o próprio conhecimento, de desenvolver as habilidades de pensamento, de trabalho e de comunicação.		
Seleciona materiais didáticos pertinentes aos objetivos propostos		
Seleciona e propõe atividades que contextualizam os conteúdos trabalhados.		
Seleciona atividades que possibilitem momentos de trabalho independente, de trabalho individual e de grupo.		
Utiliza recursos (técnicas, materiais) próprios, tornando as aulas e explicações mais claras e compreensíveis.		
Elabora orientações e enunciados de tarefas e questões, claras e objetivas.		
Exerce a autoridade no domínio de classe e no cumprimento das tarefas, em sala de aula com intervenções educativas.		
Apresentou ao professor regente o planejamento de suas aulas antes de iniciar a docência.		
Apresentou domínio de conteúdo.		
Trabalhou o conteúdo obedecendo a uma seqüência lógica.		
Aplicou adequadamente técnicas didáticas.		

Carga Horária Total do Estágio: \_\_\_\_ horas.

Outras Observações: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Professor (a) Regente.



**FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO EM NÍVEL DE ATITUDES E HABILIDADES DO (A)  
ESTAGIÁRIO(A) EM ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.**

01	Esforcei-me para satisfazer a curiosidade natural dos alunos, sempre que necessário?			
02	Fiz apreciações, comentários, corrigindo e orientando as atividades de classe, visando a realimentação e/ou reforço das mesmas?			
03	Usei o quadro de giz com boa disposição, ordem, legibilidade?			
04	Selecionei e manejei materiais adequados aos conteúdos desenvolvidos?			
05	Ofereci condições através das quais os alunos, puderam evidenciar o que aprenderam?			
06	Evidenciei aos alunos minha satisfação, quando os resultados alcançados pelos mesmos foram os esperados?			
07	Registrei as deficiências e/ou dificuldades dos alunos para posterior recuperação?			
08	Ao fazer a chamada diária, registrei no livro de frequência as ocorrências significativas do dia em relação aos alunos?			
09	Consegui através do manejo adequado de sala de aula, manter um nível satisfatório de disciplina na sala de aula?			
10	Exerci um controle racional do tempo, evitando a ociosidade ou sobrecarga para o aluno?			
11	Consegui “controlar” a turma sem a necessidade da aplicação de punições?			
12	Proporcionei à turma um ambiente cordial, sadio e tranqüilo de trabalho?			
13	Propus atividades através das quais os alunos trabalharam em regime de cooperação?			
14	Usei linguagem clara, correta em termos de velocidade e intensidade?			
15	Apresentei <b>habilidades técnicas de mestria</b> , como por exemplo: Introdução da aula, formulação de perguntas, variação de estímulos?			
16	Constatarei através das experiências realizadas durante o estágio, a importância do trabalho planejado, como “ferramenta” de obtenção de êxito?			
17	Primei pela exatidão dos conteúdos ministrados quanto à qualidade e quantidade?			
18	Empenhei-me na obtenção da participação dos alunos nas atividades de classe?			
19	Evitei saídas desnecessárias e/ou chegadas tardias em sala de aula?			
20	Preocupe-me com a formação e desenvolvimento de hábitos e atitudes saudáveis nos alunos?			
21	Procurei demonstrar entusiasmo nas atividades diárias de classe, bem como preocupação pelos problemas apresentados pelos alunos?			
22	Demonstrei presença de espírito quando da ocorrência de situações imprevisíveis acontecidas em sala de aula?			
23	Apresentei-me vestido (a) de forma correta em sala de aula (guarda-pó)?			
24	Aproveitei as oportunidades ocasionais para desenvolver ou fixar noções extras?			
25	Avaliei por escrito e/ou comentei os trabalhos redigidos pelos alunos?			
		<b>TOTAL</b>		
<b>Crítérios</b>	Ocasionalmente 1-2	Geralmente 3-5	Quase sempre 6-7	Sempre 8-10
NOME: _____				

Ariquemes, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Do Departamento de Ciências de Educação - DECED.**

À Direção do (a) \_\_\_\_\_

*CARTA DE AGRADECIMENTO*  
SENHOR (A) DIRETOR (A)

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR/CAMPUS DE ARIQUEMES vem por meio desta manifestar os agradecimentos a Vossa Senhoria pela forma gentil como foram recebidos os acadêmicos neste estabelecimento de ensino.

Estendemos nosso apreço aos Professores que acompanharam nossos estagiários contribuindo para a realização do processo de formação acadêmica.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

---

Professor (a) Do Estágio Supervisionado.

**ANEXO III DA RESOLUÇÃO 467/CONSEA, DE 06 DE MARÇO DE 2017****REGULAMENTO PARA A ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA - TCC****Departamento Ciências da Educação – DECED****I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Este Regulamento objetiva a normalizar das atividades relacionadas ao Trabalho de Curso – TCC do currículo do Curso de Pedagogia: **EDUCAÇÃO INFANTIL, SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO EDUCACIONAL** do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus Ariquemes.

**Art. 2º.** O TCC, previsto no Projeto Pedagógico do Curso é requisito indispensável, devendo ser elaborado em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidas, pelo conselho do departamento.

O TCC é condição para obtenção do grau, e sua aprovação não isenta o aluno do cumprimento das demais atividades previstas para integralização curricular do curso.

**Art. 3º.** Para o desenvolvimento do TCC o acadêmico sempre contará com a orientação e supervisão de professores especializados, definidos pela Chefia do Departamento.

**Art. 4º.** O professor orientador acompanhará a elaboração do trabalho de pesquisa desde a construção do projeto até a apresentação final do TCC à Banca Avaliadora

**Art. 5º.** O TCC é desenvolvido necessário de acordo com as linhas de pesquisa do Departamento, sob a orientação de professores vinculado à UNIR.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação, conforme previsto nas normas internas da Instituição.

**II. DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 6º.** São atribuições do chefe de departamento:

**I.** Supervisionar todas as fases de desenvolvimento do TCC;

**II.** Dar ciência, aos acadêmicos e professores orientadores, dos procedimentos estabelecidos no regulamento do Trabalho de Conclusão;

**III.** Indicar os professores-orientadores, de acordo com as linhas de pesquisa;

**IV.** Manter atualizados os instrumentos de registros de atividades desenvolvidas durante as fases de elaboração dos TCCs;

**V.** Acompanhar todo o processo avaliativo do TCC e registros burocráticos; e

**VI.** Designar os componentes das bancas, respeitando, se possível, a recomendação feita pelo professor orientador.

**Art. 7º.** São atribuições do professor orientador:

**I.** Orientar e acompanhar a elaboração dos trabalhos acadêmicos sob sua orientação;

**II.** Orientar o acadêmico com relação aos critérios de elaboração e avaliação de TCC;

**III.** Elaborar juntamente com o orientando o cronograma de atividades a serem desenvolvidas pelo acadêmico;

**IV.** Manter registros de controle e relatórios relacionados a orientação e desempenho dos orientandos;

**V.** Participar efetivamente da defesa do TCC;

**VI.** Assinar juntamente com os demais membros das bancas examinadora, as fichas de avaliação do TCC, resumo de ata e atas finais de sessões de defesa, imediatamente ao final dos trabalhos;

**VII.** Municar a chefia de departamento com dados referente aos processos de TCC;

**VIII.** Definir local, data e horário, para a defesa do TCC; e

**IX.** Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

**PARÁGRAFO ÚNICO** Cabe ao departamento, juntamente com o orientador, analisar os casos excepcionais.

**Art. 8º.** São atribuições do acadêmico:

**I.** Cumprir o cronograma proposto pelo professor orientador, conforme as características da

modalidade de trabalho estabelecido;

**II.** Elaborar juntamente com o orientador o cronograma de atividades a serem desenvolvidas pelo acadêmico;

**III.** Comparecer às aulas de orientação conforme dias e horários marcados pelo professor-orientador;

**IV.** Conhecer e atender as normas estabelecidas no manual de orientação para o desenvolvimento do TCC;

**V.** protocolizar o TCC em acordo com os procedimentos estabelecidos neste regulamento;

**VI.** Cumprir o cronograma de atividades elaborado;

**VII.** Comparecer às aulas de orientação convocadas pelo orientador e realizar as atividades que lhe forem atribuídas relacionadas à elaboração do TCC;

**VIII.** Justificar, por escrito, eventuais faltas;

**IX.** Cumprir o calendário divulgado para as atividades do TCC, tais como: entrega do Projeto de Pesquisa e das versões inicial e final do artigo;

**X.** Elaborar a versão final do TCC de acordo com o presente regulamento e as instruções do seu Orientador e do departamento;

**XI.** Entregar ao Professor Orientador o TCC, nos prazos definidos;

**XII.** Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar/defender o TCC, sob pena de reprovação;

**XIII.** Protocolar no departamento, documento com tema do TCC, nome e aceite do professor-orientador;

**Art. 9º.** São atribuições da Banca Examinadora:

**I.** Analisar previamente o trabalho e formular questionamentos para arguição no momento de apresentação;

**II.** Reunir-se em local, data e horário, previamente estabelecidos pelo professor orientador para realização das atividades de defesa;

**III.** Avaliar a apresentação do TCC de acordo com os critérios estabelecidos nesse regulamento.

**PARÁGRAFO ÚNICO** A banca avaliadora de TCC é constituída:

**I.** Por 01 (um) presidente, 02 (dois) membros e 01 (um) suplente.

**II.** O Professor-orientador do TCC presidirá a banca;

**III.** Por 2 (dois) professores da UNIR, que tenham proximidade com o tema do TCC, indicados em comum acordo pelo chefe de departamento e pelo professor orientador;

**IV.** Se, por força maior, o orientador não puder comparecer no dia, hora e local da respectiva apresentação do TCC de seu orientando, a mesma será adiada; e

**V.** no caso de um membro da banca examinadora (exceto orientador) não se apresentar, será substituído pelo suplente.

**Art. 10.** As linhas de Pesquisa a serem observadas pelos acadêmicos são: EDUCAÇÃO INFANTIL, SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO EDUCACIONAL.

**Art. 11.** A responsabilidade pela elaboração do artigo é integralmente do acadêmico, não eximindo os professores-orientadores de desempenho adequadamente, observando as normas desse regulamento.

### **III. DA AVALIAÇÃO DO TCC**

**Art. 12.** O(s) aluno(s) deve (rão) submeter o texto escrito, antecipadamente à chefia de departamento.

**Art. 13.** A avaliação será composta de:

**I.** Uma nota de zero a dez, atribuída por cada um dos membros da Banca Avaliadora, inclusive pelo orientador, decorrente do trabalho submetido pelo(s) autor (es), levando em consideração a consistência, qualidade do texto e o domínio dos conteúdos demonstrados pelo(s) aluno(s) no trabalho escrito.

§ 1º A linguagem utilizada, as expressões e a coerência lógica dos conteúdos serão características balizadoras a serem observadas no texto do TCC.

§ 2º A nota final atribuída ao(s) aluno(s) no TCC resultará da média aritmética das três notas atribuídas pelo professor orientador, mais a nota atribuída por cada um dos dois outros membros da Banca Avaliadora.

§ 4º Caso não haja solicitação de correções no trabalho, o docente deverá, no prazo de uma semana, providenciar uma cópia definitiva encadernada em capa dura, que se constituirá em documento oficial da realização do TCC.

§ 5º Caso haja recomendações para correção, o docente terá duas semanas para a entrega da versão final do TCC ao orientador, a quem caberá avaliar as modificações sugeridas pela Banca Avaliadora.

§ 6º Em caso de plágio será atribuída ao acadêmico nota zero, devendo o aluno refazer o trabalho e apresentar no semestre subsequente.

**Art. 14.** O aluno que obtiver nota inferior a 6,0 deverá revisar o seu TCC, promovendo as alterações sugeridas e submetendo-o, revisado, no prazo máximo de 30 dias, à mesma Banca Examinadora.

**Parágrafo Único** O aluno que obtiver nota inferior a 6,0 deverá refazer todo o TCC, no semestre subsequente, e ficará impossibilitado de colar grau, até que obtenha desempenho satisfatório conforme avaliação do orientador e da Banca Avaliadora.

**Art. 15.** Ao aluno reprovado no TCC cabe o direito a recurso, que deverá ser escrito e protocolado num prazo de até cinco (05) dias corridos a partir da data de divulgação da nota, no Departamento de Ciências da Educação.

§ 1º Uma vez deferido o recurso, o Departamento Ciências da Educação, indicará entre seus pares, dois professores, não integrantes da Banca, para a constituição de uma Comissão de Revisão.

§ 2º Esta Comissão, após considerar as alegações do aluno, ouvir os pronunciamentos do Professor Orientador e da Banca Avaliadora e verificar o TCC, emitirá um parecer final quanto à nota do aluno.

§ 3º A Comissão de Revisão terá um prazo máximo de vinte (20) dias para apresentar seu parecer sobre a nota do TCC.

#### IV. DO PROJETO DE PESQUISA

**Art. 16.** O acadêmico deve elaborar o Projeto de Pesquisa em versão final, de acordo com este regulamento e com as recomendações do seu Professor Orientador.

**Art. 17.** A estrutura do Projeto de Pesquisa compõe-se, exclusivamente, de:

I. Capa;

II. Folha de rosto;

III. Apresentação do tema e problema;

IV. Objetivos - gerais e específicos;

V. justificativa;

VI. Metodologia;

VII. Cronograma;

VIII. Levantamento bibliográfico inicial;

IX. Instrumentos de pesquisa (quando houver pesquisa de campo).

X. Referencial

**Art. 18.** Depois de protocolado o Projeto de Pesquisa, com o crivo do Professor Orientador, não haverá a mudança de tema da Pesquisa.

#### VI. DA MONOGRAFIA

**Art. 19.** A monografia deve ser elaborada considerando-se:

I. Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem eles aplicáveis;

II. No seu conteúdo, a vinculação direta do seu tema nas áreas de conhecimento já então relacionadas.

**Art. 20.** A estrutura da monografia compõe-se de:

**I. Parte Pré-Textual:**

- a. Capa;
- b. Falsa folha de rosto;
- c. Errata;
- d. Folha de aprovação;
- e. Folha de dedicatória (opcional);
- f. Folha de agradecimento (opcional);
- g. Epígrafe (opcional);
- h. Resumo;
- i. Abstract;
- j. Listas de Ilustrações (quadros, tabelas, figuras e outros) – (quando necessário);
- k. Lista de Abreviaturas e Siglas
- l. Sumário;

**II. Parte Textual ou Corpo do Trabalho:**

- a. Introdução;
- b. Objetivos;
- c. Revisão da Literatura;
- d. Metodologia;
- e. Resultados e Discussões;
- f. Considerações Finais (se necessário);
- g. Sugestões (se necessário);

**III. Parte Pós-Textual:**

- a. Referências
- b. Glossário (opcional);
- c. Apêndices (opcional);
- d. Anexo (opcional);

**Art. 21.** Os seguintes requisitos deverão ser obedecidos quando da entrega dos exemplares à Coordenação:

**I. Cópias para defesa:**

03 cópias em espiral (uma cópia para cada membro da banca examinadora).

**II. Cópias definitivas:**

01 (uma) cópia em capa dura de cor azul.

**III. Cópia digital:** 01 (uma) cópia da monografia, em Portable Document Format (PDF), gravada em CD.

**IV.** A parte textual (corpo do trabalho) deve possuir, no mínimo, 30 páginas de texto escrito.

**VI. DO ARTIGO**

**Art. 22.** A expressão formal do TCC, deve ser elaborada considerando-se:

**I** – na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos neste Regulamento e pela UNIR, notadamente por meio do professor orientador.

**Art. 23.** A estrutura do artigo compõe-se, no mínimo, de:

**I. Título****II. Resumo;****III. Palavras - chave****IV. Abstract****V. Desenvolvimento****VI. Resultados da pesquisa;****VII. Conclusão****VI. Referências;**

**Art. 24.** A primeira versão do Artigo deverá ser entregue ao professor orientador conforme cronograma de TCC.

§ 1º. Após o prazo de entrega, o Professor Orientador terá 20 (dez) dias para análise e devolução do trabalho aos alunos para as possíveis correções.

§ 2º. Após devolução do trabalho corrigido pelo professor orientador, o aluno terá 20 dias para entregar a versão final do artigo, em três vias, para serem encaminhadas aos componentes da Banca

Examinadora.

**Art. 25.** A versão final do TCC, a ser encaminhada à banca examinadora, deverá conter no mínimo 15 (quinze) laudas de texto escrito.

**Art. 26.** O TCC deve ser entregue ao professor orientador no mínimo duas semanas antes da defesa, em (três) vias impressas e em CD devidamente identificado.

## VII. DA DEFESA DO TCC

**Art. 27.** As sessões de defesa dos TCCs são públicas.

**Art. 28.** O departamento definirá semestralmente, um calendário de prazos para a entrega dos TCCs, designação de bancas e realização de defesas.

**Art. 29.** Na defesa, o acadêmico tem até 30 (trinta) minutos para apresentar seu trabalho oralmente e cada componente da banca examinadora terá até 20 (vinte) minutos para fazer sua arguição, dispondo o discente, de no máximo 10 (dez) minutos para responder aos examinadores.

**Art. 20.** A atribuição das notas dá-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador.

§ 1º. Esta etapa de atribuição de notas ocorrerá imediatamente após a arguição, em reunião privativa e fechada da banca.

§ 2º. Para aprovação o acadêmico deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete), sendo a média das notas atribuídas pelos membros da banca.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Se reprovado, o acadêmico poderá optar pela alteração do tema do Artigo, devendo, entretanto, em caso de troca temática, elaborar novo Projeto de Pesquisa, nos prazos estabelecidos pelo departamento.

**Art. 30.** A defesa do TCC é requisito para a colação de grau e deve ser efetuada até o último dia letivo do oitavo período do Curso de Pedagogia.

## VIII. DISPOSIÇÃO GERAL

**ART. 31.** Os casos omissos neste Regulamento serão interpretados e resolvidos pelo Conselho de Pedagogia do campus de Ariquemes ou, se for o caso, por delegação expressa deste, pelo departamento de Ciências da Educação composto por seus chefes e professores exercendo a orientação.

### **Resolução nº 473/CONSEA, de 10 de abril de 2017.**

Regimento do Núcleo docente estruturante do curso de Jornalismo vinculado ao Campus de Vilhena.

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.003407/2016-42;
- Parecer 2082/CGR, da relatora conselheira Alessandra Carvalho de Souza Melo Dias;
- Deliberação na 155ª sessão da Câmara de Graduação, em 23.02.2017;
- Deliberação na 88ª sessão Plenária, em 30.03.2017;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o regimento interno do núcleo docente estruturante do curso de Jornalismo, vinculado ao campus de Vilhena, constante às folhas 03 a 05 do mencionado processo e anexo a esta resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

### **Resolução nº 474/CONSEA, de 10 de abril de 2017.**

Institui ciclo avaliativo e as normas gerais para Avaliação Institucional
---

Interna na UNIR.
------------------

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.003234/2016-62;
- Demanda institucional de por parte da Comissão Própria de Avaliação Institucional, instituída pela Resolução 018/CONSUN/2014 e Regulamentada pela Resolução 021/CONSUN/2014, através da Exposição de Motivos encaminhada pelo memorando 075/2016/CPAv;
- Definições legais determinadas nos artigos 1º, 2º da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004; Portaria 2.051, de 09 de julho de 2004: Artigo 1º, Parágrafo 3º; Artigo 58, Parágrafo 1º, Inciso I do Decreto Presidencial 5.773/2006, com as alterações do Decreto Presidencial 8.754 de 10 de maio de 2016, Nota Técnica INEP 65/2014, quanto ao Roteiro de Avaliação Interna e apresentação dos Ciclos de Avaliação para o MEC.
- Parecer 2080/CGR, da relatora conselheira Eleonice de Fátima Dal Magro;
- Deliberação na 155ª sessão da Câmara de Graduação, em 23.02.2017;
- Deliberação na 88ª sessão Plenária, em 30.03.2017;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Estabelecer o Ciclo Interno para a Avaliação da UNIR cumprido pela Comissão Própria de Avaliação Institucional, como um conjunto de três anos consecutivos, disponibilizando parâmetros para reconfiguração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIR.

**Art. 2º** O Ciclo avaliativo deve ser obtido anualmente, sendo observado os meses de agosto do ano anterior ao definido para coleta, a julho do ano de realização das atividades de avaliação no Ciclo.

**Art. 3º** A realização da Avaliação Interna Institucional, no âmbito da competência legal da Comissão Própria de Avaliação, compreenderá as seguintes ações:

I – Coleta de Dados. Levantamento de informações quantitativas e qualitativas que estão definidas como necessárias para análise do sucesso da UNIR, roteirizados a partir do SINAES.

II – Relatório Preliminar. Apresentação dos dados coletados pela CPAV, para conhecimento dos resultados obtidos

III – Seminário Interno de Avaliação. Evento público, com garantia de participação de todos os segmentos, com vistas a construção análise do Relatório preliminar e formulação das Proposições de Melhoria frente as metas institucionais e indicadores acolhidos pela comunidade, consagrando a efetiva avaliação institucional

IV – Relatório Final. Documento em versão final, para apresentação ao Ministério da Educação, através do INEP que se torna base para verificação do desempenho institucional.

**Parágrafo único.** Para atendimento do Inciso III deste artigo, será identificado no Calendário Acadêmico da UNIR o período de realização do Seminário Interno de Avaliação da UNIR como proposta da CPA.

**Art. 4º** Durante o Ciclo Avaliativo, os Cursos de Graduação deverão realizar suas avaliações anuais de Curso, utilizando instrumento disponibilizado pela Comissão Própria de Avaliação.

§ 1º Caberá ao Conselho de Departamento determinar o momento adequado para avaliação do Curso, durante o período do Ciclo Avaliativo da UNIR.

§ 2º A avaliação do curso deverá ser coordenada pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso.

§ 3º A avaliação de Curso deve seguir a mesma sequência de realização da avaliação institucional, prevista no artigo 3º.

§ 4º O papel da CPA será de assessoramento aos Cursos, oferecendo as condições relativas aos instrumentos e coletas de dados, disponibilizando, exclusivamente, o Relatório Preliminar e a base de dados, para realização da avaliação do Curso.

**Art. 5º** Os dados de avaliação de Curso comporão o Relatório de Avaliação Institucional, no Ciclo correspondente.

**Art. 6º** A condução da Avaliação será orientada a partir dos expedientes apropriados, no âmbito da competência da Comissão Própria de Avaliação.



**Art. 7º** Para compatibilização com os termos da Instrução Normativa 065/INEP/2014 os anos 2015-2016 (agosto – julho) e 2016 – 2017 (agosto – julho) constituirão período de transição interna para constituição da rotina de avaliação na UNIR, sem prejuízo em relação ao Ciclo de Avaliação determinados pelo INEP, e apoiando a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional vigente.

**Art. 8º** Esta Resolução entra em vigor em sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

**Resolução nº 475/CONSEA, de 17 de abril de 2017.**

Regimento do Núcleo docente estruturante do curso de Letras-Espanhol – Campus José Ribeiro Filho

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.001415/2015-73;
- Parecer 2077/CGR, do relator conselheiro Ariveltom Cosme da Silva;
- Deliberação na 155ª sessão da Câmara de Graduação, em 23.02.2017;
- Deliberação na 88ª sessão Plenária, em 30.03.2017;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o regimento interno do núcleo docente estruturante do curso de Letras-Espanhol, vinculado ao Núcleo de Ciências Humanas, do campus José Ribeiro Filho em Porto Velho, anexo a esta resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Resolução nº 476/CONSEA, de 17 de abril de 2017.**

Mudança de nome do curso de Engenharia Ambiental.

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

1. Processo 23118.001773/2016-67;
2. Parecer 2094/CGR, da relatora conselheira Gleimíria Batista da Costa;
3. Deliberação na 155ª sessão da Câmara de Graduação, em 23.02.2017;
4. Deliberação na 88ª sessão Plenária, em 30.03.2017;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Alterar em parte a Resolução 277/CONSEA, dando uma nova redação, a saber:

Onde se lê: Engenharia Ambiental.

Leia-se: Engenharia Ambiental e Sanitária.

**Art. 2º** – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Resolução nº 477/CONSEA, de 18 de abril de 2017.**

Especialização em Educação Escolar Indígena.

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.003058/2016-69;
- Parecer 2086/CPG, do relator conselheiro George Queiroga Estrela;
- Deliberação na 63ª sessão da Câmara de Pós-Graduação, em 23.02.2017;
- Deliberação na 88ª sessão Plenária, em 30.03.2017;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Aprovar o projeto do Curso de Especialização em Educação Escolar Indígena, vinculado ao Campus de Ji-Paraná, constante às folhas 02 a 44 do mencionado processo.

**Art. 2º** – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Resolução nº 478/CONSEA, de 19 de abril de 2017.**

Regimento do Núcleo docente estruturante do curso de Matemática (licenciatura) – Campus José Ribeiro Filho

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.002857/2016-18;
- Parecer 2078/CGR, do relator conselheiro Arivelto Cosme da Silva;
- Deliberação na 155ª sessão da Câmara de Graduação, em 23.02.2017;
- Deliberação na 88ª sessão Plenária, em 30.03.2017;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o regimento interno do núcleo docente estruturante do curso de Matemática (licenciatura), vinculado ao Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, do campus José Ribeiro Filho em Porto Velho, constante às folhas 27 a 29 do mencionado processo e anexo a esta resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Resolução nº 479/CONSEA, de 24 de abril de 2017.**

Altera Resolução 375/CONSEA – Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia – Bacharelado

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

Processo 23118.002086/2016-69;

Parecer 2093/CGR, do conselheiro João Gilberto de Souza Ribeiro;

Deliberação na 155ª sessão da Câmara de Graduação, em 23.02.2017;

Deliberação da 88ª sessão Plenária, em 30.03.2017.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprova a alteração da resolução 375/CONSEA referente ao projeto pedagógico do curso de psicologia, grau bacharelado, vinculado ao Núcleo de Saúde do Campus José Ribeiro Filho em Porto Velho, nos seguintes termos:

- **Onde se lê:** “Carga horária total do curso: 4330 horas (ênfase 1); 4710 horas (ênfase 2)”;
- **Leia-se:** “Carga horária para integralização do curso: 4320 horas (uma ênfase) e 4700 horas (duas ênfases)”.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições contrárias.

**Resolução nº 480/CONSEA, de 24 de abril de 2017.**

Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia – Campus de Porto Velho

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

1. Processo 23118.001558/2016-66

2. Parecer 2071/CGR, do relator conselheiro João Gilberto de Souza Ribeiro;

3. Deliberação na 155ª sessão da Câmara de Graduação, em 23.02.2017;

4. Deliberação na 88ª sessão Plenária, em 30.03.2017;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Aprovar a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia, vinculado ao Núcleo de Saúde do Campus José Ribeiro Filho em Porto Velho, constante as folhas 04 a 47 do mencionado processo e anexo a esta resolução, nos seguintes termos:

5. Nome do Curso: Psicologia;

6. Grau: Bacharelado;
7. Número de vagas (anual): 30 (trinta) vagas;
8. Turno de funcionamento: Integral (matutino e vespertino);
9. Modalidade de ensino: Presencial;
10. Regime de matrícula: Regime de créditos semestral;
11. Periodicidade: 10 semestres;
12. Carga horária total do curso: 4320 horas (uma ênfase) e 4700 horas (duas ênfases);
13. Local de oferta e concentração de atividades: Campus Universitário José Ribeiro Filho, BR 364, Km 9,5 sentido Rio Branco-AC, Porto Velho-RO.

**Art. 2º** – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Resolução nº 481/CONSEA, de 25 de abril de 2017.**

Convênio de doutorado interinstitucional em Ciência da Informação entre UNIR e USP
--

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

1. Processo 23118.004098/2016-28
2. Parecer 2091/CPG, do relator conselheiro José Juliano Cedaro;
3. Deliberação na 63ª da Câmara de Pós-Graduação, em 23/02/2017;
4. Parecer 440/CAOF, do relator João Paulo Barroso;
5. Deliberação na 64ª da Câmara de Administração, Orçamentos e Finanças, em 24.02.2017;
6. Deliberação na 76ª sessão Plenária do CONSAD, em 28.03.2017;
7. Deliberação na 88ª sessão Plenária do CONSEA, em 30.03.2017

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o convênio entre a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a Universidade de São Paulo (USP) para oferta do curso de doutorado institucional (DINTER) em Ciência da Informação.

**Art. 2º** O compromisso financeiro da UNIR para com o projeto limita-se ao pagamento de diárias e passagens para o deslocamento de docentes da USP vinculados ao projeto.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Resolução nº. 482/CONSEA, de 26 de abril de 2017.**

Estabelece as diretrizes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e a institucionalização de grupos, laboratórios e projetos de pesquisa na Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR.
--

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Proposta da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPesq);
- Processo 23118.001142/2015-67;

- Parecer 2018/CPE, da relatora conselheira Walterlina Barboza Brasil;
- Deliberação da CPE na 89ª, em 11.08.2016;
- Deliberação da CPE na 90ª, em 25.08.2016;
- Ato decisório 396/CONSEA;
- Deliberação na 85ª Plenária do CONSEA, em 22.09.2016;
- Deliberação na 88ª Plenária do CONSEA, em 30.03.2017.

**RESOLVE:**

## **CAPÍTULO I DO OBJETO**

**Art. 1º.** Estabelecer as diretrizes para institucionalização das atividades de pesquisa na UNIR, bem como os critérios relacionados à certificação dos grupos, laboratórios e projetos de pesquisa da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

§ 1º. Ficam também definidos os parâmetros para apresentação, tramitação, aprovação, execução, monitoramento e avaliação, que orientam o fortalecimento e consolidação das atividades de pesquisa.

§ 2º. Entende-se por certificação o registro que consolida a existência dos grupos, laboratórios e projetos de pesquisa na UNIR, como constituintes da atividade de pesquisa na instituição, sendo instrumento indispensável no cômputo das atividades dos docentes, técnicos e estudantes envolvidos nestas atividades.

**Art. 2º.** Para o planejamento das ações, a UNIR dará provimento e catalogará exclusivamente às atividades de Pesquisa institucionalizadas.

**Parágrafo único.** Para os efeitos do disposto no caput, a atividade de pesquisa se relaciona com a produção científica, disseminação da informação e do conhecimento, inovação e tecnologia, geração e qualificação de recursos humanos, produtos, processos e serviços com níveis de complexidade e profundidade progressivos e constantes.

**Art. 3º.** Para as atividades de pesquisa na UNIR, é indispensável a existência de projetos específicos e de natureza acadêmico-científica, dentro das normas inerentes à atividade e nos termos desta Resolução.

**Parágrafo único.** As atividades de pesquisa, apresentadas e desenvolvidas por seus proponentes, podem ser articuladas às ações de ensino e extensão e, para isto, desdobram-se em projetos específicos.

**Art. 4º.** As atividades de pesquisa devem alinhar-se com a consolidação da pesquisa na UNIR, amparando-se na consecução da missão, visão, princípios e valores presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em vigor e contribuindo para consecução das metas para a pesquisa na UNIR.

**Parágrafo único.** Estimular-se-á como ação prioritária os processos de internacionalização, consolidação e fortalecimentos dos temas Amazônicos como horizonte da gestão da Universidade.

## **CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 5º.** Para os efeitos desta Resolução, consideram-se as seguintes definições:

I- Quanto às práticas de pesquisa:

a) Atividade de pesquisa: Processo sistemático de livre iniciativa e autônomo com vistas à compreensão de fenômenos e processos diversos, mediante identificação de questões, descobertas, construção e ampliação do conhecimento e cujo mérito acadêmico orienta-se ao desenvolvimento de técnicas, tecnologias, convivência social, humana, política, cultural e artística, com foco nas demandas sociais, diversidade regional, compromisso e pertinência social da Universidade.

b) Iniciação Científica: a iniciação científica constitui-se pela inserção dos estudantes de graduação nas atividades e ambientes destinados à pesquisa acadêmica, de caráter preliminar e submete-se às regras do Programa Institucional de Bolsas e Voluntários de Iniciação Científica (PIBIC) ou equivalente para agência financiadora e à legislação específica.

## II- Quanto à organização para a pesquisa:

a) Grupo de pesquisa: denominação atribuída ao conjunto de profissionais e estudantes organizados com interesse no desenvolvimento de atividade de pesquisa em uma ou mais áreas do conhecimento, desenvolvimento de intercâmbio de dados, informações, comunicações, ideias temáticas e componentes disciplinares e interdisciplinares, em torno de objetos de estudo comuns ou afins, com o propósito de identificação, divulgação e memória desses objetos, atendendo as definições do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) / Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP), cuja gestão da política institucional é coordenada pela PROPesq, responsável, inclusive, pela certificação no DGP/CNPq.

b) Grupo de extensão: denominação atribuída ao conjunto de profissionais e estudantes organizados com interesse no desenvolvimento de atividade de extensão em uma ou mais áreas do conhecimento, criados, mantidos e estruturados conforme previsto na Resolução 226/CONSEA/2013 e cujo funcionamento decorre da vinculação às atividades formativas com interesse prioritário na disseminação do conhecimento e que atendem à Política Nacional de Extensão, sendo a gestão institucional coordenada pela PROCEA, responsável, inclusive, pelo cadastramento na UNIR.

c) Laboratórios de pesquisa: denominação atribuída ao espaço físico necessariamente multiusuários e cujo funcionamento decorre da presença da atividade de pesquisa que atendem a política nacional presente no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e cuja gestão da política institucional é coordenada pela PROPesq, responsável, inclusive, pelo cadastramento na UNIR.

d) Laboratórios Didáticos: denominação atribuída ao espaço físico necessariamente multiusuário, criados, mantidos e estruturados exclusivamente nos termos previsto na Resolução 336/CONSEA/2013 e cujo funcionamento decorre das exigências específicas relativas aos Projetos Pedagógicos quanto à Formação Inicial de profissionais orientando-se em função das Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos cursos, sendo a gestão institucional coordenada pela PROGRAD, responsável, inclusive, pelo cadastramento na UNIR.

## III - Quanto aos resultados da pesquisa:

a) Produção científica, tecnológica e inovação: conjunto de resultados da atividade de pesquisa, materializados em registros específicos tais como: produção bibliográfica, cultural, patentes, processos metodológicos, tecnologias sociais, técnicas, inovação, articulação produtiva e comercial, entre outros resultados que impulsionem a relação qualificada entre o conhecimento e o desenvolvimento humano, cultural, artístico, e social.

b) Disseminação do conhecimento: conjunto de resultados de pesquisa tratados especificamente para gerar a circulação da informação e visibilidade dos processos científicos, contribuindo para popularização da ciência mediante uso de material didático ou pedagógico, mobilização da sociedade e inserção da atividade científica nos diversos espaços sociais, econômicos, institucionais e educacionais.

c) Consolidação acadêmica: conjunto de resultados da atividade de pesquisa que contribui para fortalecimento da pós-graduação, atendendo aos indicadores da política nacional de pós-graduação.

## IV - Quanto à apresentação das propostas de pesquisa:

a) Programas de pesquisa: conjunto articulado de projetos, contendo, no mínimo, as diretrizes e metas em torno de um problema de pesquisa, marco teórico e metodológico, equipe, resultados e impactos esperados.

b) Projeto de pesquisa: proposta de estudo que explicita, por parte do proponente, o interesse, intenções, problemática, metodologia, bem como os beneficiários e/ou usuários da atividade.

c) Plano de trabalho: proposta de pesquisa com foco na execução de tarefas específicas visando operacionalização das ações incluídas em torno de projeto ou programa de pesquisa institucionalizado, observando o disposto no Artigo 10, §1º.

## V - Quanto ao registro das atividades de pesquisa:

a) Certidão de Atividade de Pesquisa: documento emitido pela PROPesq para confirmar atuação dos indivíduos em uma atividade de pesquisa com os dados relativos forma de apresentação, duração e confirmação da execução e resultados da atividade.

b) Certificação de grupo ou laboratório de pesquisa: Ação da PROPesq inerente ao registro na Plataforma do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa.

c) Cadastramento de laboratório: ação da PROPesq, PROCEA ou PROGRAD inerente ao registro na UNIR dessas unidades, conforme disposto no Artigo 7º, Inciso II e alíneas.

d) Relatório de acompanhamento e/ou avaliação: documento onde se apresentam as atividades desenvolvidas ou em andamento, resultados parciais e finais, e os produtos decorrentes das atividades das unidades e/ou indivíduos.

VI – Quanto ao papel desempenhado no grupo de pesquisa:

a) Pesquisadores: são os membros graduado ou pós-graduados, da equipe de pesquisa, direta, ativa e criativamente envolvido com a realização de projetos e com a produção científica, tecnológica e artística do grupo, preferencialmente docente.

b) Estudantes: são os membros em formação (bolsista ou não) em iniciação científica ou cursos de pós-graduação que participam ativamente de linhas de pesquisa do grupo como parte de suas atividades como estudante, sob a orientação de pesquisadores.

c) Técnicos: são os membros que auxiliam os pesquisadores do grupo em suas atividades de pesquisa, variando o envolvimento de acordo com o campo de atuação e nível de formação.

§ 1º As atividades de pesquisa com seres humanos, animais, patrimônio genético e conhecimento tradicional associado devem seguir as leis, normas, resoluções e princípios éticos correspondentes às respectivas áreas de pesquisa, incluindo o registro de submissão aos respectivos comitês.

§ 2º Entre os membros da equipe de pesquisa não devem ser incluídas aquelas com participação eventual ou que exerçam atividades que sirvam de apoio ao projeto no cumprimento de suas funções rotineiras.

§ 3º Para os efeitos do Inciso III, a Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO) deve criar um programa editorial para divulgação do resultado da atividade científica na UNIR, articulando-se com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) para visibilidade do referido programa e ações de pesquisa.

§ 4º Para os efeitos dos Incisos IV e V, a PROPesq articulará em conjunto ou sob a supervisão da Diretoria de Tecnologia e Informação (DTI) o Sistema Informatizado de Pesquisa.

§ 5º Para efeitos do Inciso VI, letra c, as atividades dos membros Técnicos são identificadas em conformidade com a Classificação Brasileira de Ocupações, em atenção às disposições do DGP/CNPq.

**Art. 6º.** Somente são Certificados no Diretório dos Grupos de pesquisa do CNPq pela PROPesq os Grupos ou laboratórios de pesquisa que atendam aos termos desta Resolução.

### **CAPÍTULO III DA VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Art. 7º.** A atividade de pesquisa está vinculada aos departamentos acadêmicos e núcleos ou *campi*, por meio de grupos ou laboratórios de pesquisa, respectivamente, independente das formas de organização e desenvolvimento na UNIR.

§ 1º. Os grupos de pesquisa são institucionalmente vinculados ao departamento acadêmico no qual o primeiro líder estiver lotado, acompanhando-o em caso de remanejamento interno.

§ 2º. Os grupos de pesquisa devem estar disponíveis para oferecer apoio à criação, desenvolvimento e consolidação dos programas de pós-graduação, atendendo às regras das agências de fomento e da UNIR.

§ 3º. Os laboratórios de pesquisa são institucionalmente vinculados ao campus ou núcleo no qual o chefe de laboratório estiver vinculado e são determinados em razão da infraestrutura física e dos objetivos para sua criação.

**Art. 8º.** A denominação dos grupos e laboratórios de pesquisa devem especificar a natureza e objeto de interesse e não poderão replicar órgãos com definição regimental ou estatutária já existente.

**Art. 9º.** No caso de pesquisa individual deve ser vinculada ao departamento do proponente, e, uma vez institucionalizada, a falta de infraestrutura e de recursos financeiros e materiais não pode ser utilizada como justificativa para a não realização das atividades previstas nos Projetos de Pesquisa.

**Parágrafo único.** Caberá aos departamentos de origem dos projetos apresentarem em seu planejamento anual, a demanda para a atividade de pesquisa à UGR a que é vinculada.

**CAPÍTULO IV**  
**APRESENTAÇÃO, TRAMITAÇÃO, CERTIFICAÇÃO**  
**DAS PROPOSTAS PARA ATIVIDADE DE PESQUISA**

**SEÇÃO I**  
**APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**Art. 10.** A pesquisa na UNIR desenvolve mediante propostas em forma de programas, projetos de pesquisa ou planos de trabalho, definidos no Artigo 5º, Inciso IV.

§ 1º. O plano de trabalho pode representar os aspectos operacionais de uma pesquisa e destina-se às atividades dos estudantes de iniciação científica e ao desenvolvimento das atividades de pesquisadores visitantes ou em estágio de pós-doutoramento.

§ 2º. Em todos os casos, a pesquisa implica, necessariamente, produção científica e identificação dos mecanismos para viabilizá-la.

**SEÇÃO II**  
**FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA**

**Art. 11.** Os requisitos para a formação de um Grupo de Pesquisa são:

a) Líder de grupo, preferencialmente com título de doutor e cadastro no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, como primeiro líder de grupo, feito pelo dirigente institucional de pesquisa da UNIR;

b) Linha de pesquisa definida.

c) Programa ou projeto de pesquisa definido.

d) Membros cadastrados na Plataforma Lattes.

e) Registro do Grupo de Pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, no status “aguardando a Certificação”.

**Parágrafo único.** Ao primeiro líder caberá a responsabilidade de atualização dos dados do Grupo de Pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa, delegando aos membros do respectivo grupo as atribuições relacionadas à atualização do Currículo Lattes e cumprimento dos relatórios e atividades necessárias a atualização e atividades do Grupo.

**Art. 12.** Para certificação do grupo de pesquisa na UNIR, pela PROPesq, deve ser adotado o seguinte procedimento:

a) Encaminhar à PROPesq, através de correio eletrônico, solicitação de certificação, constando em anexo, as informações do grupo, conforme artigo 11.

b) Apresentar o link válido do currículo *Lattes* de todos os membros.

**Parágrafo único.** A equipe responsável por esta atividade na PROPesq deverá conferir as informações quanto à formação do grupo confrontando-as com aquelas apresentadas na solicitação de certificação do grupo no DGP/CNPq e, estando de acordo, certificará o grupo. Em caso negativo, devolve aos interessados para melhor instrução.

**Art. 13.** Uma vez cumpridas as ações de institucionalização, a PROPesq fará, por meio da página eletrônica da UNIR, comunicado público sobre os grupos de pesquisa criados e respectivos links no DGP, podendo esta ação ser sazonal.

**Art. 14.** A disponibilidade de infraestrutura para grupos de pesquisa, incluindo espaço físico, recursos humanos e materiais não é obrigatória para sua criação, contudo, a manutenção das atividades deve ser prevista pelo departamento de lotação do líder em relação a material de expediente, impressão de material e equipamentos.

**Art. 15.** Os líderes de grupo de pesquisa devem evitar formar grupos cujas circunstâncias se enquadrem como casos atípicos, conforme descrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

§ 1º. A presença de casos atípicos na formação de grupos de pesquisa da UNIR será critério desfavorável de desempate, quando houver análises de propostas de projetos destes grupos.

§ 2º. O caso atípico será incluído no conjunto de critérios para os comitês técnicos científicos ou emissão do parecer técnico da PROPesq, especialmente quando envolver seleção de projetos para financiamento institucional.

**Art. 16.** Os grupos de pesquisa devem encaminhar relatórios de avaliação à PROPesq, conforme calendário por esta definido.

§ 1º. Somente na apresentação de relatórios a PROPesq emitirá a Certidão de Atividade de Pesquisa para o grupo e/ou seus componentes.

§ 2º. O não envio dos relatórios à PROPesq e a desatenção ao disposto neste artigo implicará em suspensão da certificação do grupo, após prévia comunicação ao Departamento em que está lotado o líder, cumprido prazo de, pelo menos, 15 dias úteis, notificando para apresentar justificativas e/ou sanear a pendência.

§ 3º. Das ações da PROPesq, no tocante a situação prevista no § 2º deste artigo, caberá recurso ao CONSEA.

### SEÇÃO III FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE PESQUISA

**Art. 17.** Os requisitos para a formação de laboratórios de pesquisa são:

- a) Chefe de laboratório, preferencialmente com título de doutor.
- b) Linha de pesquisa e área de atuação, com identificação dos serviços, produtos e processos de pesquisa definidos.
- c) Projeto base do laboratório no núcleo ou campus respectivo e identificação da estrutura física a este associada, na UNIR e fora dela, quando e se houver.
- e) Registro em Ata da reunião do Conselho de Núcleo ou Campus que aprova a criação do Laboratório, acompanhado do Regimento de Funcionamento do Laboratório, constando as demandas de custo, funcionamento e manutenção.

**Art. 18.** Para cadastramento do Laboratório de Pesquisa, são exigidos os seguintes passos:

I – Apresentação a PROPesq da documentação comprobatória do disposto no Artigo 17.

II – Parecer técnico da equipe responsável na PROPesq, conferindo a documentação quanto a criação do laboratório, confrontando as informações apresentadas na solicitação de criação do laboratório e, estando de acordo, encaminhará para um parecer técnico *ad hoc*, que preferencialmente deverá ser um especialista na área.

III – Depois de cumprido o que se estabelece nos incisos I e II, a PROPesq encaminhará o processo para o CONSEA com vistas à institucionalização do laboratório como unidade de pesquisa da UNIR, vinculada ao respectivo núcleo do qual o departamento acadêmico do chefe de laboratório for lotado.

§ 1º. Em caso da solicitação de cadastramento não atender aos requerimentos necessários, a PROPesq remeterá o processo aos interessados para medidas saneadoras ou arquivamento, conforme o caso.

§ 2º. É facultado ao laboratório de pesquisa solicitar certificação no Diretório dos Grupos de Pesquisa, somente após cadastramento e atendidos, integralmente, os requisitos previstos na Seção II do Capítulo IV, desta Resolução.

**Art. 19.** Após a conclusão do processo, caberá ao coordenador do laboratório repassar à Propesq as informações sobre tal unidade de pesquisa para ser publicada na página institucional, devendo constar os nomes dos membros, currículos Lattes, projetos, parcerias, publicações, fontes de financiamento entre outros dados que entenda relevante ou solicitados pela Propesq.

**Art. 20.** Laboratórios que forem criados mediante financiamento externo, adquirem rito sumário de aprovação, desde que comprovem:

- a) Forma de manutenção, com aquiescência por parte da UNIR em relação as despesas correntes.
- b) Natureza da produção e compartilhamento dos dados em relação ao órgão financiador.

**Art. 21.** Os Laboratórios deverão apresentar relatórios de atividade por solicitação da PROPesq em períodos de avaliação, constando as atividades, resultados e produtos de sua atuação e demais informações solicitadas pela PROPesq.



§ 1º. O descumprimento ao disposto no caput implicará em cancelamento do Cadastramento pela PROPesq, após comunicado ao núcleo/campus e cumprido prazo de 15 dias úteis da comunicação da irregularidade.

§ 2º. Das ações da PROPesq, quanto ao disposto no § 1º deste artigo, caberá recurso ao CONSEA.

#### **SEÇÃO IV APRESENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA**

**Art. 22.** Os Projetos de Pesquisa são apresentados conforme o formulário específico definido e divulgado pela PROPesq mediante Instrução Normativa complementar a esta Resolução para este aspecto e uso do Sistema Informatizado de Pesquisa, previsto no Artigo 7º.

**Art. 23.** Projetos aprovados por financiamento externo são institucionalizados mediante rito sumário e devem ser acompanhados da comprovação da Aprovação e da versão integral do projeto aprovado com descrição da gestão dos recursos financeiros eventualmente envolvidos.

§ 1º Projetos que não atenderem ao disposto no caput não serão pontuados para efeitos de registro de desenvolvimento institucional e avaliação de desempenho da equipe.

§ 2º Os projetos de pesquisa submetidos aos editais do PIBIC, aprovados pelos consultores dos comitês técnico-científicos, Interno e Externo, serão considerados institucionalizados, mediante emissão de Certidão de Atividade de Pesquisa pelo coordenador do PIBIC, uma vez confirmada a aprovação pelo Conselho de Departamento.

#### **CAPÍTULO V DOS PARTICIPANTES DA ATIVIDADE CIENTÍFICA SEÇÃO I DOCENTES**

**Art. 24.** Respeitadas as diferentes modalidades de atuação, compete aos docentes:

- I - Elaborar e responsabilizar-se pela execução e avaliação das atividades de pesquisa.
- II - Cumprir as determinações das agências financiadoras e/ou de fomento, das Unidades Acadêmicas respectivas na UNIR.
- III - Atender as orientações e acompanhamento da PROPesq.

#### **SEÇÃO II ESTUDANTES**

**Art. 25.** Respeitadas as diferentes modalidades de atuação, compete aos estudantes:

- I - Elaborar e responsabilizar-se pela execução do seu Plano de Trabalho, cumprindo as tarefas e determinações designadas pelo orientador e/ou líder do Grupo ou Chefe do Laboratório, atendendo as agências financiadoras e/ou de fomento, bem como das Unidades Acadêmicas respectivas na UNIR.
- II - Apresentar relatórios solicitados e nos prazos requeridos.
- III - Prestar contas das atividades e dos recursos financeiros, dentro dos prazos previstos e das normas determinadas, quando aplicável.

**Parágrafo único.** Uma vez expedida a Certidão da Atividade de Pesquisa, compete ao discente apresentar cópia do mesmo ao Departamento para fins de cômputo da carga horária pertinente em seu histórico, observando-se o estabelecido no Projeto Político Pedagógico de cada curso.

#### **SEÇÃO III TÉCNICOS**

**Art. 26.** Respeitadas as diferentes modalidades de atuação, compete aos Técnicos:

- I - Elaborar e responsabilizar-se pelas ações de assessoramento para as atividades de pesquisa, cumprindo as determinações das agências financiadoras e/ou de fomento, bem como das unidades acadêmicas respectivas na UNIR.
- II - Apresentar relatórios técnicos solicitados, dentro da atividade que desenvolva, requerido pelo líder de grupo ou coordenador geral do laboratório.

III - Prestar contas dos recursos financeiros dentro dos prazos previstos e das normas determinadas, quando aplicável.

IV - Cumprir determinações e ou solicitações de órgãos convenientes, quando aplicável.

**Parágrafo único.** Os servidores técnico-administrativos participantes de grupos de pesquisa ou proponentes de projeto de pesquisa individual não poderão utilizar esta atividade como argumento para alteração de vínculo funcional, atividade e carga horária de trabalho, em razão da natureza da carreira e obrigações institucionais que lhe são inerentes.

#### **SEÇÃO IV OUTROS PARTICIPANTES**

**Art. 27.** Além dos docentes, discentes e técnicos da UNIR, podem compor a equipe das Atividades de Pesquisa profissionais e voluntários não pertencentes ao quadro de pessoal da UNIR, mediante assinatura de um Termo de Adesão Voluntária, cadastro no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e homologado pelo Conselho de Departamento.

#### **CAPÍTULO VI DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS**

**Art. 28.** Para institucionalização das atividades de pesquisa, são as seguintes as competências institucionais:

I - A PROPesq incumbir-se-á de:

a) Estimular as atividades de pesquisa, zelando e orientando as regras para a proteção à propriedade intelectual, patentes e dados de interesse público.

b) Promover estudos de viabilidade de projetos e estudos em diversas áreas do conhecimento, com vistas a analisar as condições econômica, gerencial e científica para sustentabilidade das atividades de pesquisa.

c) Realizar avaliações internas e/ou externas periódicas da atividade de Pesquisa desenvolvidas por grupos e laboratórios e/ou projetos de modo averiguar avanços e consolidação dessa atividade na UNIR.

d) Catalogar as demandas para grupos, laboratórios e projetos de pesquisa para efeitos de Planejamento Institucional, de acordo com os dados das atividades de pesquisa certificados na UNIR.

e) Dar parecer técnico em relação às atividades de pesquisa, projetos e processos inerentes as ações institucionais da atividade.

f) Solicitar relatórios e informações das diversas unidades referentes à atividade de pesquisa.

g) Estabelecer e gerenciar um banco de dados das atividades de pesquisa na Instituição, capazes de prover dados relativos à produção científica institucional, projetos, estrutura e demandas prioritárias para pesquisa na UNIR.

h) Gerenciar as ações de pesquisa na pós-graduação na UNIR, obtendo e divulgando os dados e exigindo atualização dos mesmos nos diversos Programas de Pós-Graduação, destacando os resultados da atividade científica.

i) Estabelecer um Comitê Assessor de Pesquisa, constituído mediante chamada pública realizada pela PROPesq, cuja função é auxiliar na avaliação e desenvolvimento das Atividades de Pesquisa.

j) Supervisionar as atividades de pesquisa na UNIR, nos termos dessa Resolução e outras orientações relacionadas.

l) Promover evento a cada três anos para avaliação e socialização das atividades de pesquisa na UNIR.

n) Emitir certidão de participação em projeto de pesquisa institucionalizado aos integrantes declarados pelo coordenador do grupo, projeto ou pelo chefe de laboratório de pesquisa.

II - Os Departamentos Acadêmicos incumbir-se-ão de:

a) Manter atualizado o registro dos grupos de pesquisa vinculados ao Departamento.

b) Apoiar a manutenção dos grupos de pesquisa em relação a material de expediente e equipamentos, apresentando as demandas para UGR respectiva e em conformidade com o Plano de Ação da Unidade.

c) Notificar os líderes de grupos de pesquisa quanto à apresentação dos relatórios de andamento e finais dos projetos aprovados.

d) Apresentar à PROPesq, quando solicitado, todas as informações inerentes ao andamento das atividades dos grupos de pesquisa.

III - Os pesquisadores incumbir-se-ão de:

a) Registrar os laboratórios de pesquisa vinculados aos núcleos e/ou *campi*;

b) Elaborar, coordenar ou participar de atividades de pesquisa na UNIR, atendendo as exigências da presente resolução, formalizando os projetos junto às instâncias competentes.

c) Apresentar todos os registros necessários para comprovação da atividade de pesquisa desenvolvida ou em desenvolvimento.

d) Requerer a comprovação da certificação à PROPesq para fins de apresentação para análise de avaliação de desempenho ou registro curricular.

e) Divulgar os resultados de pesquisa em eventos institucionais, especialmente destinados à socialização dessas atividades da UNIR.

f) Contribuir para melhoria dos indicadores de produção acadêmica e científica da UNIR.

g) Participar das atividades de socialização das atividades e resultados de Pesquisa na UNIR.

## **CAPÍTULO VII RECURSOS FINANCEIROS**

**Art. 29.** As Atividades de Pesquisa podem ser viabilizadas pela Universidade entre uma ou combinações dentre as seguintes:

I - Com recursos da matriz OCC – ANDIFES, constante do orçamento geral da unir.

II - apoio de agências financiadoras.

III - estabelecimento de parceria com outras instituições brasileiras e/ou estrangeiras.

**Art. 30.** A Universidade destinará obrigatoriamente, em seu orçamento anual, o mínimo 0,5% de recursos destinados a um “Fundo de Apoio à Pesquisa na UNIR”, a ser constituído, para garantir suporte às atividade científicas na UNIR.

**Parágrafo único.** Referido percentual deverá ser garantido no âmbito das UGR (*Campi* e Núcleos).

**Art. 31.** A partir do disposto no Artigo 30, para suporte com financiamento das Atividades de Pesquisa terão prioridade as propostas que contemplem os seguintes aspectos:

I - Consonância com as áreas de conhecimento, de acordo com a Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), demonstrada no currículo *Lattes*.

II - Orientações do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia.

III - Apoio as pesquisa em andamento, sob fomento da UNIR.

IV - Apoio às ações comunitárias voltadas às áreas carentes ou de caráter emergencial.

V - Apoio à pesquisa no desenvolvimento profissional, voltadas à formação de professores e educação básica.

VI - Apoio à participação em eventos com apresentação de trabalhos e publicação.

VII - Serviço e custeio emergencial para o funcionamento de laboratórios de pesquisa.

§ 1º No disposto no Inciso VI é permitido a abertura de editais pela PROPesq para apoiar a participação de pesquisadores em eventos, com previsão de diárias e/ou passagens, em observação as seguintes condições:

a) Aos pesquisadores que não tenham acesso a recursos por meio das UGRs, programas de pós-graduação ou concessão prevista em projetos financiados, sendo proibido a dupla solicitação.

b) Os pesquisadores que infringirem o inciso I ficarão suspensos de concorrer a editais da PROPesq por dois anos.

**Art. 32.** Compete a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa estabelecer no edital para chamada de apoio as atividades de pesquisa na UNIR, definindo quais os itens elencados nos Incisos

do Artigo 31 serão considerados e a ordem de prioridade dos mesmos, em função da natureza e propósito do apoio institucional.

**Parágrafo único.** O Parecer para concessão ou não do disposto no *caput* dependerá de avaliação por Consultores *ad hoc* externos.

## **CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 33.** Para efeitos de pontuação de avaliação de desempenho profissional, a pontuação das atividades de pesquisa de docentes e técnicos, ocorrerá somente se for atestada pela PROPesq.

**Art. 34.** As ações referentes aos processos de institucionalização ou invalidação de grupos ou laboratórios, bem como projetos de pesquisa serão divulgados por meio de Nota Técnica, emitida pela PROPesq.

**Art. 35.** Os casos omissos na presente Resolução serão resolvidos pela Câmara de Pesquisa e Extensão (CPE) do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA).

**Art. 36.** Esta Resolução entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, bem como a Instrução Normativa 001/2011/PROPesq.

## **RETIFICAÇÃO**

### **Retificação nº 01 da Resolução nº 462/CONSEA de 28 de novembro de 2016.**

O Presidente dos Conselhos Superiores Acadêmicos, no uso de suas atribuições,

#### **RESOLVE:**

**Retificar a Resolução 462/CONSEA, publicada no boletim de serviço nº167, de 08 de dezembro de 2016.**

#### **Onde se lê:**

Resolução nº 462/CONSEA, de 28 de novembro de 2016.

Adequação da grade curricular de Curso de Licenciatura em Educação Física.

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

Processo 23118.003895/2014-26;

Parecer 2030/CGR, da relatora conselheira Alessandra Carvalho Souza de Melo Dias;

Deliberação na 152ª sessão da câmara de Graduação, em 21.09.2016;

Deliberação na 86ª sessão Plenária, em 10.11.2016;

#### **RESOLVE**

**Art. 1º-** Aprovar a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, vinculado ao Campus de José Ribeiro Filho, constante do referido processo às folhas 02 a 128 e 282 a 300, nos seguintes termos:

- Nome do Curso: **Ciências Contábeis**
- Titulação conferida aos egressos: **Bacharel em Ciências Contábeis**
- Modalidade de ensino: **Presencial**
- Turno de funcionamento: **Noturno**
- Campus de funcionamento do curso: **Vilhena**
- Ingresso: **2º Semestre**
- Regime de matrícula: **Semestral**
- Período mínimo de integralização: **4 anos**
- Carga horária total do curso: **3.160**
- Número de vagas (anual): **50**
- **LOCAL DE OFERTA E CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES:** *Campus* de

Vilhena, localizado na avenida 02 (Rotary Clube), nº 3756, Bairro Jardim Social – CEP: 76980-000, município de Vilhena, Estado de Rondônia, Brasil.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Leia-se:**

**Resolução nº 462/CONSEA, de 28 de novembro de 2016.**

Adequação da grade curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.003895/2014-26;
- Parecer 2030/CGR, da relatora conselheira Alessandra Carvalho Souza Melo Dias;
- Deliberação na 152ª sessão da Câmara de Graduação, em 21.09.2016;
- Deliberação na 86ª sessão Plenária, em 10.11.2016;

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Aprovar a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, vinculado ao Campus de José Ribeiro Filho, constante do referido processo às folhas 02 a 93v, nos seguintes termos:

- Nome do curso: Licenciatura em Educação Física
- Grau acadêmico conferido: Licenciado
- Número de vagas (anual): 45
- Turno de funcionamento: Matutino
- Modalidade de ensino: Presencial
- Periodicidade: Oito semestres
- Carga horária do curso: 3.900 h/a e 3250 h/r
- Endereço: Câmpus Universitário José Ribeiro filho, BR 364, Km 9,5 sentido Rio Branco-

AC- Porto velho- RO.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.